



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO**

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

**MARLUCE REIS MAGNO**

**CULTURAS POPULARES, POLÍTICAS PÚBLICAS E  
PATRIMONIALIZAÇÃO: (DES)ENCONTROS NA *FOLIA DE REIS DE*  
VALENÇA, RIO DE JANEIRO**

**Rio de Janeiro**

**2016**

**MARLUCE REIS MAGNO**

**CULTURAS POPULARES, POLÍTICAS PÚBLICAS E  
PATRIMONIALIZAÇÃO: (DES)ENCONTROS NA *FOLIA DE REIS DE  
VALENÇA*, RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da linha de pesquisa Memória e Patrimônio, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Memória Social.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu

Rio de Janeiro

2016

M198 Magno, Marluce Reis.  
Culturas populares, políticas públicas e patrimonialização: (des)encontros na *Folia de Reis* de Valença, Rio de Janeiro / Marluce Reis Magno, 2016.  
168 f. ; 30 cm

Orientadora: Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu.  
Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

1. Cultura popular. 2. Folia de Reis – Valença (RJ). 3. Política pública. 4. Patrimônio cultural – Valença (RJ). 5. Memória - Aspectos sociais. I. Abreu, Regina Maria do Rego Monteiro de. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. III. Título.

CDD – 306.4

MARLUCE REIS MAGNO

**Culturas populares, Políticas Públicas e Patrimonialização: (Des)encontros na *Folia de Reis* de Valença, Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social, da linha de pesquisa Memória e Patrimônio, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Defendida em: 9 de Maio de 2016.

**Banca Examinadora:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu – Orientadora – UNIRIO

Prof. Dr. Daniel Bitter – UFF

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Chuva – UNIRIO

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dra. Regina Abreu, pelo estímulo e cumplicidade, e aos demais professores do PPGMS com os quais tive oportunidade de conviver e angariar novos conhecimentos que estimularam minhas reflexões.

Aos professores convidados às bancas, de qualificação e de defesa, que dedicaram tempo a ler, analisar e contribuir para o enriquecimento do trabalho. São eles Prof. Dr. Daniel Bitter, Prof<sup>a</sup>. Dra. Leila Aguiar, Prof<sup>a</sup>.Dra. Márcia Chuva, Prof. Dr. Wagner Chaves, Prof. Dr. Amyr Geiger.

Aos companheiros e companheiras de jornada acadêmica que fizeram de cada momento de estímulo intelectual (aulas, eventos, defesas), também momentos de descontração e prazer. Um agradecimento aditivado para aqueles e aquelas que estendiam esses momentos aos encontros de fim de tarde, regados por refrescantes copos de cerveja.

Nesse maravilhoso universo da Folia de Reis, agradeço a todos que me receberam em Valença, com atenção, carinho e confiança. Ao Chico da Folia (Francisco José Ferreira), meu principal interlocutor, e a todos os demais mestres-foliões e/ou donos de grupos de Folia. Principalmente aqueles que eu mais incomodei com perguntas. São eles: Zezinho (José Luis Esteves), Cacá dos Menezes (Luis Carlos Menezes), Zezinho (José dos Passos da Silva), Guto (Silvino Augusto Batista), Geraldo Rocha, Paulinho Charrete (Paulo Roberto Tavares), Alda Parreira, Wanderlei Francisco, Doca (Waldir Fraga), Marquinhos (Marcos Roberto Cassimiro), Torrada (Olivar Esteves), Ilton Vinícius da S. Esteves, Pedro Augusto (*in memorian*), Alberto Carlos dos Santos, Sérgio Ricardo Rosa, Sebastião Alencar Nogueira, Cacá da Biquinha (Claudinei de Paula), Barreto (Antonio de Paula) e o filho Zeca (José de Paula), ao palhaço Travessura (Luiz Alberto da Costa), e ao Duílio Guarine. Também ao jovem mestre-folião Tiago de Moura Meireles e ao calangueiro Edson Torres da Hora, ambos de Vassouras, onde realizei parte da pesquisa exploratória, que se estendeu ao Baile de Reis promovido pelo mestre-palhaço Zé Bola (José Maurício de São Severino) de Paraíba do Sul, a quem também agradeço. Ao Prof. Affonso Furtado, ao Nélio Ricardo e ao Rivelino (catirina) que gentilmente me atenderam em Rio das Flores.

Aos representantes de instituições que generosamente se dispuseram a me atender ao longo da pesquisa. São eles: Mônica da Costa (IPHAN-RJ), Prof. Dra. Cáscia Frade (UERJ), Luciane Barbosa (INEPAC-Rio), Prof. Adriano Novaes (INEPAC-Valença).

À minha mãe, Maria Márcia da Costa Magno, que me proporcionou aquele delicioso aconchego materno, que muito aliviou os exaustivos deslocamentos entre sua residência, em São Gonçalo, e a Urca, e entre minha residência (Valença) e a dela.

Aos amigos que, quando a pesquisa me conduzia a locais distantes e/ou em horários pouco acolhedores para uma mulher sozinha, se alternaram em me acompanhar. São eles: Wilson Brum, Patrício Sousa e Elenice Lessa.

Ao cineasta Noilton Nunes, pelas belas imagens que resultaram em um minidocumentário sobre a Folia de Reis de Valença, acessível pela internet.

Ao colega do PPGMS André Jacques Martins Monteiro, que disponibilizou os primeiros contatos para a pesquisa exploratória em Vassouras e Valença.

*“É preciso ainda que a sociedade viva; mesmo que as instituições sociais estejam profundamente transformadas, e então, mesmo que o esteja, o melhor meio de fazê-las criar raiz, é ajudá-las em tudo aquilo que se puder aproveitar das tradições.”*

*Maurice Halbwachs*

## RESUMO

A implantação do Sistema Nacional de Cultura, incorporado à Constituição em 2012, e do Plano Nacional de Cultura (2010) resultou da reformulação de políticas culturais por meio de uma ação do Estado, com estímulo à ampla participação da sociedade, voltando-se para a democratização do acesso e da produção cultural. Alinha-se ao compromisso da comunidade internacional (UNESCO) para salvaguarda, valorização e fomento da diversidade cultural. Cresce a centralidade das culturas populares no foco das políticas públicas. Mecanismos de acesso a recursos públicos são disponibilizados, mas os detentores de saberes tradicionais precisam se adequar as demandas burocráticas e lógica universalista em que esses mecanismos operam. O mesmo acontece com os processos de patrimonialização. Considerando o momento conjuntural, esta pesquisa analisa a relação que se estabelece entre os grupos tradicionais e o Estado, buscando refletir quanto à ressonância das políticas públicas junto aos agentes, a nível local, atentando para possíveis impactos na construção e atualização da memória social e da identidade desses grupos. O caso em estudo centra-se na *Folia de Reis* de Valença, município que sedia vinte e um grupos de *Folia* em atividade, que estão organizados em uma dinâmica Associação. Seu atual presidente é um *mestre-folião* que, com a ajuda de mediadores, se engajou em processo de aprendizagem das demandas burocráticas estatais, tornando-se, ele próprio, um mediador. Essa trajetória é aqui estudada com atenção aos impactos desse novo *status* em relação aos seus pares e ao poder local instituído. A Associação, em parceria com a Prefeitura, é a organizadora do *Encontro de Folias* que há quarenta e cinco anos reúne os grupos locais, funcionando como momento de fortalecimento das relações sociais entre os grupos e entre esses e a população valenciana. A dinâmica desse evento e as negociações entre os agentes, que precedem sua realização, também são focalizadas. A *Folia de Reis* está presente em quase todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, e encontra-se em processo de *Inventário* visando possível *Registro* como *Patrimônio Cultural do Brasil* pelo IPHAN, sob a denominação de *Folias de Reis Fluminenses*.

**Palavras-chave:** Culturas Populares. Políticas Públicas. Patrimônio. Folia de Reis.

## ABSTRACT

The implementation of the National Culture System, incorporated into the Constitution in 2012, and the National Culture Plan (2010) was a reformulation of cultural policies through a State action, with the stimulation of broad participation of society, turning to the democratization of access and cultural production. It follows the commitment of the international community to safeguard, valorization and promotion of cultural diversity. Popular cultures grow under the focus of public policies. Mechanisms are made available to allow access to public funding, but holders of traditional knowledge need to adapt to the bureaucratic demands and universalist logic in which these mechanisms operate. The same goes with the heritage processes. Considering this scenario, this research analyzes the relationship between traditional groups and the State, noting agreements and disagreements, both at the local and state/federal levels, and possible impacts in the construction of social memory and of identity of these groups. The case study focus on the *Folia de Reis* de Valença, city that hosts twenty-one *Folia* groups in activity, which are organized into a dynamic Association. Its current president is a *mestre-folião* who, with the help of mediators, has been engaged in a learning process of state bureaucratic demands, becoming, himself, a mediator. His trajectory is here studied, with attention to the impact of this new status in relation to his peers and the local government agents. The Association, in partnership with the Town Hall, is the organizer of *Encontro de Foliás* which for forty-five years gather local groups, operating as a moment of strengthening social relations between groups and between these and the Valencian population. The dynamics of this event and the negotiations between agents, which precede its realization, are also targeted. The *Folia de Reis* is a popular culture alive in almost all municipalities in the state of Rio de Janeiro. It is under an *Inventory* process aiming *Registration* as Cultural Heritage of Brazil by IPHAN, with the name of *Foliás de Reis Fluminenses*.

**Keywords:** Popular Cultures. Public Policies. Heritage. *Folia de Reis*.

## Lista de Figuras

<b>Figura 1</b>	- Croquis Igreja Nossa Senhora da Glória e entorno.....	136
-----------------	---	-----

## Lista de Fotos

<b>Foto 1</b>	- <i>Palhaço da Folia Estrela do Oriente</i> , de Valença.....	47
<b>Foto 2</b>	- <i>Palhaço da Folia Tradição do Oriente</i> , de Paraíba do Sul.....	47
<b>Foto 3</b>	- <i>Palhaço de grupo de Folia</i> de Juiz de Fora (MG).....	48
<b>Foto 4</b>	- <i>Palhaço de grupo de Folia</i> de Belmiro Braga (MG).....	48
<b>Foto 5</b>	- <i>Bandeira da Folia Estrela do Oriente</i> , de Valença.....	49
<b>Foto 6</b>	- <i>Bandeira</i> (descoberta) da <i>Folia Estrela do Oriente</i> , de Valença.....	49
<b>Foto 7</b>	- <i>Bandeira da Folia Descendentes de Davi</i> , de Vassouras.....	49
<b>Foto 8</b>	- <i>Bandeira de grupo de Folia</i> de Juiz de Fora.....	49
<b>Foto 9</b>	- Dona Maria: <i>palhaço na Folia de Reis</i> .....	58
<b>Foto 10</b>	- <i>Catirina</i> : de Matias Barbosa (MG).....	60
<b>Foto 11</b>	- Oficina de máscaras e adereços: presença do Prefeito.....	111
<b>Foto 12</b>	- <i>Encontro de Folia de Reis de Valença 2016</i> .....	135
<b>Foto 13</b>	- Barraca no <i>Encontro de Palhaços</i> .....	146

## Lista de Mapas

<b>Mapa 1</b>	- Valença no Estado do Rio de Janeiro.....	28
<b>Mapa 2</b>	- O <i>Vale do Café</i> Turístico.....	30
<b>Mapa 3</b>	- Valença: seus distritos e municípios limítrofes.....	33
<b>Mapa 4</b>	- Mapa de referências culturais de Valença: <i>Folia de Reis</i> ausente.....	125

## Lista de Tabelas

<b>Tabela 1</b>	- <i>Metas do PNC</i> : salvaguarda do Patrimônio Imaterial.....	84
<b>Tabela 2</b>	- 2014: Despesa empenhada, destinada às Secretarias Estaduais de Cultura e gasto <i>per capita</i> .....	90
<b>Tabela 3</b>	- Orçamento Municipal para 2015: comparativo para Secretaria de Cultura e Turismo.....	92
<b>Tabela 4</b>	- AGFORV e Editais públicos.....	129
<b>Tabela 5</b>	- <i>Encontros de Folias de Reis</i> na Região Sudeste.....	139
<b>Tabela 6</b>	- <i>Encontros de Folias de Reis</i> nas cidades Fluminenses.....	140

## Lista de Gráficos

<b>Gráfico 1</b>	- Mecenato (Lei Rouanet + Lei do Audiovisual).....	77
<b>Gráfico 2</b>	- % do Orçamento Total da União destinado ao Ministério da Cultura	78
<b>Gráfico 3</b>	- Distribuição do Orçamento para o Ministério da Cultura em 2014....	79
<b>Gráfico 4</b>	- Pontos de Cultura no Brasil: distribuição por característica identitária	82
<b>Gráfico 5</b>	- Valores aplicados pela “Lei de Incentivo à Cultura” no Estado do Rio de Janeiro.....	88
<b>Gráfico 6</b>	- Distribuição setorial do benefício fiscal concedido pela “Lei de Incentivo à Cultura” no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2012.....	89
<b>Gráfico 7</b>	- Relação entre total da despesa do Estado/União e a parcela dessa despesa destinada a Secretaria/Ministério da Cultura.....	90
<b>Gráfico 8</b>	- Dinâmica Patrimonial.....	102

## Lista de Abreviaturas e Siglas

AGFORV	- Associação dos Grupos de Folias de Reis de Valença
AREIVA	- Associação de Reisado de Valença
CAP	- Comissão de Avaliação de Projetos
CNC	- Conferência Nacional de Cultura
CNF	- Comissão Nacional de Folclore
CNFCP	- Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular
CNIC	- Comissão Nacional de Incentivo e Fomento à Cultura
CNPC	- Conselho Nacional de Política Cultural
DIP	- Documento de Intenção de Patrocínio.
EC	- Emenda Constitucional
FCRB	- Fundação Casa Rui Barbosa
FNC	- Fundo Nacional de Cultura
IDH	- Índice do Desenvolvimento Humano
INEPAC	- Instituto Estadual do Patrimônio Cultural
INRC	- Inventário Nacional de Referências Culturais
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEB	- Instituto Superior de Estudos Brasileiros
MINC	- Ministério da Cultura
PAC	- Programa de Ação Cultural
PEC	- Proposta de Emenda à Constituição
PIB	- Produto Interno Bruto
PNC	- Plano Nacional de Cultura
PROCULTURA	- Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura
PRONAC	- Programa Nacional de Apoio a Cultura
SCDC	- Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural
SNC	- Sistema Nacional de Cultura
SNIIC	- Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
SNPC	- Sistema Nacional de Patrimônio Cultural
SPHAN	- Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UERJ	- Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Culturas populares, Políticas Públicas e Patrimonialização:  
(Des)encontros na *Folia de Reis* de Valença, Rio de Janeiro**

**Sumário**

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1. FOLIA DE REIS: HISTÓRIA E LUGARES.....</b>	<b>27</b>
1.1 Valença e o Vale do Paraíba: do esplendor cafeeiro à diversidade cultural .....	28
1.2 A <i>Folia de Reis</i> e seu lugar em Valença.....	35
<b>2. CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS.....</b>	<b>74</b>
2.1 Cultura e Patrimônio: políticas públicas em reformulação.....	74
2.2 <i>Folia de Reis</i> : possível <i>Registro</i> como Patrimônio pelo IPHAN.....	94
<b>3 FOLIAS DE VALENÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ENCONTROS E DESENCONTROS.....</b>	<b>103</b>
3.1 Interagindo com agentes e mecanismos institucionais na esfera municipal .....	104
3.2 Interagindo com agentes e mecanismos institucionais nas esferas estadual e federal.....	125
3.3 O <i>Encontro de Folias de Reis</i> de Valença: superando desencontros.....	133
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>149</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>154</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>165</b>

## INTRODUÇÃO

A cidade de Valença dista apenas cento e sessenta quilômetros da capital do estado, o Rio de Janeiro. Assim, seus habitantes tem facilidade de assimilar, tanto às benesses (recursos tecnológicos de comunicação, por exemplo), quanto os dramas (drogas, criminalidade) do viver urbano. Estão igualmente expostos ao fenômeno denominado “globalização”, e ao processo de fragmentação identitária de que nos fala Stuart Hall, referindo-se ao período contemporâneo, ao analisar o tema “identidade”. Com tudo isso, Valença guarda redutos de culturas populares tradicionais atuantes, cuja presença remete a um dos três argumentos que Hall utiliza para contestar a ideia de que a “globalização” tenderia, inevitavelmente, a uma “homogeneização” cultural. Uma das contratendências apontadas por Hall é a existência de “uma fascinação com a diferença e com a mercantilização da etnia e da ‘alteridade’” (HALL, 2005, p.77). Sem enveredar, ainda, pelo tema da “mercantilização”, podemos afirmar que vivemos um período de reconhecimento e valorização da diversidade cultural (a tal “fascinação com a diferença”!), com políticas públicas específicas dirigidas ao fomento e salvaguarda das culturas populares. Essa interação entre os detentores das culturas populares e o Estado tem se convertido em objeto de estudo e encorajado olhares críticos por parte de pesquisadores, aos quais me uno através deste trabalho. As culturas populares tradicionais encontradas em Valença têm interagido com os agentes institucionais promotores ou mediadores dessas políticas, em diferentes extensões. Escolhi estudar como essa relação se processa, e os impactos que produz, no âmbito de uma delas: a *Folia de Reis*.

Independente dos diferentes papéis que desempenham na sociedade, como, por exemplo, aquele que os nomeia pela profissão que exercem, os mantenedores da cultura da *Folia de Reis* constituem um grupo social específico, que compartilha, transmite e incorpora, por gerações, uma tradição. Por tradição me refiro ao “conjunto de ritos e crenças que dão a um povo o sentido de sua identidade e de seu destino” (YERUSHALMI apud JELIN, 2002, p.124). Reconhecem-se detentores de uma identidade, ou seja, de algo que os distingue e que desejam que permaneça. Essa identidade dá suporte e é suportada pelas memórias do grupo, que se perpetuam e se atualizam, num fluxo constante, constituindo-se num interessante objeto de estudo para os pesquisadores da Memória Social.

O coletivo das memórias é o entrelaçamento de tradições e memórias individuais, em diálogo com outros, em estado de fluxo constante, com alguma organização social [...] e com alguma estrutura, dada por códigos culturais compartilhados. (JELIN, 2002, p.22)

Esse “diálogo com outros, em estado de fluxo constante” tem se intensificado na contemporaneidade, que tem por características, dentre outras, os ritmos temporais acelerados, a desterritorialização e a multiplicidade de contatos. Observa-se a valorização do transitório, do efêmero, que tais características promovem. Os agentes sociais passam a temer o esquecimento.

O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação com o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade memorável. [...] Assim, a materialização da memória, em poucos anos, dilatou-se prodigiosamente, desacelerou-se, descentralizou-se, democratizou-se. (NORA, 1993, p.14-15)

Em diálogo com Andreas Huyssen, Elizabeth Jelin aponta para o surgimento do que esse autor chamou de “cultura da memória”.

Esta ‘cultura da memória’ é em parte uma resposta ou reação à rápida mudança e a uma vida sem âncoras ou raízes. A memória tem, então, um papel altamente significativo, como mecanismo cultural para fortalecer o sentido de pertencimento a grupos e comunidades. (JELIN, 2002, p.9)

No campo do patrimônio a “cultura da memória” se materializou, inicialmente, na valorização da Memória Nacional, objetificada em monumentos e edificações, e fortalecida pela celebração de datas e cultos a personagens, representativos da construção de um passado do qual a Nação deveria se orgulhar (ABREU, 2007, p. 268-269). A exacerbação do nacionalismo e a emergência e difusão do conceito antropológico de cultura levaram a comunidade internacional a refletir sobre as culturas tradicionais e propor ações. A *Recomendação sobre salvaguarda da cultura tradicional e popular* da UNESCO, como resultado de uma Conferência em 1989, conclama os Estados-membros a adotar medidas de proteção para as culturas populares. As *Convenções* de 2003 e 2005 vão expandir considerações e conceitos, e reforçar a necessidade de valorizar e salvaguardar a diversidade cultural, através da adoção de políticas públicas nesse sentido.

Se [...] a partir da segunda metade do século XX, principalmente com o projeto da UNESCO, vimos se desenvolver o atributo da ‘cultura’ como diferencial e legitimador das novas políticas, o início do século XXI coloca em marcha uma pluralidade de questões. A principal delas consiste no deslocamento do eixo norteador da ideia de ‘singularidade nacional’ para a ideia de proliferação de ‘singularidades locais’ relacionadas às chamadas ‘populações tradicionais’. (ABREU, 2010, p.65)

Ao que o Estado se aproxima de grupos tradicionais para desenvolver ações de salvaguarda ou de fomento, temos, pelo menos, duas visões de mundo que precisarão interagir, se fazer compreender, ou não. Diferenças na lógica da condução do viver, na temporalidade que os orienta, nos contextos ambientais, nas crenças e valores, inevitavelmente produzirão efeitos para além daqueles esperados. Manoela Carneiro da Cunha, por exemplo, nos fala de uma “articulação interétnica”. Na tentativa de comunicação que se estabelece entre dois grupos com distintos esquemas culturais, como resultado de articulação entre ambos, “traços cujo significado deriva de sua posição no esquema cultural interno passam a ganhar novo significado como elementos de contrastes interétnicos. Integram dois sistemas ao mesmo tempo, e isso tem consequências”(CUNHA, 2009, p.356). Cunha focaliza o termo “cultura” e novas acepções que este adquire a partir das interações entre grupos indígenas e agentes institucionais, que atuavam em torno da salvaguarda e defesa dos direitos dos conhecimentos tradicionais desses grupos. A experiência levou a autora a concluir que o termo flui nesse contexto tanto para expressar a singularidade dos arranjos práticos, modos de pensar e viver de um grupo, sem que seus membros tenham consciência disso (a definição antropológica), como pode assumir “a propriedade de uma metalinguagem: [...] uma noção reflexiva que de certo modo fala de si mesma”. É esse segundo sentido, construído a partir das “articulações interétnicas”, que os indígenas apropriam para seu discurso. A autora utiliza cultura sem aspas, para identificar o primeiro significado, e “cultura” com aspas para o segundo (CUNHA, 2009, p.356-357).

Essas reflexões de Cunha afloram durante debates, em 2005, sobre os direitos dos povos tradicionais implicados no acesso ao conhecimento tradicional e aos recursos genéticos, com a presença de representantes de grupos indígenas. A autora estabelece conexão desses debates e a adoção do conceito de “desenvolvimento sustentável” pelos Estados participantes da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, que o tomaram como diretriz para suas ações. A ideia de um “desenvolvimento sustentável” se expande, sendo abraçada nas ações internacionais dirigidas aos bens de natureza imaterial num sentido mais amplo, com a diversidade cultural sendo valorizada e promovida como um caminho para esse desenvolvimento, como vemos, por exemplo, nos documentos da UNESCO. As justificativas para estabelecimento dos objetivos da *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*, tem início com a “consideração da importância do patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2003). Já na *Convenção sobre a proteção e*

*promoção da diversidade e das expressões culturais*, a palavra *desenvolvimento*, dentro de um contexto de desenvolvimento econômico, aparece trinta e cinco vezes (UNESCO, 2005).

O Brasil, signatário das Convenções da UNESCO, tem como marcos legais fundantes das ações de reconhecimento, valorização e salvaguarda do patrimônio imaterial, os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, e o Decreto 3.551 de 2000. Em 2011, o Ministério da Cultura finalizou o Plano Nacional de Cultura (PNC) para dez anos (até 2020), priorizando a valorização da diversidade cultural no território nacional e a participação social. Suas metas foram estabelecidas a partir de uma concepção de cultura que articula três dimensões: a simbólica, a cidadã e a econômica. No “aspecto da cultura como vetor econômico” percebemos o protagonismo do “desenvolvimento sustentável”, ao destacar

o potencial da cultura para gerar dividendos, produzir lucro, emprego e renda, assim como estimular a formação de cadeias produtivas que se relacionam às expressões culturais e à economia criativa. É por meio dessa dimensão que também se pode pensar o lugar da cultura no novo cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável. (MINC, 2013, p.18)

Dentre as ações que visam a promover e valorizar o patrimônio cultural instituídas pelo Estado, o *Registro* como *Patrimônio Cultural do Brasil* (Decreto 3551/2000), é a mais elevada “honraria” nacional concedida aos *Bens Culturais de Natureza Imaterial*, que são conceituados como “criações culturais de caráter dinâmico e processual, fundadas na tradição e manifestadas por indivíduos ou grupos de indivíduos como expressão de sua identidade cultural e social”<sup>1</sup>. Mas o raio das ações para valorização e fomento da nossa diversidade cultural é muito maior. O documento firmado pelo Ministério da Cultura de implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC) permite uma visão da amplitude dessas ações, que tem como objetivo geral:

Formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, promovendo o desenvolvimento - humano, social e econômico - com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais. (MINC, 2010, p.38)

Assim, além dos recursos de patrimonialização (*Inventário* e *Registro*), leis de incentivo fiscal, editais com ofertas de patrocínio, prêmios e outros constituem mecanismos que materializam as políticas culturais, e são colocados à disposição de pessoas ou grupos

---

<sup>1</sup> IPHAN. Resolução nº001 de 3 Ago 2006, publicada no DO de 23 Mar 2007.

produtores de cultura, incluindo aqueles detentores de saberes tradicionais. Lia Calabre sintetizou uma definição para *políticas culturais* a partir do que compreende estar em concordância com a “maior parte dos estudiosos”. Consistem de

um conjunto de ações elaboradas e implementadas de maneira articulada pelos poderes públicos, pelas instituições civis, pelas entidades privadas, pelos grupos comunitários dentro do campo do desenvolvimento do simbólico, visando a satisfazer as necessidades culturais do conjunto da população. (CALABRE, 2009, p.12)

Essa definição aponta para uma nova postura – agora participativa – dos diversos atores da sociedade. Na relação entre as instituições e as comunidades tradicionais, por exemplo, é esperado da segunda uma participação ativa tanto nas definições de políticas culturais, como nos processos de patrimonialização, no acesso aos mecanismos de fomento e em outros momentos e dimensões abrangidos por essas políticas.

Mas como um grupo popular, que opera dentro de seus saberes tradicionais, que não está familiarizado com os “códigos” e a lógica do Estado poderá ter uma “participação ativa” nesses processos? Terá, então, que aprendê-los. Refletindo sobre a diversidade cultural que se quer salvaguardar através das políticas culturais, Regina Abreu aponta um paradoxo: “o projeto do Patrimônio Cultural Imaterial que visa “salvar” as diferenças, as alteridades ou as diversidades culturais, apresenta sua face universalista numa lógica racionalista fundada em conceitos e categorias ocidentais” (ABREU, 2014, p.43).

Ao processo formativo que consiste em “ensinar a ‘linguagem patrimonial’ aos membros das comunidades tradicionais” a autora chamou de “alfabetização patrimonial” (ABREU, 2014, p.43). Seu foco são os processos de patrimonialização, mas as interações entre o Estado e os grupos tradicionais voltadas a valorização, divulgação e fomento de seus saberes e práticas, ao meu ver, também se encaixam nesse paradoxo, e demandam o mesmo esforço formativo. Seja num processo de patrimonialização ou na montagem de um projeto para inscrição num edital de fomento, membros de comunidades tradicionais precisarão aprender a lidar com procedimentos burocráticos e outras exigências. No âmbito dos editais de fomento, o aprendizado implica garantir ascendência sobre o processo, se não para gerirem diretamente, pelo menos para terem controle sobre propostas para obtenção de concessões e benefícios que intermediários (produtores culturais, secretarias de cultura) estarão acionando em seu nome. É uma nova dinâmica que se insere no seio das manifestações populares. Abreu indica, então, a necessidade de se pensar certas questões que emergem desse confronto entre a lógica racionalista do Estado e as práticas tradicionais de grupos populares, lógica essa que

naturaliza procedimentos tecnoburocráticos esperando que integrantes de comunidades tradicionais tenham participação ativa, sem questionar sobre o impacto em suas vidas com a

aquisição e o manejo desses procedimentos, assim como suas repercussões. Quais os membros das “comunidades que serão “iniciados” no preenchimento de dossiês, formulários, solicitações de registros? O que significará para estas “comunidades” estas novas “iniciações”? Quais os novos estatutos que estes indivíduos terão em suas “comunidades” após a aquisição destas novas habilidades e destes novos modos de existência? (ABREU, 2014, p.43-44)

As questões propostas por Abreu conformam minha primeira perspectiva de análise sobre as observações em campo. Os grupos de *Folia de Reis* de Valença estão organizados numa ativa Associação, que há alguns anos vem se inscrevendo em editais de valorização e fomento (ex: *Pontos de Cultura*), tendo logrado sucesso em alguns. No âmbito estadual, a manifestação está sendo objeto de *Inventário* visando um possível *Registro* das *Folias de Reis Fluminenses* como *Patrimônio Cultural do Brasil* pelo IPHAN. O Inventário está sendo feito na base de amostragem de municípios (quinze), mas Valença não foi um dos escolhidos. Não obstante, tem se feito representar em Seminários promovidos ou apoiados pelo Instituto para discussão do processo de patrimonialização.

A minha segunda perspectiva de análise considera o já mencionado “deslocamento do eixo norteador da ideia de ‘singularidade nacional’ para a ideia de proliferação de ‘singularidades locais’”, sobre o qual procuro observar e analisar seus desdobramentos na relação entre os grupos tradicionais e o poder político local (municipal). São tradições populares que ao longo de décadas (algumas por séculos) se expressam e se perpetuam sem grande visibilidade para além de sua própria comunidade ou cidade. Os recursos (próprios) são precários: contam com algumas doações de simpatizantes, e de políticos (candidatos ou eleitos) que, em época de pleito, se tornam sensíveis à carência dos grupos. Então, a partir dos últimos anos, esses grupos e suas culturais singulares tornam-se o foco das políticas culturais e ganham destaque no mercado do turismo e do entretenimento, passando a ser valorizados em nível nacional e estadual. Como fica, então, a relações entre esses grupos de culturas populares e o poder público local? Uma aproximação maior entre ambos parece óbvia, principalmente por iniciativa das autoridades municipais, afinal, a projeção das culturas locais equivale a projeção do município. Como se materializa essa aproximação? Quais os interesses comuns e como são negociados? Há apropriações de símbolos ou ressignificação de sentidos,

no que tange às práticas culturais, pelos agentes institucionais? Há apropriações de mecanismos, discursos e conceitos dos agentes públicos pelos grupos tradicionais?

Devemos observar que essa relação tende a intensificar-se ainda mais a partir do momento em que o país passa a adotar um processo participativo na condução das políticas culturais, envolvendo os três níveis de gestão pública (federal, estadual e municipal), para tratar tanto das deliberações a nível nacional quanto na aplicação dessas localmente. Em Valença as pastas da Cultura e do Turismo estão reunidas em uma única Secretaria, o que, considerando a referida concepção tridimensional da cultura, sugere maior inclinação à dimensão econômica. De fato, em uma das reuniões na Associação por mim observada, que contou com a presença do Secretário Municipal de Cultura e Turismo, este avaliou, enfaticamente, que “o futuro de Valença está no turismo cultural” e que a *Folia de Reis* teria papel fundamental nessa empreitada dada a força dessa expressão cultural no município. O estreitamento da relação entre cultura e turismo tem inquietado a comunidade acadêmica.

Culturas e populações locais tornam-se atrações para o turismo, absorvidas como matéria-prima para o desenvolvimento da indústria cultural, multiplicando-se as possibilidades da geração de novos produtos sob o rótulo de “turismo cultural”(...). Festas tradicionais, costumes e antigas construções são reapropriados pela indústria cultural e turística, sendo então alterados segundo novas dinâmicas produtivas e transformados em novos objetos de consumo, alterando profundamente as relações sociais nas diversas localidades. (AGUIAR, 2006, p.91)

O “turismo cultural” está compreendido na chamada “economia criativa”<sup>2</sup>. O PNC tem meta específica para aumento na competitividade dos destinos turísticos brasileiros, e considera que “as características culturais de uma cidade ou região são fundamentais para o desenvolvimento do turismo local” (MINC, 2013, p.44). O Plano Nacional de Turismo 2013-2016 aponta que de 2003 para 2009 houve um crescimento no setor de 32,4%, enquanto a economia, como um todo, cresceu nesse período 24,6%. No número de empregos, que em 2012 estava em torno de 2,95 milhões, a previsão para 2022 é de que esse segmento esteja empregando 3,63 milhões de pessoas (MINC, 2013, p.3).

---

<sup>2</sup> O PNC caracteriza “economia criativa” como “composta das atividades econômicas ligadas aos segmentos definidos pela UNESCO: patrimônio natural e cultural, espetáculos e celebrações, artes visuais e artesanato, livros e periódicos, audiovisual e mídias interativas e design e serviços criativos” (p.28). O artigo *Indústrias criativas: definição limites e possibilidades* (2009), de Pedro Bendassoli, professor da FGV-SP, é um caminho para aprofundar o entendimento do uso do termo “criativo”, seus significados, abrangência e perspectivas.

Também nos documentos do Ministério do Turismo identifiquei o discurso da sustentabilidade para o desenvolvimento econômico através do turismo. Adequar-se a demanda externa, entretanto, é percebida como condição para esse desenvolvimento:

O comportamento do consumidor de turismo vem mudando e, com isso, surgem novas motivações de viagens e expectativas que precisam ser atendidas. Em um mundo globalizado, onde se diferenciar adquire importância a cada dia, os turistas exigem, cada vez mais, roteiros turísticos que se adaptem às suas necessidades, sua situação pessoal, seus desejos e preferências (2010, p.7).

Temos, então, um campo empírico onde se desenrola uma interseção entre as políticas do Ministério do Turismo que entende que é preciso atrativos culturais para atender os “desejos e preferências” do turista, e as do Ministério da Cultura que almeja “proteger os saberes tradicionais” e contribuir “com a promoção da diversidade das expressões culturais em todo o território nacional” (MINC, 2013, p.18). É neste cenário de ambiguidades que atualmente se desenvolvem as relações e as trocas entre os agentes das políticas públicas e os detentores das culturas populares, e a cidade de Valença não é uma exceção.

Creio, então, poder resumir como objetivo geral deste trabalho conhecer e analisar a relação entre o Estado e as manifestações populares, tanto do ponto de vista da apropriação por parte dos grupos das ferramentas e conceitos introduzidos pelas políticas públicas, quanto do ponto de vista da apropriação por parte do Estado de conceitos e modos de ser e de fazer próprios das culturas populares. Pretendo atingir este objetivo geral através de objetivos mais específicos, a saber:

- ✓ Conhecer e analisar as relações que se estabelecem entre os grupos de *Folias de Reis* da cidade de Valença e as instituições (e seus agentes) que promovem ou intermediam ações voltadas à salvaguarda, valorização e fomento das culturas populares;
- ✓ Conhecer como se processa o aprendizado da “linguagem patrimonial”, ou seja, a “alfabetização patrimonial”, que irá viabilizar o acesso dos grupos de *Folia* aos mecanismos oferecidos pelo Estado, que lhes proporcionarão reconhecimento e benefícios materiais;
- ✓ Identificar possíveis impactos desse aprendizado nas relações sociais entre os integrantes do movimento de *Folia*, na medida em que ele será acessado por poucos.

- ✓ Observar se e como se dão apropriações de conceitos e modos de ser tanto pelas instituições do Estado (no nível municipal), como pelos praticantes da *Folia*;
- ✓ Sobre os encontros e desencontros que venham a emergir dessa relação, atentar para possíveis impactos no cotidiano dos grupos de *Folia* valencianos, na construção da identidade desses grupos, e nos significados e crenças que configuram a manifestação.

Penso que a relevância deste estudo para o campo da Memória Social ou Coletiva, justifica-se principalmente, pelas condições da contemporaneidade, que desafiam visões e práticas tradicionais à conviverem e se perpetuarem num mundo de variadas e aceleradas transformações, como avalia Jelin, ao dialogar com Halbwachs:

As instituições tradicionais – a Igreja, a família, a classe social e a nação – foram durante muito tempo os ‘marcos sociais para a memória’, como conceitualizou Halbwachs. Este funcionamento social de larga duração se vê fortemente alterado na atualidade, em uma época de aceleração dos ritmos temporais, de contatos múltiplos desterritorializados, de inserções plurais que questionam crenças sacralizadas. (JELIN, 2002, p.124)

A continuidade da memória de um grupo, e conseqüentemente de sua identidade, depende, segundo Halbwachs, da continuidade desse grupo e das influências externas a que estão sujeitos seus membros. Quando um ou mais membros interagem com outros “grupos diversos ou opostos” agregam complexidade às suas opiniões, preferências e sentimentos que vão influenciar o seu grupo identitário original (se assim eu puder chamar). São poucas as chances do grupo perceber que está sofrendo pressões exógenas, que irão produzir transformações que poderão incluir efeitos indesejáveis que só serão identificados como tal muito mais tarde, e talvez tarde demais para qualquer ajuste. Isto porque, “na medida que cedemos sem resistência a uma sugestão de fora acreditamos pensar e sentir livremente. É assim que a maioria das influências sociais que obedecemos com mais frequência nos passam despercebidas” (HALBWACHS, 1990, p.47).

Essas transformações podem, por exemplo, impactar significados, crenças e valores de tal forma, que a legitimação de uma expressão cultural como patrimônio possa ser comprometida. É difícil imaginar que grupos percebidos como detentores de saberes e práticas que os distingue, lhes confere dignidade e empoderamento, vão ficar satisfeitos quando, de repente, perderem tal distinção e força política.

A intangibilidade pode ser valorizada inclusive como aspecto mais relevante de um bem, na medida em que precisamente sua legitimação como patrimônio será resultado das lutas pela imposição dos sentidos; são os significados, os usos e valores que se assinalam e se atribuem às expressões culturais os fatores que determinam seu caráter e, portanto, sua inclusão no campo patrimonial. (ROTMAN e CASTELLS, 2007, p.4)

A *Folia de Reis* é, então, uma das incontáveis manifestações populares brasileiras reconhecidas como patrimônio cultural por seus detentores e por apreciadores da cultura popular, ainda que não detenha a titulação conferida pelo IPHAN. Seu lastro está na memória dos grupos que a promovem a cada ciclo natalino. Se a memória e, conseqüentemente, a identidade desses grupos está sujeita a inserções de natureza completamente distinta da devoção religiosa, dos laços sociais e dos valores nos quais estão alicerçadas, entendo que a Academia não pode se abster (e não tem se abtido) de acompanhar e problematizar tais inserções. Eu, aqui, ofereço a minha contribuição.

Para o trabalho de campo a metodologia adotada foi a da pesquisa qualitativa, utilizando como ferramentas principais entrevistas, observações e coleta de imagens.

A *entrevista estruturada* foi o mecanismo que utilizei para me informar sobre todos os grupos existentes no município, localizando e entrevistando seus responsáveis. Foi uma etapa significativa na pesquisa pois me permitiu conhecer as lideranças de cada grupo, e me fazer conhecer, bem como ao trabalho que estava iniciando. O resultado mais concreto desse contato foi à lista dos grupos estabelecidos no município, consistindo do Apêndice A. Entretanto, colhi outros benefícios. A aproximação permitiu me familiarizar, ainda que superficialmente, com aspectos da vida dessas pessoas, principalmente, no que tange ao engajamento com a *Folia*, resultando em melhor percepção do contexto social em que vivem. Também contribuiu para estabelecer uma relação de confiança, que considero ter sido fundamental para a boa vontade com que fui atendida em entrevistas subsequentes, e para a aceitação da minha presença nas reuniões internas da Associação. Meu principal informante durante toda a pesquisa foi o *mestre-folião* Francisco José Figueira Ferreira (Chico da Folia), também presidente da Associação de *Folias* local. Através dele identifiquei pessoas com contribuições significativas a dar para a minha pesquisa, com destaque para uma que exerceu relevante papel de aproximação entre a Associação e agentes públicos federais e estaduais: o padre Medoro. Para conversar com Chico da Folia, padre Medoro e demais integrantes do movimento de *Folias de Reis*, recorri a *entrevistas semiestruturadas*. A semiestruturação de entrevistas também foi a estratégia de trabalho para os contatos com agentes institucionais,

sendo eles: João Ewerton (Secretário de Cultura e Turismo do Município), Mônica da Costa (IPHAN-RJ), Cásia Frade (acordo cooperativo IPHAN-UERJ), e Adriano Novaes e Luciane Barbosa do INEPAC. Apesar da formalidade que sugere o termo *semiestruturada*, tentei, e creio ter conseguido, construir uma relação amigável e de confiança mútua com meus entrevistados, garantindo um ambiente descontraído, de forma que fosse possível, como recomenda Geertz, “conversar com eles”. No Apêndice B sintetizo esses contatos em forma de organograma.

Ao inserir no texto depoimentos coletados nas entrevistas, optei por transcrevê-los sem proceder a qualquer ajuste para adequá-los à norma culta da língua portuguesa. Isto num esforço de aproximar o meu leitor de uma riqueza cultural que tem os seus próprios códigos de expressão, os quais, a meu ver, devem ser respeitados.

A *observação participante*, técnica que demanda tempo, interação com os atores do meu campo de pesquisa, ciência por parte desses da minha presença e das minhas intenções, foi o outro instrumento de trabalho que utilizei na pesquisa com os integrantes do movimento de *Folia de Reis* de Valença. Como já mencionei, o início da aproximação com esses atores se deu com entrevistas estruturadas individuais, realizadas nas primeiras reuniões da Associação que observei. Os laços de confiança mútua se fortaleceram ao longo dessas reuniões, até onde é possível para uma pessoa que é “de fora”. Assim, eu pude expandir minhas *observações participantes* em outros momentos de negociação ou socialização em que estiveram envolvidos. Além de acompanhar algumas visitas à casa de devotos, estive presente nos eventos de *Encontros de Folias* do município, o *Baile de Reis* de um dos grupos, o ensaio para a *jornada* de outro grupo, uma reunião com o Secretário de Cultura. Um momento considerado importante pelo meu principal informante e outros entrevistados é a *Missa do Envio*, que caracterizo em capítulo apropriado. Por motivo de doença, não pude comparecer.

A despeito da minha inexperiência com etnografias, tentei realizar um trabalho de viés antropológico, alinhado à *Teoria Interpretativa da Cultura*, de Clifford Geertz, seguindo sua abordagem semiótica da cultura, cuja proposta é a de “auxiliar-nos a ganhar acesso ao mundo conceitual no qual vivem os nossos sujeitos, de forma a podermos, num sentido um tanto mais amplo, conversar com eles” (GEERTZ, 2008, p.17). Ainda como recomenda esse autor, estive atenta ao comportamento dos sujeitos observados, “pois é através do fluxo do comportamento – mais precisamente, da ação social – que as formas culturais encontram articulação” (GEERTZ, 2008, p.12).

Em outras situações que não demandavam ou não permitiam maior envolvimento de minha parte, fiz *observações simples*. Foram momentos que ajudaram a expandir minha

percepção das relações sociais que se estabelecem (ou não) entre os grupos de Valença com os da região, ou com outras instâncias institucionais. As oportunidades que surgiram e que eu pude aproveitar foram: *Baile de Reis* em Paraíba do Sul, 37ª edição do evento *Visita de Santos Reis* (encontro de grupos de *Folia*) em Manuel Duarte (distrito de Rio das Flores), Seminário em Vassouras para tratar da patrimonialização das *Folias* do Estado do Rio, reunião do Conselho Municipal de Cultura e reunião do presidente da Associação com representante do Ministério Público Federal. No Apêndice C apresento um panorama das observações realizadas.

Imagens foram capturadas durante as observações com objetivo de auxiliar na compreensão dos meus relatos e análises pelos leitores deste trabalho. Um minidocumentário (seis minutos) foi produzido com filmagem gentilmente cedida pelo cineasta Noilton Nunes, sendo acessível pela *internet*<sup>3</sup>. Entreguei, formalmente, uma cópia em DVD aos foliões, durante uma reunião da Associação (maio 2015), além de informá-los sobre a disponibilidade na *web*. Que o meu trabalho fosse mais um meio de divulgação do movimento de *Folias* do município era uma das expectativas do grupo em relação a minha presença em suas reuniões e demais atividades. O documentário operou como um retorno às suas expectativas. Aproveitei para explicar que o meu trabalho, como acontece aos trabalhos acadêmicos em geral, ficará disponível para consulta a outros pesquisadores e interessados, e que a Associação receberá uma cópia. Também comentei que estaria participando de congressos acadêmicos onde falaria do trabalho realizado e poderia exibir o documentário, contribuindo, assim, para a divulgação. Citei como exemplo o evento *VI Seminário Internacional de Políticas Culturais* da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, que estava prestes a participar. Suspeito que tenham ficado tão satisfeitos em saber desses desdobramentos, como eu fique em compartilhar com eles.

Iniciando a pesquisa bibliográfica constatei que a *Folia de Reis* tem sido objeto de vários trabalhos acadêmicos, principalmente de cunho antropológico, há algumas décadas. Optei, então, por fazer minha seleção de leitura entre pesquisas realizadas em território fluminense, a partir da década de 1990. Assim, quando adentrei ao trabalho de campo propriamente dito, ou seja, após a pesquisa exploratória e já com meu objeto e campo já bem definidos, havia lido Wagner Chaves (2003) e Daniel Bitter (2008). Foram fundamentais para proporcionar conhecimento sobre a manifestação, seus preceitos, símbolos, valores, personagens e códigos. Foi como ter aprendido um novo idioma, posto que, senti-me, então,

---

<sup>3</sup> *Folia de Reis – Valença, Rio de Janeiro*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=msdysMQZn6U>>. Acesso em: 5 Mar 2016.

segura para dialogar com os meus sujeitos pesquisados. Em paralelo com as incursões empíricas, estudei os trabalhos de Patrícia Monte-Mór (1992) e Cásia Frade (1997) que ampliaram meu conhecimento sobre o cotidiano da manifestação e seus praticantes. A leitura desses quatro trabalhos também contribuiu para o aprendizado necessário ao desejo de adotar uma abordagem antropológica na minha investigação. Através deles penso ter capturado o sentido daquela “densidade” recomendada por Geertz. Enquanto fazia minhas próprias observações, refletia sobre o que havia lido desses antropólogos, fazendo comparações, observando similaridades e diferenças, e pensando o porquê delas. Desses trabalhos pude extrair também experiências e considerações com as quais me propus a dialogar ao longo das minhas análises.

Logo no início dos meus contatos em campo, ao questionar sobre contatos anteriores com pesquisadores, o nome do “seu Affonso” se repetiu algumas vezes, e com certa deferência. Eu já o tinha visto, brevemente, no Seminário em Vassouras (Set 2014), ao qual ele tinha comparecido a convite de Cásia Frade. Curiosa, cheguei ao livro de Affonso Furtado da Silva (2006), pesquisador autônomo e ativista em defesa da valorização da *Folia de Reis*, residente em Manuel Duarte, Rio das Flores-RJ. Ele segue a linha folclorista, investindo em descrever e historicizar a manifestação, agregando uma longa lista de fontes de referência em seu trabalho. Através dele conheci um pouco sobre a ancestralidade da manifestação, e obtive uma visão espacial e quantitativa da presença da *Folia* em toda a Região Sudeste.

Mais ao final da pesquisa tive acesso a duas teses de doutorado que não tratavam da *Folia de Reis* no Estado do Rio, mas estavam bem alinhadas com o meu tema, pois discutiam justamente a relação entre culturas populares e o Estado. Uma sobre o Bumba-Meu-Boi do Maranhão (Antônio Padilha, 2014), e outra sobre o Terno de Reis em Minas Gerais (Edilberto Fonseca, 2009).

As referências teóricas que suportam minhas análises foram consolidadas, de fato, ao longo da pesquisa. Apesar de ter algumas ideias no início da mesma, foi no diálogo com o campo empírico que firmei minhas escolhas:

- ✓ Nas questões envolvendo memória e identidade, recorri a conceitos de Halbwachs e Paul Ricouer, e contribuições pontuais de Stuart Hall e Elizabeth Jelin.
- ✓ Sobre o desenrolar das relações sociais entre os próprios membros dos grupos de *Folia*, com outros grupos, ou com agentes institucionais, apoiei-me em Roberto DaMatta e Léa Freitas Perez.

- ✓ Nas discussões das questões envolvendo salvaguarda e fomento do patrimônio imaterial contei com José Jorge de Carvalho, Regina Abreu e José Reginaldo Gonçalves.
- ✓ Para a problematização do conceito de “culturas populares” encontrei suporte, principalmente, no trabalho de Cásia Frade. Já o trabalho de Leila Bianchi Aguiar me ajudou a problematizar “turismo cultural”.

Optei por não agregar conceitos e referências teóricas em um único capítulo ou subcapítulo, mas introduzi-los em função da demanda da própria narrativa e das análises que se mostraram necessárias.

A dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro eu apresento histórica e geograficamente o município de Valença e adentro ao seu movimento de *Folia de Reis* na contemporaneidade. Invisto na caracterização da expressão cultural e ação de seus detentores, abordando a *missão* que abraçam, os *fundamentos* e as *promessas* com os quais se comprometem, suas referências simbólicas, organização hierárquica, recursos e habilidades artísticas aplicadas, instrumental e relações sociais. Também evidencio a religiosidade cambiante, ainda que predomine o discurso do vínculo católico, o processo de transmissão de saberes, e a organização em forma de Associação, identificando os interesses que os estimulam a tal. Em todo o texto da dissertação, opto por utilizar o formato itálico para destacar os termos compreendidos no universo da manifestação, que fortalecem a sua identidade, além do uso já previsto do itálico pelas normas acadêmicas.

No segundo capítulo organizo o conhecimento que adquiri sobre as Políticas Culturais no Brasil, até o nível de aprofundamento que julguei necessário para compreender o contexto no qual as culturas populares estão ou deveriam estar interagindo com os agentes públicos. Exponho minhas percepções sobre as expectativas do Estado em relação às culturas populares, os principais resultados das ações institucionais vigentes, e os obstáculos que ainda permanecem ao desejado processo de democratização da produção e acesso à cultura. Também identifico os marcos legais das políticas culturais nos níveis federal, estadual (Rio de Janeiro) e municipal (Valença). Em subcapítulo específico trato sobre o processo de patrimonialização das *Folias de Reis Fluminenses*, cujo *Inventário*, desenvolvido através da parceria IPHAN-UERJ, encontra-se em andamento desde 2010. A partir de depoimentos de agentes institucionais envolvidos, faço um retrospecto do processo e situo o estágio atual.

No capítulo final, âmago da dissertação, desenvolvo três temas e os analiso em prol dos objetivos da pesquisa, já expostos: (i) a relação entre os grupos de *Folia* de Valença com agentes e mecanismos institucionais na esfera municipal, (ii) idem para as esferas estadual e

federal, e (iii) a confluência de interesses (*foliões*, prefeitura e igreja) que fazem dos *Encontros de Folias* do município um sucesso junto à comunidade valenciana há quarenta e quatro anos.

No primeiro tema identifico a presença de relações fundamentadas em laços de lealdade, amizade e compensações: um *ethos* que se reproduz por gerações. No segundo tema evidencio o protagonismo do Chico da Folia, um *mestre-folião*, que trabalhava como pedreiro e hoje assessora o atual Secretário de Cultura e Turismo. Dotado de notória autopropulsão, Chico está em constante aprendizado dos códigos institucionais no campo da cultura, processo que caracterizei no início como “alfabetização patrimonial”. Aproveitou oportunidades abertas por mediadores, tornando-se, ele próprio um mediador, chegando a uma posição ambígua: é detentor e praticante de saberes de uma cultura popular, ao mesmo tempo em que exerce uma função institucional. No terceiro tema, caracterizo os *Encontros de Folias* anuais no município, e analiso minhas observações sobre o planejamento e realização do primeiro *Encontro de Palhaços de Valença* resultado de trabalhosa negociação entre os próprios membros dos grupos, e entre esses e o poder municipal.

## 1. FOLIA DE REIS: HISTÓRIA E LUGARES

Como todos os municípios que integram a Região *Vale do Café*, denominação consagrada em diversas publicações voltadas ao turismo<sup>4</sup>, Valença detém edificações e monumentos legados pelo ciclo econômico cafeeiro fluminense (entre os finais dos séculos XVIII e XIX), bem como uma rica herança cultural imaterial. A *Folia de Reis* é uma das expressões culturais presentes no município, que conserva semelhanças como também diferenças em relação à prática dessa celebração em outros municípios da região e adjacências. Nesse capítulo procuro contextualizar Valença, no tempo e no espaço, e adentrar ao seu movimento de *Folia de Reis* na contemporaneidade. Tentei abranger o suficiente a permitir que os leitores deste trabalho conheçam suas peculiaridades e alguns de seus personagens. Com sorte, espero ter conseguido, também, compartilhar um pouco da emoção no convívio e observação de pessoas que guardam e reproduzem, ou reconstroem, com profundo amor e respeito, as lições e a fé que herdaram de seus antepassados.

---

<sup>4</sup> Por exemplo, o *Guia cultural do Vale do Café*, produzido em 2013 pelo Instituto Cultural Cidade Viva, com a chancela do Ministério da Cultura. Disponível em <[http://envio.institutocidadeviva.org.br/arquivos/guia\\_do\\_cafe.pdf](http://envio.institutocidadeviva.org.br/arquivos/guia_do_cafe.pdf)>. Acesso em: 2 Fev 2015.

## 1.1 - Valença e o Vale do Paraíba: do esplendor cafeeiro à diversidade cultural

Valença é o segundo município em extensão do estado do Rio de Janeiro, com população estimada em setenta e três mil habitantes, sendo 13,5% na área rural. Em 2010 seu IDH era 0,738 (Brasil: 0,813), o PIB era R\$1.108 milhões (o do estado era R\$407.000 milhões), correspondendo ao um PIB *per capita* de R\$15,4 mil, enquanto o estado do Rio apresenta R\$25,5 mil<sup>5</sup>.

**Mapa 1** – Valença no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: <http://www.amigosdarua.org/quemsomos.htm>.

Valença está inserida no Vale do Paraíba Fluminense, que se notabilizou economicamente como o maior centro cafeeiro na primeira metade do século XIX, projetando-se, conseqüentemente, como centro de poder político na época. A ocupação do interior fluminense vai se dando gradualmente, em função do trajeto percorrido pelos tropeiros para escoamento da produção mineira das Gerais, ligando a região mineradora aos portos de Paraty (“Caminho Velho”) e Rio de Janeiro (“Caminho Novo”). Uma bacia hidrográfica de rios pouco extensos desembocando no fundo da Baía de Guanabara, facilitava o deslocamento e se constituía em outro eixo de povoamento.

Pelas águas do Meriti, do Sarapuí, do Iguaçú, do Pilar, do Saracuruna, do Guapemirim, do Suruí, do Magé, do Inhomirim, do Macacu e do Guaxindiba é que foram subindo os desbravadores. Ao longo de suas margens é que se

<sup>5</sup> Informações e cálculos a partir de dados fornecido pelo IBGE, disponível em <[http://cidades.ibge.gov.br/download/mapa\\_e\\_municipios.php?lang=&uf=rj](http://cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=rj)> e <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rj>> . Acesso em: 12 Mar 2015.

foram alinhado os engenhos e as fazendas. (LAMEGO apud MACHADO, 1993, p.25)

A bacia também contribuiu para a ocupação, o comércio de gêneros alimentícios e de animais de Minas Gerais para o Rio de Janeiro. Para atender as demandas das tropas que, tanto traziam a produção mineira para o porto do Rio de Janeiro, como retornavam com manufaturados e escravos do Rio de Janeiro para aquela região, pontos de apoio iam se firmando.

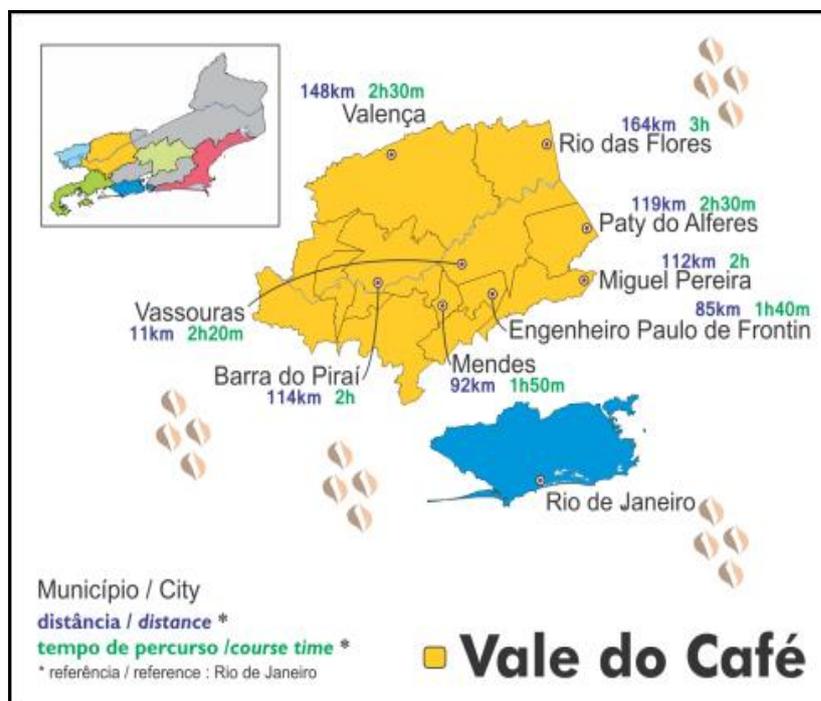
Assim, por essas vias de penetração foram se estabelecendo sítios e pousos de tropeiros, os quais forneciam à capital, gêneros agrícolas (feijão, milho e mandioca) e alguns engenhos produtores de açúcar, além dos primeiros cafezais. (MACHADO, 1993, p.22).

Aos antigos mineradores é conferido papel relevante para a difusão da cafeicultura na região, onde se estabeleceram, com seus escravos, após o declínio da mineração, no último quartel do século XVIII (MACHADO, 1993, p.21). A cidade do Rio de Janeiro foi o polo irradiador da cafeicultura para o Vale, sendo Resende a localidade da região que recebeu os primeiros plantios, seguida por Barra Mansa, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul e Barra do Piraí, perdendo, gradualmente seu protagonismo. Na região ainda podem ser encontradas edificações, em diferentes condições de conservação, de mais de trintas fazendas remanescentes do ciclo do café<sup>6</sup>. Atualmente, o estímulo ao turismo tem divulgado o *Vale do Café* como composto apenas por aqueles municípios nos quais estão estabelecidas fazendas que abrem suas portas à visitação.

---

<sup>6</sup> Instituto Preservale. Disponível em: <<http://www.preservale.com.br/mapa-da-regiao>>. Acesso em: 1 Dez 2015.

## Mapa 2 – O Vale do Café turístico



Fonte: <<https://riomais20setur.wordpress.com/2012/05/24/regiao-vale-do-cafe/>>.

Acesso em: 1 Dez 2015.

De base escravista, o cultivo do café em grande plantéis fez do Vale uma região de ocupação predominantemente escrava, compostas por africanos, e seus descendentes aqui nascidos, chamados crioulos. Uma comparação entre população livre e escrava tomando os municípios da província do Rio de Janeiro em três censos realizados de 1840 a 1856, indicam que Valença, Vassouras e Pirai se destacavam como maiores detentores de cativos, representando em torno de 70% da população total. No outro extremo encontrava-se Parati com pouco mais de 30% (SALLES, 2008, p.185). Em Valença, os descendentes dessa população escravizada, possíveis de se identificar pela cor da pele (negros e pardos), representam, na atualidade 50,2%, proporção que se alinha com a nacional que é de 51%<sup>7</sup>.

Trazida sob rígida e, frequentemente, cruel disciplina, com péssimas condições de vida, a possibilidade de rebeliões pela população escrava assombrava os grandes proprietários. O sucesso da revolta escrava no Haiti (1803), a Revolta dos Malês na Bahia

<sup>7</sup> Obtido do Banco de Dados Agregados, do IBGE, para o censo de 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=25&i=P&c=3521>> . Acesso em: 1 Dez 2015.

(1835), as reações individuais violentas de escravos contra feitores na própria região, eram alguns dos acontecimentos cuja lembrança alimentava o temor senhorial. A eficácia da estratégia de punições extremadas para combater as tentativas de fuga e desobediência, foi posta em questão a partir de 1840. O episódio marcante foi o levante de escravos comandado por Manoel Congo, em 1838, em Vassouras. Os fazendeiros locais reuniram-se em uma *Comissão Permanente*, da qual resultou, em 1854, documento intitulado *Instruções para a Comissão Permanente nomeada pelos fazendeiros de Vassouras*, em forma de uma “carta circular que deveria ser distribuída entre os proprietários da região”. O documento propunha a adoção de medidas “no sentido de evitar uma insurreição geral dos escravos e reduzir a incidência e reprimir insurreições parciais” (SALLES, 2008, p.192). As propostas incluíam fazer concessões tais como ceder terras para o cultivo próprio dos escravos, e tempo para diversão,

como na quarta medida proposta, que aconselhava ‘permitir e mesmo promover divertimentos entre os escravos’. A proibição de tais atos seria ‘...barbaridade e falta de cálculo’. Sendo os africanos ‘...apaixonadíssimos por certos divertimentos, impedir-lhos é reduzi-los ao desespero, o mais perigoso dos conselheiros. Quem se diverte não conspira’ (SALLES, 2008, p.193)

Difícil não atribuir a essas “concessões” papel relevante na perpetuação e difusão das expressões de arte e religiosidade africanas tais como o jongo, a capoeira, e as próprias religiões africanas, altamente performáticas, já que os escravos estariam “livres” para realizá-las e para transmiti-las aos seus descendentes.

Outro mecanismo de controle sobre os escravos era a imposição dos preceitos católicos que incluíam “ter domingo, dia santo, ouvir missa e se confessar” (SALLES, 2008, p.194). A *Folia de Reis* é um testemunho da absorção dos valores e crenças católicas pela população escrava e seus descendentes, ainda que miscigenados às crenças de origem africana, como veremos no subcapítulo seguinte. As imagens nos incontáveis registros escritos ou audiovisuais atualmente disponíveis sobre *Folia de Reis* atestam a afrodescendência da maior parte de seus executores. As minhas observações em Valença, ainda que não suportadas por uma contagem precisa, indicam que entre 70% e 80% dos integrantes de grupos de *Folia* são negros ou pardos.

O fim da escravidão, a evasão dos ex-cativos e o empobrecimento do solo decretaram o fim da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba Fluminense. As áreas de plantio se transformaram em pastos e a pecuária leiteira floresceu. Desta há alguma atividade

remanescente mais a riqueza por ela gerada corresponde, em 2012, à apenas 2% do PIB do município<sup>8</sup>.

Na primeira metade do século XX, seguindo tendência nacional de industrialização, concentrada no território que acumulou capital com a agricultura – o eixo centro-sul do país – Valença se industrializa. O empresariado se concentra no segmento têxtil: em 1950 as três maiores empresas empregavam 10% do total de 12.450 habitantes do distrito-sede do município (IORIO, 2013, p.168-173 e 208). Na década de 1970 ingressaram no setor têxtil brasileiro grandes investidores estrangeiros, com novas tecnologias. O crescimento industrial, que havia acontecido sob protecionismo do Estado, levou a certa acomodação do empresariado que se descuidou da modernização tecnológica, resultando no enfraquecimento frente à concorrência estrangeira. A indústria têxtil de Valença se extinguiu. Atualmente o segmento de serviços é responsável por 70% do PIB municipal<sup>9</sup>.

Em Valença encontra-se a Comunidade do Quilombo São José da Serra, no distrito de Santa Izabel do Rio Preto, grupo de expressão na prática do Jongo, incluso no inventário realizado pelo IPHAN que deu base ao *Registro do Jongo do Sudeste como Patrimônio Cultural do Brasil* em 2005. Apesar do laço étnico entre os praticantes do Jongo de São José e dos integrantes das *Folias* de Valença, observei que não existe uma significativa proximidade entre ambos, pelo menos nos dias atuais. Questionei diretamente alguns foliões, sobre o envolvimento desses com o Jongo, seja por integração com os moradores do Quilombo, seja como prática independente, ainda que esporádica, e a resposta foi negativa. Casos isolados de relação de amizade ou parentesco com algum morador do Quilombo foram citados, mas sem desdobramentos. O presidente da Associação de *Folias* comentou que, nos últimos anos, o contato maior provém da ida de um ou outro grupo de *Folia* para se apresentar na festa anual que lá se realiza (13 de maio).

Esse distanciamento pode ser reflexo da própria dificuldade de acesso ao Quilombo, que dista aproximadamente cinquenta quilômetros da sede do município, sendo que a ligação rodoviária entre os dois pontos era feita através de uma estrada, hoje rodovia, cuja pavimentação só foi concluída em 2011<sup>10</sup>.

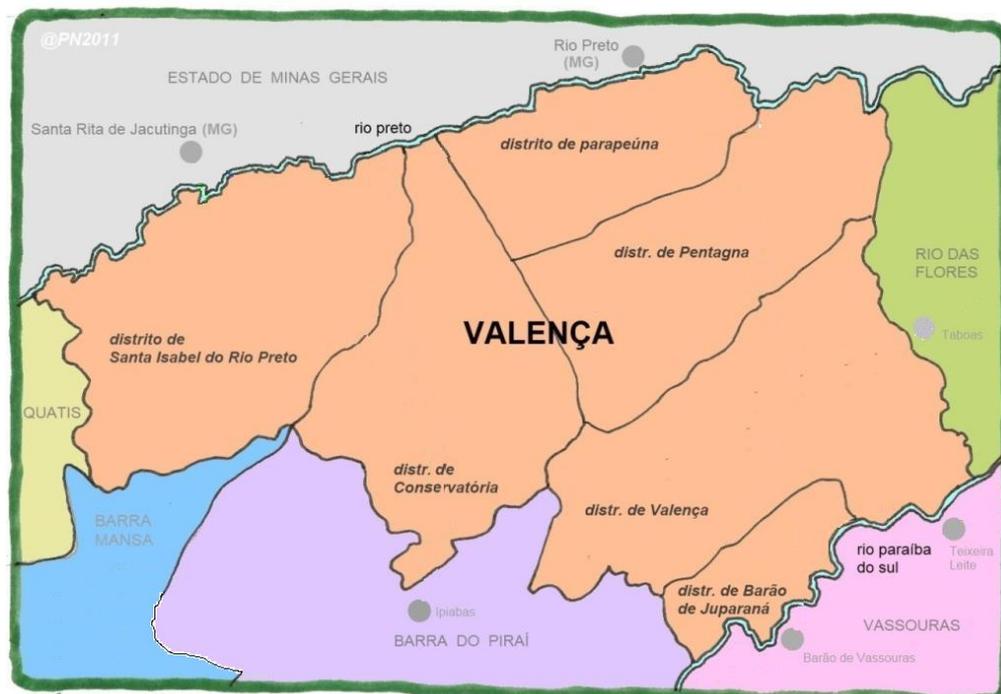
---

<sup>8</sup> Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=330610&idtema=134&search=rio-de-janeiro|valenca|produto-interno-bruto-dos-municipios-2012>>. Acesso em: 17 Dez 2015.

<sup>9</sup> Idem.

<sup>10</sup> Em 2010 foi inaugurado o trecho de 21Km que liga Valença a Conservatória (RJ 143), e em 2011 o trecho de 28Km que liga Conservatória à Santa Isabel do Rio Preto (RJ 137).

**Mapa 3** – Valença: seus distritos e municípios limítrofes



Fonte: <[http://agenciaspostais.com.br/?page\\_id=432](http://agenciaspostais.com.br/?page_id=432)>. Acesso em: 2 Maio 2015

Outra forma de expressão cultural encontrada na região é o Calango. A Universidade Federal Fluminense indica que é tema pouco estudado pela academia. Em 2005 O Laboratório de História Oral e Imagem daquela universidade (LABHOI) produziu um documentário intitulado *Jongos, Calangos e Folias*<sup>11</sup>. De fato, uma pesquisa ao banco de dados da Capes revelou a existência de apenas um trabalho sobre o tema: a dissertação de mestrado *O calango no Vale do Paraíba – Estudos Etnográficos em Duas Barras e Vassouras*, de Daniel Costa Fernandes, em 2012. Em seu estudo Fernandes avalia que o Calango é “um híbrido de diversas práticas culturais” interseccionando outras expressões culturais da região, inclusive a *Folia de Reis*. Em depoimentos que colheu, a prática de compor versos pelos *palhaços* da *Folia* foi apresentada como exercício de aprendizado para o versejar do Calango. Fernandes sintetiza essa forma de expressão musical como

evento poético-musical, performativo e festivo, onde são cantados versos em rimas com acompanhamento instrumental e, ocasionalmente, servindo para animar uma dança de pares enlaçados, a semelhança da dança do forró, guardada as devidas especificidades. (FERNANDES, 2012, p.14)

<sup>11</sup> Disponível em <[https://www.youtube.com/watch?v=DB\\_AHH3xXYQ](https://www.youtube.com/watch?v=DB_AHH3xXYQ)>. Acesso em: 15 Dez 2015.

Em Valença não observei encontros em que o Calango fosse executado, mas numa roda de conversa entre *foliões*, percebi grande empolgação, quanto alguém introduziu o tema. Logo começaram a enumerar pessoas de *Folias* que consideravam “bons no calango” e evocaram lembranças de encontros onde desfrutaram da alegria de uma boa roda de Calango.

O município de Valença conta ainda com um distrito cuja determinada forma de expressão sócio-musical provocou uma revolução econômica no lugar, ao longo dos últimos quarenta anos. O distrito é Conservatória e a expressão cultural que o notabilizou foi a Serenata, comumente referida por seresta. O turismo é avaliado como o principal gerador de empregos na localidade (MAGNO, 2014, p.6). Apontada como outro legado da colonização portuguesa, com raízes no trovadorismo medieval, a Serenata teria adentrado à localidade ou pela presença de músicos da Corte (Rio de Janeiro) cuja contratação era viabilizada pela abundância do ciclo do café, e/ou pelo canto dos tropeiros que se deslocavam entre Minas Gerais e Rio de Janeiro (MAGNO, 2014, p.15-16). Não há conexão musical entre a Serenata e as outras expressões culturais da Região, aqui citadas, com marcada contribuição africana. Um dado é significativo dessa ausência de conectividade: não são utilizados instrumentos de percussão nas Serenatas. Minha vivência dentro do grupo de seresteiros desde 1999 me autoriza afirmar que, nesse período, a participação de negros e pardos no grupo nunca ultrapassou 20% do total de componentes. Há, entretanto, a contribuição de um compositor negro permanente valorizado pelo movimento serenateiro. Trata-se de Cândido das Neves (1899-1934), que não é nascido na Região, embora depoimentos colhidos no passado por moradores afirmem que trabalhou como agente ferroviário numa estação próxima a Conservatória. Duas de suas canções abrem, ritualisticamente, as Serenatas locais: *Noite Cheia de Estrelas* e *Última Estrofe*<sup>12</sup> (MAGNO, 2014, p.46).

Em junho de 2014 a Casa de Cultura de Conservatória enviou dossiê ao IPHAN solicitando o *Registro das Serenatas de Conservatória* como *Patrimônio Cultural do Brasil*. Até o momento da redação deste texto (Dezembro 2015) não houve retorno formal do Instituto à solicitante, indicando o aceite e abertura de um processo para pedido de *Registro*, mas contatos informais com o Departamento Regional responsável, sob coordenação da Sra. Mônica da Costa, indicaram que se encontra em avaliação.

Pela variedade de expressões culturais encontradas, vemos que Valença é um município culturalmente vibrante, convivendo com diferentes processos de patrimonialização, em diferentes estágios: acomoda um dos grupos mais expressivos do *Jongo do Sudeste*, já

---

<sup>12</sup> <Para mais informações sobre Cândido das Neves, ver *Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira*, disponível em <http://www.dicionariompb.com.br/candido-das-neves>>. Acesso em: 18 Dez 2015.

patrimonializado, as *Serenatas de Conservatória*, num estágio ainda embrionário, e, como pode ser visto no capítulo 2, é reduto representativo de uma *Celebração* em inventário, visando o *Registro* como *Patrimônio Cultural do Brasil: a Folia de Reis Fluminense*.

## 1.2 - A *Folia de Reis* e seu lugar em Valença

Representar a *jornada* dos Magos do Oriente para conhecer e presentear o Menino Jesus está na essência dessa manifestação usualmente referida como expressão do catolicismo popular, conhecida por *Folia de Reis*. Presente em estudos e publicações sob a denominação de folclore, inicialmente, e cultura popular nas últimas décadas, me parece significativo trazer uma síntese sobre as questões que levaram a esse deslocamento classificatório.

Cásia Frade dedica um capítulo de sua tese para discorrer e analisar o conceito de culturas populares: *Capítulo 1 – Cultura popular: a problemática conceitual*. Recorda que o início da delimitação da cultura popular como campo de estudo surge sob a denominação de folclore, termo cunhado na Inglaterra (William John Thoms), o que fica evidente na sua composição etimológica: povo (*folk*) e saber (*lore*). Nos Estados Unidos, Franz Boas se inspira no movimento europeu e funda a *American Folklore Society* em 1888. Também na segunda metade do Século XIX o tema captura a atenção de estudiosos brasileiros. Frade destaca o pioneirismo de Celso Magalhães (1849-1879), Silvio Romero (1851-1914) e João Ribeiro (1860-1934), secundados por Arthur Ramos (1903-1949), Mário de Andrade (1893-1945) e Renato Almeida (1895-1981). Este último, criador da Comissão Nacional de Folclore (CNF) em 1947. (FRADE, 1997, p.22-27)

No final da década de 1950, a partir do III Congresso Brasileiro de Folclore (Salvador, 1957), divergências entre folcloristas e cientistas sociais se instalaram. Frade observa que o embate, que se materializava publicamente através de livros e jornais, perduraria por mais de vinte anos, no qual Edison Carneiro foi um dos mais aguerridos folcloristas, e Roger Bastide e Florestan Fernandes destacaram-se no campo oposto. A autora dialoga com Mariza Peirano, que comenta a ambiguidade presente na discussão, e assim a resume: “de um lado, o espaço para que esta área de estudo não desaparecesse; de outro, a visão negativa que passou a caracterizar os trabalhos dos folcloristas: superficiais, descritivos, desprovidos de análises teóricas” (PEIRANO apud FRADE, 1997, p.30).

A distinção entre folclore e cultura popular, desvalorizando o primeiro, é então assumida e fortalecida pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), que operou entre 1955 e 1964. Órgão criado com intuito de discutir e elaborar propostas voltadas ao

desenvolvimento econômico nacional, entendia o passado como algo a ser superado. “Para os isebianos o folclore é sinônimo de tradição no sentido de uma cultura sem mobilidade, cristalizada, alienada, reacionária; cultura popular, ao contrário, é movimento, transformação, um meio para se chegar a determinados fins” (FRADE, 1997, p.39). Dialogando com Rita Segato, Frade aponta também que, para além da discussão da designação, há uma virada paradigmática nos estudos dos temas peculiares ao folclore. Emerge

um novo modo de tratamento dos temas, surgindo uma intermediação teórica diferente da do folclorista. Se antes o que se registrava era a permanência da forma, a rusticidade do estilo, o objeto agora constituído pela teoria é o do sentido, da articulação entre forma e cognição entre estrutura aparente e estrutura profunda. (FRADE, 1997, p.40-41)

Na mesma década do trabalho de Frade, Luis Rodolfo Vilhena toma as disputas entre folcloristas e cientistas sociais como objeto de estudo. De sua tese de doutorado resulta o livro *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro, 1947-1964*, publicado em 1997. Discordando da condição marginal a qual foi atribuído o movimento folclorista, Vilhena sustenta a importância de seu estudo por aqueles interessados no desenvolvimento do campo intelectual brasileiro: “a tese central de Vilhena sustenta que o sucesso do folclore como ação mobilizadora foi a outra face da moeda do seu fracasso como ciência” (VILHENA, 1998, p.186).

A partir do VIII Congresso Brasileiro de Folclore (1995), a CNF ajusta sua definição para *folclore*, adotando-a como equivalente a de *cultura popular*:

Folclore é o conjunto das criações culturais de uma comunidade, baseado nas suas tradições expressas individual ou coletivamente, representativo de sua identidade social. Constituem-se fatores de identificação da manifestação folclórica: aceitação coletiva, tradicionalidade, dinamicidade, funcionalidade. Ressaltamos que entendemos folclore e cultura popular como equivalentes, em sintonia com o que preconiza a UNESCO.<sup>13</sup>

Em 2003 a UNESCO introduz uma definição para patrimônio cultural imaterial, incluindo e atualizando o que na *Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular de 1989* denominou “cultura tradicional e popular”:

---

<sup>13</sup> *Carta do Folclore Brasileiro*. Disponível em <<http://www.fundaj.gov.br/geral/folclore/carta.pdf>>. Acesso em: 26 Jan 2016.

Práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são, associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de história, gerando, um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (UNESCO, 2003)

Expressão da cultura popular, a *Folia de Reis* é percebida em Valença, por seus detentores e pela comunidade em que está inserida, como um patrimônio que os identifica, os orgulha e que se quer preservar. Os grupos atuam integrando gerações, o que assegura a transmissão de saberes, adaptam-se às mudanças, e negociam com forças externas que pressionam, impondo limites ou novas exigências. É sobre isso que tratarei, logo após expor algumas definições e traçar um breve retrospecto entre a origem da celebração na Europa e sua introdução no Brasil.

A *Folia de Reis* é uma das manifestações natalinas que integra um conjunto denominado *Reisado*, que Câmara Cascudo descreve como referindo-se “aos ranchos, ternos e grupos que festejam o Natal e Reis” (CASCUDO, 1993, p.669). O Dicionário do Folclore Brasileiro de Cascudo não apresenta verbete *Folia de Reis*: há um verbete para *Reis* e outro para *Folia*. *Reis* é identificado como “festas populares na Europa [...] dedicadas aos três reis Magos em sua visita ao Deus Menino” (CASCUDO, 1993, p.668). Já *Folia* é descrita como festas de celebração do Divino Espírito Santo, que se realizam durante o dia, o que as distinguiria das “folias de Reis [que] andam à noite, para esmolar para a festa dos Reis Magos” (CASCUDO, 1993, p.336). As raízes das tradições populares relativas aos Magos do Oriente constituíram-se no objeto de pesquisa do folclorista Affonso Furtado da Silva, documentada em sua obra *Reis Magos: história – arte – tradições*.

Das informações que colheu ao longo de sua pesquisa, sintetizo algumas que creio auxiliem na compreensão da configuração da manifestação que hoje podemos observar em diversas cidades, principalmente da Região Sudeste, bem como a extensão da ancestralidade e abrangência das celebrações envolvendo os Magos do Oriente. A ampla bibliografia utilizada por Silva revelou que o tema dos Magos suscitou tanto o interesse popular como, a partir do século III, conflitos inter-religiosos centrados na questão de como justificar a natureza dos mesmos. Foi no século IV que o dia 6 de janeiro foi estabelecido como “Dia de Reis da Epifânia”, sendo esta uma festa solene da liturgia cristã significando a comemoração da vinda do Messias, não apenas para o povo judeu, mas para todos os povos da humanidade. A

atribuição do título de “Reis” aos Magos foi de São Cesário (bispo de Arles, França) no século VI. Os nomes e características físicas dos Reis Magos teriam emergido em registro produzido entre os séculos VII e VIII, e transcritos em registros posteriores pesquisados e traduzidos por Silva: “O primeiro, denominado Melquior, idoso, de barba branca, ofereceu Ouro; o segundo, de nome Gaspar, jovem e imberbe, deu Incenso; o terceiro, Baltazar, de cor escura e barba espessa, deu a Mirra”. Suas pesquisas também identificaram como o registro literário mais antigo e mais referenciado sobre o tema, o manuscrito *Historia Trum Regum*, por Johannes (Johan) Von Hildesheim, publicado entre 1364 e 1375, tendo por finalidade elucidar a origem histórica e sagrada dos Magos do Oriente. Dos livros sagrados do cristianismo, apenas o Evangelho de Mateus, no seu capítulo 2, faz menção, de forma breve, a existência e feitos dos Magos, mas vários daqueles considerados apócrifos são mais generosos sobre o tema. São eles: o protoevangelho de São Tomé (Cap.XXI), o Evangelho do Pseudo-Mateus (Cap.XVI), o Evangelho Árabe da Infância (Cap.VII e VIII) e o Evangelho Armênio da Infância (Cap.XI). (SILVA, 2006, p.7-24)

O costume de celebrar os Magos do Oriente chega à América Portuguesa através da colonização, tornando-se prática regular em várias regiões do país, sendo que a forma específica de celebração conhecida como *Folias de Reis* é intensa no Estado do Rio de Janeiro. Entretanto,

não constituem uma expressão exclusiva da terra fluminense. Elas se fazem presentes, sobretudo, na região centro-oeste e nos demais Estados que compõem o sudeste brasileiro, com variações e aspectos comuns que as aproximam e identificam. (FRADE, 1997, p.7)

Os grupos de *Folia* realizam uma *jornada* (ou *giro*) de treze<sup>14</sup> dias (entre 25 de dezembro e 6 de janeiro) visitando casas, numa confraternização de fé, onde os foliões cumprem uma *missão* assumida voluntariamente, e os *devotos* os recebem em casa, reverenciando os *Santos Reis* e esperando deles colher bênçãos para sua vida e seus entes queridos. Essa troca entre foliões e *devotos* não se restringe à dimensão espiritual. Foliões esperam colher dos *devotos*, também oferendas materiais tais como um lanche ou uma refeição, assim como dinheiro. Este é usado para suprir necessidades da *jornada*, e para uma festa anual que a maioria dos grupos realiza fora do calendário natalino, conhecida na região como *Baile de Reis*, e que em outras regiões é referida por *Festa de Arremate* ou *Festa de*

---

<sup>14</sup> Este é o número exato de dias entre 25 de dezembro e 6 de janeiro. Entretanto, os participantes do movimento de Folias de Valença, falam “doze” dias. Isto porque o grupo não faz visita á devotos na noite de 31 de dezembro, permanecendo em casa com famílias e amigos para as comemorações de ano novo.

*Remate*. Esse encontro festivo, para o qual é comum convidar outros grupos de *Folia*, *devotos* e amigos, destina-se a celebrar o sucesso da última *jornada*.

No município de Valença a quantidade de integrantes dos grupos de *Folia* varia significativamente: há alguns poucos grupos com menos de vinte e vários com mais de quarenta integrantes. Existe, entretanto, uma formação mínima. Quem explica é o *mestre-folião* Olivar Esteves (Torrada) que há sessenta e seis anos peregrina com sua fé nos *Santos Reis*:

O grupo de Reis, o certo, sabe quantas pessoas são? São oito pessoas! Um contramestre e um folião [mestre], um requinta e um baixão, um batedor de caixa e os três palhaços. Na hora que termina de cantar na casa, uma das crianças ou o contramestre é que pega a bandeira e carrega: nem bandeireiro tinha! (Torrada, 72 anos)

Essa ideia de uma formação mínima ou ideal vai encontrar variantes no estado. No Morro da Candelária, na cidade do Rio de Janeiro, Daniel Bitter identificou que a composição média dos grupos é de quinze pessoas, mas foi informado que o número ideal é doze, remetendo aos apóstolos de Jesus (BITTER, p.36, 2008).

Como pode ser percebido pela descrição do mestre Torrada, os grupos de *Folia* operam com pessoas desempenhando diferentes funções e sob certos princípios hierárquicos. A liderança cabe ao *mestre-folião*<sup>15</sup>, auxiliado e sucedido pelo *contramestre*. Ao *alferes* ou *bandeireiro* cabe portar o principal símbolo da *Folia*: a *bandeira*. Instrumentistas seguem de perto o *mestre-folião* e o *contramestre*, que também tocam instrumentos e executam a cantoria.

Em 2011 o *mestre-folião* Francisco José Figueira Ferreira (Chico da Folia), presidente da AGFORV desde 2004 e informante representativo nesta pesquisa, foi um dos dois protagonistas do documentário *Folia de Reis de Valença*, por Fabiano Cafure<sup>16</sup>. No documentário Chico faz apresentação e explanação sobre os instrumentos atualmente utilizados pelos grupos de *Folia*, que são: acordeom (ou sanfona), violão, viola, cavaquinho, triângulo, reco-reco, chocalho (ou afoxé) e o surdo ou bumbo que no contexto da *Folia* é chamado de *caixa*. Embora exaltando o valor do instrumental enquanto conjunto, ele destaca

<sup>15</sup> É comum, entre os participantes das *Folias de Valença*, referir-se ao *mestre-folião* apenas como *folião*. Raramente tratam aos demais integrantes pela denominação de *folião*. O mais comum é referir-se a eles pelo nome do instrumento que executam. No meu texto, alterno o uso de *mestre-folião* e *folião*, referindo-me a mesma função.

<sup>16</sup> *Folia de Reis de Valença*: produção aprovada na Chamada Pública 026/2010 de *Registro de Tradições Orais* da Secretaria Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?feature=player\\_embedded&v=h2Fib7OjrVU](https://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=h2Fib7OjrVU)>. Acesso em: 2 Mar 2015.

o papel de alguns. Ao acordeom ele atribui a classificação de “alma da *Folia*”, porque conduz a cantoria. A *caixa* proporciona a marcação, fazendo o comando das pausas, o acompanhamento durante a cantoria, animando-a e servindo de referência aos movimentos de dança dos *palhaços*. O triângulo ganha um significado especial, pois o seu toque é identificado com os sinos de Belém, anunciando o nascimento do Menino Jesus. Seus executores, em geral crianças, desempenham importante papel na performance do grupo. Eles são responsáveis por um grito melódico prolongado, que representa o canto do galo que sucede ao toque dos sinos de Belém (o triângulo): “o folião canta o verso, a dupla de requintas responde, o sanfoneiro faz o estribilho e a caixa bate, fazendo as marcações”<sup>17</sup>.

Habilidades artísticas como canto, dança, recitação e composição de versos e toadas se expressam no grupo. Talento artesanal também é requerido para confecção das *fardas* (denominação que dão ao vestuário) e dos objetos (*bandeira* e *máscaras*) que circulam na manifestação.

Grande poder sedutor sobre os observadores das *Folias* tem a lúdica figura dos *palhaços*, que representam os soldados de Herodes, perseguidores do Menino Jesus. Com suas *fardas* coloridas e *máscaras* assustadoras gravitam em torno do grupo de instrumentistas, com certas liberdades e proibições. Eles podem, por exemplo, caminhar com o grupo de forma irreverente, enquanto os foliões o fazem de forma solene. São proibidos, entretanto, de adentrar a casa de um *devoto*, devendo permanecer do lado de fora, aguardando o fim do ritual de bênçãos. São os protagonistas do momento final de uma *visita*, etapa esta muito aguardada pela assistência, usualmente referida como a hora da “brincadeira dos *palhaços*”. Nesse momento, comandados pelo *mestre-palhaço*, eles se alternam dançando o “chula” e versejando. São versos de temas variados, em geral irreverentes: brincam com os donos da casa, ironizam o cotidiano, galanteiam jovens na assistência, contam pequenas histórias, exaltam ou ridicularizam a si próprios... Entre um fala e outra, exibem-se dançando o *chula*. Nas *Folias* de Valença os movimentos são centrados nos pés: quando saltitam com os pés juntos é chamado de “sereninho”, quando com pés alternados é chamado “pé-trocado”. Os saltitos são alternados com rodopios que valorizam a exibição do *revirão* (capa), peça de destaque na vestimenta. Observei que os *revirões* estampam figuras das mais diversas, variando do mais profano (ex: o demônio) ao mais sagrado (a Virgem Maria), passando por figuras contemporâneas (ex: Che Guevara, super-heróis), constituindo-se numa questão polêmica no movimento. Chico da Folia interpreta assim as imagens nos *revirões*:

---

<sup>17</sup> Depoimento do Chico da Folia para o documentário *Folias de Reis de Valença*, op.cit.

- ✓ figuras que no imaginário popular tem conotação malignas (demônios, monstros): indica que a pessoa sob a *farda* tem conexões com “seitas” religiosas que cultuam “espíritos malignos”;
- ✓ figuras mundanas (super-heróis, ídolos populares): não tem entendimento dos *fundamentos* da *Folia* e do papel do *palhaço*;
- ✓ figuras religiosas (Nossa Senhora, igreja, cruz): é a escolha adequada. Destina-se a fortalecer a proteção do *palhaço* contra “espíritos do mal”.

Chico diz que, quando a *farda* do *palhaço* é inadequada, cabe aos mestres repreendê-lo e até suspender sua participação. Como vi várias *fardas* com imagens das categorias “inadequadas”, concluí que alguns mestres são bem tolerantes. Não é o caso do mestre Torrada, como ele afirma:

Isso [de proibir pinturas estranhas] eu tô de acordo! Se pintar um santo, uma cruz... Antigamente os palhaços só tinha uma cruz de pano, nas costas, na manga, na perna... Agora, a pessoa pintar um São Jorge, uma Nossa Senhora de Aparecida, uns três Reis nas costas, não tem perigo! Agora, fica pintando essas coisas de outro mundo... Aquilo chama peso pra folia! Na minha folia não sai, não! (Torrada)

De aparência grotesca as *máscaras* são a essência da caracterização do *palhaço*. Peça de caráter ritualístico está sujeita a certos procedimentos nas diferentes etapas de sua existência, tais como confecção, manuseio dentro e fora da *jornada*, e descarte. O tipo de *máscara* mais comum nas *Folias* de Valença é aquela a que chamam “de fachada”. A principal matéria-prima é o rabo (“fachada”), mais especificamente os pelos desse, e os chifres do boi, que conseguem comprar no matadouro do município. São consumidas de oito a doze “fachadas” por *máscara*, que já teve como base o próprio couro do boi, atualmente substituído por carpete.

Tem que abrir o rabo do boi, tirar um nervo que tem ali, abrir ela, passar sal, e botar no sol. O sal vai comendo aquilo... Aí você vai botando sal, vai raspando... Quando você vê que tirou aquilo tudo, e que tá quase no couro, você passa uma solução de formol, que tira o mau-cheiro. (Chico da Folia)

Um ritual de caráter místico-religioso é também requerido a uma nova *máscara*. Chico conta que conhece um *palhaço* que, após confeccionar sua *máscara*, deixava-a por sete dias em uma certa figueira, retirando-a no dia 24 de dezembro. Isto porque “ele tinha uma ligação com um espírito que costumam chamar de povo de rua” e precisava “pedir permissão” para

brincar com a *máscara*. Outros levariam a centros de terreiros, ou cemitérios, de acordo com as “entidades” com as quais se relacionam. Segundo Chico o objetivo desses rituais é o de “energizar, de acordo com eles lá”! Mas ele, que tem um filho *palhaço*, e outros amigos, preferem ir à igreja e pedir que o padre abençoe com água benta.

Sob a *máscara* é esperado que os *palhaços* usem uma carapuça de forma a não revelar sua identidade. Tradicionalmente, explica Chico, o *palhaço* não deveria revelar sua identidade em momento algum, o que, com regularidade, não tem sido praticado. Disse haver caso em que a pessoa desiste de sair de *palhaço* porque lhe é imposto o anonimato. Isso acontece, segundo Chico, porque a pessoa não entende os *fundamentos*, e quer “sair por sair”. *Mestre Torrada* lembra que, no passado, “tinha *palhaço* que passava fome na casa do *devoto* pra poder não mostrar a cara”, além de usar meia nas mãos para escondê-las e nunca ficar descalço. Só no dia 6 de janeiro era possível ver o seu rosto. Rigoroso com questões como as imagens no *revirão*, *Torrada* se reconhece impotente frente a essa transgressão:

Não tem jeito mais não! Se tem um violeiro necessário ao grupo e ele tem outros três amigos ou familiares que saem de palhaço... se não aceita aqueles três, o violeiro também não sai! Quase todo mundo que sai na folia [instrumentistas], tem filho que sai de palhaço!(*Torrada*)

É possível que o descaso dos *palhaços* com essa regra específica sobre a ocultação do rosto – e não com outras – seja explicada pelo fascínio que a figura exerce sobre o público feminino, conforme testemunhou o próprio *Torrada*: “O cara botou a camisa de folia, o palhaço botou uma máscara na cara, as mulheres viram uma coisa, em cima...” O jovem *palhaço* *Travessura* (Luiz Alberto da Costa), forneceu mais uma evidência do efeito sedutor dos *palhaços* sobre o sexo feminino. Ao explicar sobre situações arriscadas em que alguns podem se envolver ao versejar, exemplificou com uma em que o *palhaço* dirige versos elogiosos a alguma mulher acompanhada. “Vamos supor: vai rimar lá na roda pra se amostrar pra mulher! Que tem muito isso na Folia de Reis. A mulher fica doida... Ah, palhaço... por causa da máscara. Aí quer ver a cara do palhaço!” Então, revelar-se após a performance é certamente tentador para os interessados numa conquista amorosa.

Outro tipo de *máscara*, na qual é utilizado, principalmente, o *pelego* (couro de carneiro curtido e tingido) e espuma, é também encontrado em Valença, porém é mais comum a outro tipo de *farda* – a *farda farrapo* – sobre a qual tratarei mais adiante, encontrada em outros municípios da região. Chico combate outro “desvio da tradição” que está se tornando comum nas *Folias* de Valença: o uso de *máscaras* de carnaval pelos *palhaços*.

Porque o palhaço, ele não tá esquentando a cabeça com a tradição! Ele tá fazendo, no popular, mesmo que o cara se indisponha com a gente, ele tá fazendo é palhaçada! Porque ele pode estar com uma farda de um palhaço, mas a máscara não é! E o segredo do palhaço é a máscara, dentro da tradição que a gente preserva!(Chico da Folia)

É frequente, ouvir comentários no círculo de *foliões* sobre o aumento no número de *palhaços* nos últimos anos. Em média as *Folias* valencianas têm vinte *palhaços*, mas algumas têm mais de trinta, o que é bastante significativo, quando comparamos com a formação básica informada pelo *mestre* Torrada, que seria de três *palhaços*. Na maioria das *Folias* de Valença o número de *palhaços* ultrapassa o número de instrumentistas. Esta consiste, inclusive, numa das diferenças em comparação, por exemplo, com as *Folias* de Vassouras, como aponta um *mestre-folião* daquele município: “Tem folia de Valença que tem trinta palhaços e dez foliões. As folias de Vassouras... tem folia que tem quarenta foliões, e tem quinze ou vinte palhaços. A nossa aqui tem cinquenta foliões e doze palhaços.” (Tiago de Moura Meireles, 27 anos). Em Valença, parece haver certo orgulho, por parte dos donos de *Folia*, em ter uma quantidade significativa de *palhaços*. O próprio Torrada declarou com satisfação que a sua *Folia* é uma das maiores que tem em Valença (são cinquenta e dois integrantes, incluindo trinta e dois *palhaços*). Chico recorre aos *fundamentos* da *Folia* para o aceite do que hoje se tornou um “exército” *palhaços*:

Existem vários pontos de vista, segundo cada folião [mestre]. Eu entendo da seguinte maneira: a passagem fala claro. Quando os reis magos falaram a Herodes que estavam indo visitar o Menino Jesus que ia ser o rei do mundo, Herodes ficou incomodado com aquilo. Achou que ia perder o trono dele. O que ele fez? Ele falou que os reis magos fossem lá, adorassem, e voltassem pra falar como ele, porque ele também queria adorar. Só que o coração dele tava falando diferente! [...] Então Herodes recrutou um exército e matou todas as crianças daquela época, de zero a dois anos de idade. (Chico da Folia)

A hierarquia também está presente entre os *palhaços*. Um *mestre-palhaço*, e às vezes também um *contramestre*, é nomeado pelo *mestre-folião*. É também chamado de “vovô”, e tem algumas atribuições específicas, como o comando da ordem de chamada na hora do *chula*, perguntar ao morador sobre se deseja que a *Folia* cante em sua casa, e mediar momentos de tensão, que podem ocorrer quando uma *Folia* encontra com outra ao longo da *jornada*. A escolha do *mestre-palhaço* normalmente se dá pela experiência e conhecimento adquirido, mas a habilidade em administrar situações de conflito pode se sobrepor a lógica da antiguidade. Foi o que aconteceu com o jovem *palhaço* Travessura, que foi nomeado *mestre-*

*palhaço* aos quatorze anos, após evitar um iminente confronto durante a *jornada* de seu grupo:

A gente tava chegando em Santa Izabel, num barzinho onde a gente ia tocar. Mas aí ouvimos o barulho de uma outra folia. ‘Vamos chegar devagar, respeitar eles, esperar eles cantar, pedir licença e passar. Porque tudo é cumprimento!’ Quando a gente virou a curva e deu com a folia, os palhaços [do outro grupo] foram tudo correndo pegar as máscaras pra botar na cara. Os bateristas batendo mais alto pra querer intimidar! O mestre-palhaço – não era eu nesse dia – ficou com medo! Velho e já ficou com medo! O palhaço de lá pegou uma pedra e riscou no chão e falou: daqui pra frente é a gente, daí pra lá é vocês! Não vai passar! Foi nessa que o Calixto [mestre-folião] falou: ‘Luis Alberto[Travessura] agora é sua hora de entrar!’ Eu falei: ‘Mas Calixto, eu só tenho dois anos de folia. O que é que eu vou fazer aí?!’ Eu cheguei do lado da bandeira e falei que queria falar com o mestre-palhaço deles. O mestre-palhaço deles deu um passo a frente e falou: ‘Eu sou o mestre-palhaço!’ Eu falei: ‘Oh, vovô, vamos tirar a máscara e dar um abraço apertado?’ Aí eu acho que comoveu o coração dele, que ele tirou a máscara lá, e aí veio e me deu um abraço. Eu falei: ‘Dá licença de eu beijar sua bandeira?’ Beije a bandeira deles e falei assim: ‘Santos Reis abençoe vocês!’ Na mesma hora todo mundo tirou a máscara e veio beijar nossa bandeira! Foi aí que o Calixto falou: ‘Você vai ser o meu vovô!’ (Travessura)

O *palhaço* Travessura tem outra habilidade muito valorizada no universo da *Folia*: talento para fazer versos<sup>18</sup>. Acompanhando o *fechamento* da *Folia Estrela do Oriente*, em Pedro Carlos (localidade no distrito valenciano de Conservatória) no dia 6 de janeiro de 2015, capturei esse texto, dito por ele na roda de *palhaços*:

---

<sup>18</sup> Os integrantes de grupos de Folia denominam “verso” todo o texto poético que é falado e não apenas as linhas que o compõe, como definido pelas normas de versificação.

*Há muitos e muitos ano  
As histórias são contada  
Que os três reis do Oriente  
Pelo caminho viajava*

*A procura de um menino  
Que os traço rastriciava  
Pois essa é nossa missão  
Como término de jornada*

*Pois nós somos a semelhança  
Do perseguidor do Messias  
Somos soldados de Herodes,  
Pertencente à tirania*

*Minha máscara representa  
A traição do passado  
Quando Judas vendeu Cristo  
Para ser crucificado*

*Por isso eu ando na rua  
Trazendo o rosto tapado  
Representando a vergonha  
Do nosso antepassado*

*Minha farda representa  
O folclore brasileiro  
Pessoa que num conhece  
Diz que é roupa de feiticeiro  
Diz que é roupa de Exu  
Da casa de marombeiro*

*O emborná que carregamos  
Também tem seu fundamento  
Carregou trinta moeda  
Com todo merecimento  
Pois na traição de Judas  
O emborná carrega a culpa  
Do valor do pagamento  
É obrigação carregá*

*O cacete e a batucada  
Representa os armamento  
Que o soldado carregava  
Pois tudo que nós trazemos  
Tem o seu significado  
É a máscara, é o capacete  
É a farda e é o calçado  
É o cassino e o cacete,  
E o nome apelidado  
Que eu gosto de saber de tudo  
Pra nunca ser enganado*

Imaginando que havia aprendido com algum *palhaço* mais antigo, fui surpreendida com a declaração de que o texto era de autoria do próprio, na época com dezessete anos. Meses depois pudemos conversar sobre sua habilidade poética:

Pra fazer esses versos eu tive que ler um pouquinho da Bíblia. Pra poder saber as partes certinho... o que realmente aconteceu. Porque não adianta falar verso rimado só pra rimar... e a pessoa falar “ah, mas não foi bem assim que aconteceu”! Então, tem que ter um certo estudo, um fundamento pra fazer esse verso. [...] Essa arte de rimar, eu fui desenvolvendo aos poucos... Vendo outras pessoas... Não vou rimar qualquer coisa. Vou rimar a coisa certa! A coisa que der algum recado, alguma coisa engraçada... Aí eu fico estudando... (Travessura)

Os *palhaços* das *Folias* de Valença caracterizam-se, predominantemente, pelo uso da *farda lisa*, em geral confeccionada com cetim, composta por uma túnica – o *saião* –, a calça e o já mencionado *revirão*. Além de ter observado grupos de *Folia* de Valença, tive a oportunidade de ver grupos de outras localidades da Região quando estive em um *Baile de Reis* em Paraíba do Sul, em Agosto de 2014. Lá encontrei grupos de Vassouras, Miguel

Pereira, Pati do Alferes e Paraíba do Sul. Dessas observações pude concluir que são dois os tipos de *farda* mais prováveis de serem encontrados na região centro-sul fluminense: a *lisa* e a *farrapo*. Mais que uma opção estética, a vestimenta do *palhaço* indica uma linha de pertencimento. A performance dos *palhaços* de *farda lisa*, como já citamos, envolve uma dança, enquanto na *farda farrapo* os movimentos são acrobáticos, com saltos, rolagens e piruetas. Os grupos de *Folia* de *farda farrapo* são também conhecidos como *Folias de sete caixas*, porque utilizam, pelo menos, sete *caixas* (bumbos) no conjunto instrumental, enquanto a *farda lisa* usa uma ou duas. As *máscaras* “de fachada”, típicas da *farda lisa*, são raramente encontradas nesses grupos. A *farda farrapo* se caracteriza pela sobreposição de franjas de tecidos coloridos, sem uso de *revirão*. Apenas os de Valença usam a *farda lisa* enquanto os outros – Vassouras, Pati do Alferes, Miguel Pereira e Paraíba do Sul – a *farda farrapo*. Durante visita a localidade de Manuel Duarte<sup>19</sup>, no município de Rio das Flores (RJ), me deparei com outros tipos de *fardas* e *máscaras* de *palhaço* (Fotos 3 e 4), de grupos mineiros.

Em Valença identifiquei dois grupos da linha *farrapo*: o do *mestre-folião* Wanderley, que migrou de Barra do Piraí há alguns anos, e manteve a identidade construída na sua cidade de origem, e um grupo do distrito de Juparanã, o do *mestre* Barreto, de localização fronteiriça à Vassouras (território de *farda farrapo*). Durante meu trabalho de campo não observei qualquer tipo de hostilidade ou discriminação dos *foliões* valencianos em relação ao colega barrense Wanderley, presença regular nas reuniões da Associação e nos *Encontros de Folias*. O grupo do *mestre* Barreto não participa da Associação, nem dos *Encontros*.

---

<sup>19</sup> Em 3 de Janeiro de 2016 a *Casa Santos Reis*, estabelecida em Manuel Duarte, fundada pelo pesquisador Affonso Furtado da Silva, realizou a 37ª *Visita de Santos Reis*, festividade que recebeu grupos de *Folias* da região.

**Foto 1-** *Palhaço – farda lisa – Folia Estrela do Oriente, de Valença*



Fonte: Arquivo próprio.

**Foto 2 -** *Palhaço – farda farrapo – Folia Tradição do Oriente, de Paraíba do Sul*



Fonte: Arquivo próprio.

**Foto 3** – *Palhaço* de grupo de *Folia* de Juiz de Fora (MG)



**Foto 4** – *Palhaço* de grupo de *Folia* de Belmiro Braga (MG)



Fonte das fotos de 3 e 4: Arquivo próprio.

A *bandeira* ocupa posição central no desenrolar da *jornada*, e mesmo fora dela, pois é regularmente guardada em condição de certa reverência na casa definida como sede da *Folia*. O estandarte tem ao centro uma gravura com a imagem da sagrada Família e dos Magos. É manuseada de forma solene por um *folião* que tem essa atribuição específica. A *bandeira* é imposta a frente do grupo em sua caminhada pelas ruas, ao adentrar as casas dos *devotos* e em todos os lugares por onde circula. *Devotos* buscam toca-la, beija-la, momento em que, em geral, proferem orações, fazem pedidos ou agradecimentos.

Tal como as *fardas* dos *palhaços*, também as *bandeiras* apresentam variações estéticas quando comparamos aquelas usadas pelas *Folias* de Valença com as de outros municípios:

**Foto 5** – *Bandeira da Folia Estrela do Oriente, de Valença*



**Foto 6** – *Bandeira (descoberta) da Folia Estrela do Oriente, de Valença*



Fonte das fotos de 5 e 6: Arquivo próprio.

**Foto 7** – *Bandeira da Folia Descendentes de Davi, de Vassouras*



**Foto 8** – *Bandeira de um grupo de Folia de Juiz de Fora (MG)*



Fonte das fotos de 7 e 8: Arquivo próprio.

A *bandeira* é um dos elementos que Daniel Bitter prioriza no seu estudo *A bandeira e a máscara*, focalizando seu papel na mediação entre os domínios sociais e cosmológicos no complexo universo da *Folia de Reis*, tomando-a como categoria analítica, explorando os múltiplos significados que adquire ao circular por diferentes enquadramentos. Seu trabalho etnográfico concentrou-se na *Folia Sagrada Família*, localizada na Candelária, uma das sub-regiões do Complexo de Mangueira, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, e nos percursos por ela empreendido ao longo das *jornadas* das quais observou e participou entre 2004 e 2007. Na extensa análise que procedeu sobre o uso de *bandeiras* ou estandartes em manifestações religiosas, costumes que herdamos dos portugueses, Bitter dialoga com autores como Victor Turner, José Reginaldo S. Gonçalves e David Freedberg, e aponta que esses objetos adquirem seus sentidos na medida em que integram um sistema de significados e códigos compartilhados. Suas reflexões o levam a considerar a necessidade de estudar criticamente a categoria “representação”, e assim o faz, recorrendo a principalmente a Luiz Costa Lima e Ernest Gombrich (BITTER, 2008, p.104-109). Conclui, então, que compreender a posição da *bandeira* na *Folia de Reis* implica em entender os poderes que lhes são investidos no contexto da manifestação, atentando para os processos de percepção que atribuem tais poderes, que ultrapassam a materialidade do objeto:

Creio, desse modo, que a *bandeira*, assim como outros objetos que assumem características similares, tende a ser percebida como sendo capaz de mediar, de forma orgânica, o plano dos homens no tempo presente com o plano supramundano num tempo-espaço de outra qualidade. Nesta perspectiva a *bandeira* vem representar o irrepresentável, tornar conhecido o desconhecido, acessível o inacessível ou ainda tornar “visível” o “invisível”. (BITTER, 2008, p.110)

Um termo constantemente usado pelos foliões para justificar escolhas, avaliar condutas, explicar origens desta ou daquela prática e, principalmente, fornecer a base para composição dos cânticos entoados nas *visitas* aos *devotos* – o *canto das profecias* – é *fundamento*. Bitter sintetiza assim o *fundamento* da *Folia de Reis*:

Categoria nativa central, *fundamento* diz respeito a um conjunto de práticas e saberes considerados primordiais, absolutos e oriundos de um espaço-tempo imaginário. Esse conhecimento vem do princípio do mundo, frequentemente coincidente com o tempo do nascimento de Jesus. Designa a razão última da circulação da bandeira, da festa, das dádivas e até mesmo do palhaço. É através deste conceito, aproximado ao de sagrado, que se opera o controle de todas as atividades do grupo envolvido, especialmente na sua dimensão moral. [...] Desse modo, constitui um princípio sagrado, divino, que não

pode sofrer contestação, tornando-se objeto do consentimento geral. (BITTER, 2008, p.37-38)

O conhecimento e transmissão do *fundamento* se apoia, com frequência, na oralidade, mas os foliões que entrevistei citaram o uso regular da Bíblia e outros livros. Affonso Furtado referiu-se aos evangelhos considerados apócrifos como fonte ricas em informações sobre a saga dos Magos do Oriente, como mencionei anteriormente. Furtado é diretor da Federação do Reisado do Estado do Rio de Janeiro (sede em Duque de Caxias), local que Chico da Folia já esteve para consultar livros sobre o tema e que, na sua opinião, ajudaram a aprofundar seu conhecimento. Tive, entretanto, dificuldade em obter dos meus entrevistados, os nomes desses livros. A recorrência dessa dificuldade me leva a crer que há um certo grau de restrição ao acesso dos mesmos, embora isso não tenha sido colocado de forma explícita. Torrada fala com orgulho de seus conhecimentos e considera que há poucos mestres em Valença realmente “afundado nos Reis”.

Essa possibilidade de alcançar uma distinção em seu meio parece estimular alguns mestres a conhecer muito mais do que seria necessário para exercer a função na sua comunidade. O interesse pode se estender ao conhecimento das diferenças entre cidades e regiões.

A gente estuda bastante livros... Livros de tradição do Oriente e a Bíblia. [...] A gente tem uma cultura totalmente diferente das primeiras folias que vieram até de Minas. A cultura nossa aqui os palhaços representam os soldados de Herodes. Lá em Minas os palhaços representam os guardiões de Jesus, pra confundir os soldados de Herodes pra não encontrar Jesus. No caso, seriam os guardiões da bandeira da folia. A cultura aqui no Rio de Janeiro, mas aqui no sul, é mais teóloga mesmo. A gente não canta mais sobre os três reis. Antigamente só era os três reis. Eu, particularmente, só gosto de cantar sobre o nascimento de Jesus e os três reis. Mas aqui [Vassouras] não. Aqui o pessoal estuda de gêneses até o apocalipse. Foge um pouco do reisado. Por isso que tem essa cultura do palhaço como os soldados de Herodes. Só que se você pegar a cultura daqui, a cultura de Minas, a cultura do Espírito Santo, a cultura de São Paulo... Cada lugar vai ter um nome. Ou vai ser palhaço, bastião, guardiões da bandeira... Tem lugar que os palhaços representam os próprios três reis... (Tiago, mestre-folião em Vassouras)

Como disse inicialmente, a essência da *Folia de Reis* está na representação da *visita* dos Reis Magos ao Menino Jesus. Então, se temos o *folião* e seu grupo de instrumentistas representando os Reis Magos e os *palhaços* representando os soldados perseguidores, quem ou o quê guarda a representação da Sagrada Família? Os moradores *devotos* dos *Santos Reis* (referidos regularmente apenas como *devotos*), que são *visitados* pelos grupos, e que, quase

sempre, dispõem de um presépio montado em casa. São, portanto, parte igualmente importante em toda a conformação da celebração. Como tal, supõe-se que também tenham algum conhecimento dos *fundamentos* da *Folia* e dos movimentos ritualísticos de interação que se dão ao longo da *visita*. Esses movimentos são marcados por trechos cantados pelo *folião*, incluindo cantos de saudação ao *devoto* por receber sua *bandeira*, agradecimento pela alimentação frequentemente oferecida, pelo donativo em dinheiro à *bandeira*, e o canto de despedida. O ponto central da *visita* é justamente o *canto das profecias*. Através dele é narrado e saudado o nascimento do Menino Jesus e a saga dos três Reis. Chico da Folia explicou que o *canto das profecias* pode ser dividido em etapas: anunciação, nascimento, viagem dos três Reis Magos, adoração e regresso dos Magos. Se a casa tiver presépio, há versos específicos para reverenciá-lo e requer que, em dado momento, o *mestre-folião* e instrumentistas se ajoelhem, representando o momento de adoração do Menino Jesus pelos três Reis. Também se costuma fazer uma imitação dos três soldados de Herodes que, arrependidos de perseguir o Menino Jesus, vão pedir perdão. Três *palhaços*, com o rosto descoberto, encenam o pedido de perdão se deslocando, ajoelhados, por uma pequena distância até o presépio. Algumas *Folias* entendem que os três *palhaços*, nesse momento, não representam os soldados de Herodes, mas os próprios Magos. Nesse caso, os três depositarão moedas no presépio, simbolizando o ouro, o incenso e a mirra, presenteados pelos Magos do Oriente ao Menino Jesus. Se o recinto ostentar também imagens de outros santos, é esperado, no mínimo, alguns versos de “salvação das imagens”. *Foliões* mais bem preparados, avalia Chico, sabem cantar versos nomeando cada santo representado.

Mas nem todos que se comprometem em receber um grupo de *Folia* são versados nos *fundamentos* da manifestação, como é o caso da moradora de Conservatória Márcia Freitas da Cunha (52 anos). Ela começou a receber o grupo Estrela do Oriente<sup>20</sup> em 2007, mas seu interesse vem desde a infância: “porque, quando eu era criança, eu já frequentava Valença, particularmente Pentagna [distrito valenciano], desde os seis anos de idade. E eu vi e sempre fiquei fascinada”. Depois Márcia distanciou-se de Valença, voltando a morar no final da década de 1990, agora no distrito de Conservatória, onde pode novamente ver e ouvir a música, o batuque e tudo mais que a impressionou na infância: “eu achava interessante a melodia, a música, a letra, os palhaços dançando, as pessoas jogando moeda no final”. Quando deixou de trabalhar como empregada em um hotel da localidade e tornou-se comerciante autônoma, convidou o grupo para uma *visita* em sua casa/estabelecimento,

---

<sup>20</sup> Grupo do mestre Calixto que tem sede em Pedro Carlos, uma localidade dentro do distrito de Conservatória, ao qual pertence o palhaço Travessura, já mencionado no texto.

oferecendo-lhe lanche. Desde então Márcia recebe o mesmo grupo, retribuindo as bênçãos com um almoço ou um jantar, além do donativo à *bandeira*. Ela é católica, mas não tem muito conhecimento dos *fundamentos* da *Folia*, que vem aprendendo pouco a pouco, inclusive com esta pesquisadora: Márcia é minha vizinha e, há quatro anos, eu a ajudo na recepção do grupo. Foi sua opção por receber esse grupo que me aproximou da *Folia de Reis*, antes só observada à distância. Além da beleza da performance, chamou-me à atenção a determinação para enfrentar o forte calor no cumprimento da sua *missão*, a persistência para fazê-lo ano após ano, a simplicidade e humildade no tratar, o cansaço expresso naqueles rostos suados... Precisava saber mais!

Conhecimento dos *fundamentos* e dos movimentos ritualísticos que compõem uma *visita* por parte dos *devotos*, é motivo de muita satisfação para os *mestres-foliões*. Não foi apenas uma ou duas vezes que ouvi *foliões*, em relatos de *visitas*, comemorarem o *devoto* que “conhece o Reis”. Esses são identificados pelo interesse em ouvir atentamente o *canto das profecias*, além da constatação de que “não estão nem aí pros palhaços”! O domínio dos *fundamentos* e a capacidade de cantar ou declamar, de cor, as incontáveis estrofes do *canto da profecia* são elementos de distinção para um *mestre-folião*.

A valorização da capacidade de memorização dentro da *Folia de Reis*, principalmente dos *mestres*, encoraja a um diálogo com Paul Ricoeur e suas reflexões em torno de memorização e da *ars memoriae*. Ricoeur define memorização como

maneiras de aprender que encerram saberes, habilidades, poder-fazer, de tal modo que estes sejam fixados, que permaneçam disponíveis para uma efetuação, marcada do ponto de vista fenomenológico por um sentimento de facilidade, de desembaraço, de espontaneidade. (RICOEUR, 2007, p.73)

Considera, então, que a memorização, como uma forma de “memória-hábito”, cujo processo é “especificado pelo caráter construído das maneiras de aprender visando a uma efetuação fácil”, consistiria de um “uso” natural da memória (RICOEUR, 2007, p.73). Já a “memória artificial” resultaria de um esforço, de “proezas da memorização”, de técnicas cujo desenvolvimento elevou a memorização à categoria de arte: a *ars memoriae*. Ricoeur recorda o seu “mito fundador”, que aqui sintetizo, no qual subjazem elementos fundamentais aos processos mnemotécnicos recomendados àqueles interessados em abraçar a arte. O episódio remonta à Grécia Antiga, 500 anos antes da era cristã. Foi durante uma festa promovida por um rico mecenas. O poeta Simônides, que estava presente, num dado momento se afasta da sala onde o anfitrião e os convidados de honra se encontravam. Nesse momento acontece uma

catástrofe e os convidados morrem soterrados. Com sua habilidade, o poeta foi capaz de identificar, de memória, o lugar ocupado por cada vítima e, assim, identificar os mortos. O autor aponta, então, que a arte da memória

consiste, quanto ao essencial, em associar imagens a lugares (...), organizados em sistemas rigorosos, como numa casa, numa praça pública, num cenário arquitetural. (...) O importante é que essas ideias estejam vinculadas a imagens e que esses tempos sejam armazenados em lugares.(RICOUER, 2007, p.76)

A observação de *visitas* à casa de *devotos* permite notar a conexão entre as estrofes cantadas, os movimentos e tempos específicos, e as posições (lugares) que se sucedem durante o acontecimento. É a presença dos elementos que Ricouer destaca, e que dão consistência a *ars memoriae*. Apesar de ter observado algumas *visitas*, vou ilustrar tal conexão a partir de uma particularidade na *visita* – quando é feita pela madrugada – que me foi relatada pelo mestre Torrada.

Quando a *visita* é feita entre a madrugada e o amanhecer há um movimento ritualístico adicional conhecido pelo *canto da alvorada*, que demanda conhecimento por parte do *devoto visitado* que, de acordo com o *mestre Torrada*, só os “antigos” são sabedores. Ele explicou que no *canto da alvorada*, o grupo chega à casa do *devoto* com os moradores (supostamente) adormecidos, e a casa fechada. Sendo assim, não é esperado que haja qualquer contato informal (cumprimentos, abraços, etc) antes que o ritual se complete (mesmo se estiverem despertados), com o *devoto* reagindo de acordo com a mensagem dos versos entoados. Ele exemplificou apresentando os versos que canta com o seu grupo, conjugando-os com os movimentos reativos esperados do morador:

Ao chegar, o *folião* canta, do lado de fora do portão:

*Devoto, meu devoto,  
ouve bem, presta atenção  
O três reis do Oriente  
que chegou no seu portão*

*O cantar da meia-noite  
é um cantar muito silencio,  
acorda quem ta dormindo,  
alegra quem tá doente*

*Devoto, meu devoto,  
é Deus Menino Jesus,  
quero lhe pedir um favor,  
se podia acender a luz*

O *devoto* acende a luz e o *folião* continua:

*Oh, devoto, por favor,  
ouve bem, preste atenção, vem  
receber Santo Reis  
que está em seu portão*

O *devoto*, então, abre o portão, e o *folião* pede licença:

*Já abriu o seu portão,  
pra mim dá três passos à frente,  
peço licença primeiro...  
Já entrei no seu portão,  
já estou no seu terreiro.*

O *devoto* abre a porta da casa e o *folião*, novamente, pede licença:

*Pra entrar em vossa morada,  
peço licença primeiro...  
Deus lhe salva a casa santa  
onde Deus fez a morada,  
onde mora o Calix Bento  
e a Hóstia Consagrada*

Já dentro da casa do *devoto*, o *folião* encerra o ritual de entrada:

*Oh, devoto, meu devoto,  
de Jesus, José e Maria,  
nós cantamos alegremente,  
com prazer e alegria!*

Torrada, entretanto, lamenta sobre os tempos atuais, em que os *devotos* não guardam o devido conhecimento, e desabafa: “Hoje tem pessoas que chega, o *devoto* já abre o portão, já acende a luz, já abre a porta e vai entrando na casa, já vai pegando na mão e tudo...”

A dinâmica da *Folia de Reis*, suas *visitas* à casa de *devotos*, o deslocamentos pelas ruas e praças, estimula um diálogo com as reflexões sociológicas de Roberto DaMatta. Esse autor propõe uma leitura da sociedade a partir das categorias *casa* e *rua* definindo-as, para além de suas dimensões físicas e geográficas, como

entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DAMATTA, 1997, p.14)

Vivenciar a dimensão *casa* (que pode ser família, grupo político ou religioso, nação) significa valorizar os laços pessoais, desfrutar de estabilidade e proteção, evitar mudanças; enquanto que a *rua* é impessoal, espaço que é de todos e de ninguém, onde comportamentos negativos, não permitidos na esfera social *casa*, estão ali a ameaçar. É onde o poder instituído tem mais liberdade para oprimir. Para DaMatta é onde “somos rigorosamente ‘subcidadãos’” (DAMATTA, 1997, p.19). Ainda que se vislumbre uma “inimizade” entre *casa* e *rua*, DaMatta observa que essa oposição é dinâmica, implicando em alternâncias: “há espaços na rua que podem ser fechados ou apropriados por um grupo, categoria social ou pessoas, tornando-se sua ‘casa’ ou seu ‘ponto’ (DAMATTA, 1997, p.50)”. Isso pode se dar em “ocasiões especiais em que a sua comunicação é possível, obrigatória ou desejável” (DAMATTA, 1997, p.56). Inevitável perceber a *jornada* da *Folia de Reis* como uma dessas “ocasiões especiais”. A impessoalidade, às vezes hostilidade, típica da rua é substituída por uma atitude respeitosa, muitas vezes reverente, quase sempre interessada... A *Folia* faz com que se estabeleça uma ponte entre essas duas dimensões, confundindo-as.

Um terceiro modo ético e moral é acionado quando a *Folia* se expressa: trata-se da esfera que DaMatta chama de “outro mundo”, ou seja, o do sobrenatural, do sagrado, que o autor entende constituir-se na síntese da dialética entre *rua* e *casa*, pois esta “abre as portas para a renúncia ritualizada deste mundo com seus sofrimentos e suas contradições, lutas, falsidades e injustiças” (p.46). DaMatta chama a atenção para o caráter inclusivo do ritual, que vemos materializado na dinâmica da *Folia de Reis*.

Nas sociedades tradicionais e semitradicionais, onde o sistema sempre opera com a casa, a rua e o outro mundo como espaços sociais e princípios ordenados diferenciados mas complementares da vida, os rituais serviriam como mecanismo visando à unificação geral do sistema e sempre teriam um caráter inclusivo. [...] seriam verdadeiros focos por onde todo sistema poderia ser visto como uma totalidade. (DAMATTA, 1997, p.58)

Um grupo de *Folia* se forma a partir de uma *promessa* ou por devoção permanente aos Santos Reis. A promessa é sempre por sete anos. Pode ser um compromisso do próprio *mestre-folião* que lidera o grupo, ou por iniciativa de outra pessoa que recebeu alguma graça após fazer sua promessa aos *Santos Reis*. Esse é o caso do grupo *Estrela da Fé*, da *devota* Alda Parreira, que é de família de *foliões* (avô, bisavô, irmão...). Em 2011 um de seus sobrinhos foi acometido de uma doença para a qual os médicos consultados, não tinham um diagnóstico.

Tiago tinha 9 anos . Ele teve uma febre muito alta, do nada. A gente corria com ele... Valença não deu jeito. Teve que ir pro Rio. Aí uma doutora ligou aqui pra casa e falou pra Cris assim: ‘Eu tenho uma notícia ruim pra te dar. Eu acho que o Tiago... provavelmente ele está com leucemia.’ (...) E foi onde eu falei ‘vou fazer uma promessa pros Santos Reis’! Ajoelhei em frente da Sagrada Família e pedi que, se o Tiago ficasse bom, que eu sairia com a Folia sete anos. Sem pegar dinheiro com ninguém, sairia com meu próprio recurso. Deu certo! Tiago ficou bom! Tiago nunca mais teve nada! Foi um ano certo! De um ano pro outro Tiago melhorou! [...] Ele virou um homem. Fala grosso. A gente não tem que acreditar?! Não tem que ter fé?! (Alda Parreira, 60 anos)

Faltam três anos para Alda completar sua *promessa*. Para isso ela conta a colaboração de vários amigos com experiência de participação em grupos de *Folia*. Para a *jornada* de 2015/2016 *mestre* Zezinho e seu grupo assumiram o compromisso de sair empunhando a *bandeira* da Alda, para “ajudar a cumprir a promessa”. Enquanto isso a *bandeira* do seu grupo *Caravana Nova Aurora* fica guardada.

Alda não sai em *jornada* como integrante do grupo, apenas apoia (lanche, transporte) quando necessário, além de fornecer as *fardas* dos foliões. Atualmente não é incomum mulheres integrando grupos de *Folia*, ainda que em expressiva minoria. Em Valença observei mulheres de diferentes idades participando como *bandeireiras* ou executando instrumentos física e tecnicamente leves (afoxé, triângulo, reco-reco). Mulher como *palhaço* é muito raro, mas há um caso singular: Maria da Conceição Crispim Pedro tem 75 anos e integra o grupo do meu principal informante, o Chico da Folia. De acordo com Chico, ela atua como *palhaço* há quase vinte anos. Começou quando um sobrinho morreu antes de ter completado os sete anos de *promessa* que havia feito aos *Santos Reis*. Ela tomou o lugar do sobrinho para completar o período restante e, desde então, não parou.

**Foto 9** – Dona Maria: *palhaço* na *Folia de Reis*



Fonte: Arquivo próprio

Não consegui identificar a partir de que época a mulher passou a ser aceita como integrante de grupos de *Folia*. Ainda há grupos que não aceitam a presença feminina, como identifiquei na fase exploratória da minha pesquisa, quando contatei grupos de outros municípios da região, mas não me aprofundei no tema. No passado, a presença feminina era marcada pela personagem *catirina* - um homem vestido de mulher – que desapareceu. Chico comentou que, ele mesmo, só viu a *catirina* uma única vez em toda sua experiência com *Folias*.

Os antigos falavam que os palhaços não podiam fazer essas brincadeiras como os de hoje, não podiam brincar com o povo na rua. Os palhaços eram carrancudos, dançavam, faziam algazarra, mas só quem fazia o contato, as brincadeiras com o povo, com os donos da casa, era a *catirina*. Mas ela não existe nos fundamentos dos Reis. (Chico da Folia)

Numa *Folia* de Matias Barbosa (MG)<sup>21</sup>, deparei com um integrante personificando a *catirina*. Com quarenta e seis anos de idade e trinta e seis de participação em *Folias*, Rivelino decidiu “resgatar” a personagem que ele conheceu ainda criança. Ele se veste de *palhaço* do dia 24 ao dia 31 de dezembro, e termina a *jornada* como *catirina*. Aprendeu sobre os saberes envolvidos com um dono de *Folia* que faleceu em 1982 (Rivelino tinha doze anos): “se

<sup>21</sup> Participou da 37ª *Visita de Santos Reis*, em 3 de janeiro de 2016, promovida pela *Casa Santos Reis*, estabelecida em Manuel Duarte (Rio das Flores -RJ), fundada pelo pesquisador Affonso Furtado da Silva.

chamava Homero, de Juiz de Fora. Foi o homem que teve coragem de botar uma roupa, um vestido.” Rivelino considera que a personagem é uma homenagem a mulher.

A catirina é uma homenagem a mulher! È pra pegar e colocar que a mulher pode tudo! A mulher, de primeiro, era discriminada. A mulher hoje, completamente, virou chefe de casa! Porque foi ganhando o mundo. Por causa do dinheiro, por causa do trabalho... A catirina, ela colocava o grupo forte. Porque colocava o grupo forte? Porque o grupo saía com palhaços, só homem. Ele dependia do sexo feminino pra fortalecer, porque o homem sem mulher não é nada! (Rivelino, catirina)

Atribui a *catirina* o papel de animar, incentivar os *palhaços*, e também de mediadora de conflitos com potencial de agressividade entre grupos. Mas a *catirina* também seria motivo de disputas.

A confusão que ela [a catirina] colocava entre duas folias é porque o grupo que tinha catirina se tornava mais forte do que o outro. O que não tinha a catirina, ele aprofundava na profecia no ensinamento do Menino-Deus, que era a viagem dos Reis, que era pra tentar ganhar a catirina no papo. Ele falava verso de agrado. Se a catirina se agradasse daquele grupo, ela fazia isso: ‘Eu não quero mais ficar aqui, eu vou pra ali!’ Porque o homem depende da mulher pra ficar forte, mas a mulher não quer um homem fraco, ela quer um homem forte, forte de espírito, forte de vontade de viver... Aí ela consegue fazer desunião nessa parte, porque ela tá num grupo, ela pula pro outro! (Rivelino, catirina)

O traje que Rivelino usava se aproxima esteticamente da *farda* dos *palhaços* de seu grupo, a *máscara*, entretanto, tinha traços femininos. Sua performance, que seguiu-se ao *chula* dos *palhaços*, incluiu remelexos, e versos de autovalorização e de sedução ao público masculino, interagindo com homens na audiência.

**Foto 10** – *Catirina*: de Matias Barbosa (MG)



Fonte: Arquivo próprio.

A intensa relação com a Bíblia, que se concretiza através dos *fundamentos*, somada a concepção acadêmica recorrente de que a *Folia de Reis* é uma expressão do catolicismo popular, sugere uma relação longa e harmoniosa com a Igreja Católica. Mas, em Valença, nem sempre foi assim. Chico da Folia conta que, até a década de 1960, o movimento não era bem visto pela comunidade cristã e menos ainda aceito dentro das igrejas católicas. Ele explica esse distanciamento da comunidade argumentando que, “antigamente, o pessoal não estudava o fundamento religioso da Folia de Reis. Uns dizia que era cigano, outros dizia que era muito atrelado à macumba...”. Determinado episódio, ocorrido na referida década, é citado, por Chico e outros foliões, como um marco para a aceitação da *Folia de Reis* pela Igreja Católica. Trata-se de um padre que foi desenganado pelos médicos em consequência de uma enfermidade na perna. Um membro de sua igreja, que tinha devoção aos Santos Reis, encorajou o Padre Natanael a recorrer aos santos em busca de cura. Segundo Chico, esse integrante da igreja, que era muito próximo ao padre,

falou com ele: “Oh, vou pedir pra vir uma Folia de Reis. O senhor vai pedir a eles que cantem, e o senhor vai fazer um pedido aos Santos Reis, e a gente vai pedir ao folião que meça a perna do senhor com uma fita e o senhor vai

por na bandeira. E aí o senhor vai prometer alguma coisa aos Santos Reis, porque quem tem fé... [...]. Ele pediu à várias folias que fossem lá e não iam, porque não eram recebidos na igreja. Um dia o Duílio Guarine<sup>22</sup> saiu de carro e foi atrás de uma folia e conseguiu chegar com uma folia lá. Seu Luiz Deusino, faleceu há pouco tempo, era o folião na época. E não cantou dentro da igreja. Cantou com a igreja fechada, na porta. E assim aconteceu. Então cantou, e essa fiel lá da igreja tava com uma fita grande, mediu na perna dele, pediu ao folião, botou na bandeira. E ele prometeu que ia fazer um agrado aos Santos Reis. Curou a perna dele! Ele ficou bom! Morreu perfeitinho! Morreu de uma outra coisa, milhares de anos depois! Então foi onde ele abriu a porta da igreja, passou a rezar missa no dia de Santos Reis. E aí passou duas folias, três folias... (Chico da Folia)

Essa aproximação com a Igreja levou ao surgimento, em 1971, do *Encontro de Folias*. Evento anual que se realiza no adro da igreja matriz, no qual grupos de *Folia* do município apresentam-se alternadamente, atraindo *devotos*, e pessoas que apreciam as manifestações da cultura popular. Trato sobre o *Encontro* no capítulo 3.

No final da década de 1990 tem início um estreitamento nas relações entre as culturas de afrodescendentes de Valença com a Igreja Católica. A iniciativa foi do Padre Medoro, que esteve à frente da paróquia entre 1998 e 2010. Medoro nasceu no distrito vizinho de Rio das Flores onde, durante a infância, viveu a tradição como membro de uma família de *devotos* que recebia regularmente grupos de *Folia*. Ao chegar em Valença, teve a percepção de que as *Folias* estavam passando por uma crise que afetava sua autossustentação (falta de recursos financeiros) e organização.

Então, entro em contato com esses grupos de Folias de Reis e faço uma proposta: que eles fossem evangelizadores. Que fizessem uma união entre a dimensão cultural e a dimensão religiosa que era, de fato, a motivação pelos quais eles saíam. Que fosse uma missão evangelizadora. Então eu propus já no ano seguinte, 1999, que tivéssemos, no terceiro domingo do advento, um primeiro encontro das Folias de Reis, e eu faria o “envio” dessas folias, o “envio missionário”. (Padre Medoro, 60 anos)

Desde então, a *Missa de Envio* vem sendo realizada regularmente. Porém, de acordo com alguns testemunhos, desde a saída do Padre Medoro, a referida celebração tem vivido um esvaziamento no protagonismo dos elementos da *Folia de Reis*. Medoro exemplifica algumas das inovações que introduziu, compondo o que denomina “inculturação” da liturgia católica, ou seja, uma adaptação dos rituais litúrgicos tradicionais para acolher os grupos de *Folia*:

---

<sup>22</sup> Entrevistando Duílio Guarine, tentei obter sua versão da história, mas este, já idoso e adoentado, teve dificuldade em relatar o episódio.

Ao invés de eu proclamar o Evangelho, que é a função do padre, eles cantavam o Evangelho. Eles entravam com suas fardas dentro da celebração. Eles tinham algumas manifestações próprias da cultura, que geralmente só fazem nas ruas, eles faziam dentro da igreja. Uma pequena dança – o chula – por exemplo. No momento da liturgia católica que se conota mais a dimensão da alegria, eu os convidava pra dançar o chula dentro da igreja. (Padre Medoro)

Outra inovação do Padre Medoro foi a introdução de um pequeno folheto que os grupos entregariam aos *devotos*, ao longo da *jornada*, convidando para o *Encontro de Folias* na Catedral, nos dias 5 e 6 de Janeiro, inspirada numa experiência bem sucedida em outra cidade. Na avaliação do pároco, o folheto foi decisivo para o aumento de público que se verificou desde então.

Eu fiz contato com Montes Claros [MG], onde tem uma experiência muito rica das Folias de Reis e eles me mandaram alguns subsídios, sobretudo um chamado “Terço dos Reis”. Então eles visitavam as famílias entregando o folheto do “Terço dos Reis”, e convidando para o grande encontro no dia 6 de janeiro. (Padre Medoro)

O folheto era custeado pela própria Igreja que, recentemente, optou por descontinuar tal custeio. Para a *jornada* de 2015/2016 a Secretaria de Cultura e Turismo supriu a ausência da instituição religiosa, financiando os folhetos (Anexo A).

Padre Medoro é um nome muito citado nas conversas com a maioria dos integrantes de *Folias* em Valença, principalmente quando se trata da intensificação da relação da Igreja com a *Folia* e outras manifestações afrodescendentes, do apoio material e da organização da Associação de *Folias*. As referências ao sacerdote, que atualmente está estabelecido em Três Rios, estão sempre impregnadas de confiança, respeito e admiração.

Observei que, com frequência, principalmente na presença dos colegas *foliões*, Chico faz afirmações contundentes sobre os “fundamentos católicos” da *Folia de Reis*. A recorrência do discurso também verbalizado, às vezes com a mesma veemência, por outros *mestres-foliões* me faz suspeitar que trata-se de uma certeza que ainda se quer melhor trabalhada e melhor absorvida no universo das *Folias*. Mas o que ameaçaria uma suposta supremacia católica sobre os preceitos de fé que norteiam os seguidores dos Santos Reis? As crenças e práticas originárias das religiões de matriz africana, é claro, largamente presentes no saber e no fazer das *Folias*! Algumas dessas práticas já foram aqui mencionadas, como o *palhaço* que cumpre ritual de permissão ao “povo de rua” para uso da *máscara*, e aqueles que pintam figuras consideradas malignas no *revirão*.

Identifiquei posturas diferenciadas de *mestres* quanto à opção religiosa, variando também seu discurso (mas nem sempre suas ações) sobre a legitimidade da presença de outras crenças, que não aquelas fundamentadas no catolicismo, no seio da manifestação. O Chico, por exemplo, ainda que tenha feito sua opção pelo zelo e difusão dos preceitos católicos, não deixa de admitir que há outras concepções interagindo com o universo das *Folias de Reis*, como é possível perceber pelo seu discurso:

Agora eu tenho um ponto de vista quanto a isso, único e exclusivamente meu: eu não entro com a minha bandeira pra cantar Reis dentro de um centro espírita por nada desse mundo. Mas ele [outro folião] foi sair com a folia de dentro do centro de uma pessoa que fazia muita perversidade. Que tem centro que é linha branca: só faz o bem. Se você chegar lá e pedir uma vela pra uma pessoa eles não sabem a finalidade, eles não acedem. Mas tem gente que vai lá separar o marido da família, vai fazer mal a uma criança... [...] E você vai lá levar o fundamento religioso que é de salvação, que é de limpeza, que é tudo de bom, que é a bandeira... Um fundamento extremamente sagrado! (Chico da Folia)

Para Torrada, não há dificuldade em transitar entre as duas vertentes religiosas, além de se orgulhar do bom relacionamento com famílias evangélicas:

Aqui em casa eu recebo o pessoal evangélico. Minhas portas tão abertas pra qualquer um! Eu sou católico. Minha filha mais velha, que é a dona dessa casa onde eu moro, é umbandista, chefe de terreiro. E a gente tem as orações fortes, que tem muitas orações fortes pros Reis... Mas não é tudo que se pode ensinar aos outros... [...] Eu vou com a católica... Eu vou com a umbanda... (Torrada)

O mestre Tiago, de Vassouras, se identifica religiosamente como pessoa que teve formação católica, mas que adotou o espiritismo seguindo, tanto os ensinamentos de Kardec, como os da umbanda. O discurso do Tiago tem a mesma veemência do discurso do Chico ao declarar que a *Folia de Reis* é “uma tradição totalmente católica”, mas convive harmoniosamente com a diversidade de pontos de vista.

A Folia de Reis não tem nada a ver com espiritismo. Tem muitas Folias que bota isso, né?! Coloca isso... Não! A Folia de Reis é uma tradição católica... Mas não é porque... Eu sou espírita mas eu tô sempre na igreja, vou em missa... No Rio de Janeiro mesmo, na Baixada, a maioria das Folias, por exemplo, sai de dentro de centro espírita mesmo. A maioria das Folias de lá tem essa ligação. O dono da Folia é espírita. (Tiago)

Padre Medoro não vê essa interação entre as duas formas de expressão religiosa como uma ameaça ao catolicismo. Considera que não existe dualidade de culto ou dois tipos de fé diferentes.

Eu acredito que, no conjunto – não digo todos – dos afrodescendentes católicos de Valença, que também frequentam terreiros, os barracões onde têm cultos afros, eles não vão ali para uma contestação da fé católica, ou da fé cristã. Mas é porque a liturgia católica é romana, é eurocêntrica. Ela não é capaz de exprimir a alma africana. (Padre Medoro)

Sua visão e suas ações sugerem certo vanguardismo no interior da comunidade católica valenciana. Interesses parecem ter sido contrariados, pois sua saída de Valença em 2010 levou a outros esvaziamentos além daquele notado na *Missa de Envio*. Por exemplo, a desativação (ainda que não oficialmente admitido) do *Memorial da Folia de Reis* na igreja do Rosário, criado na sua gestão: “era um memorial afrodescendente, mas com destaque muito grande para a *Folia de Reis*. Na sacristia e no coro eles faziam ali exposições de objetos usados na *Folia*, e também da cultura afro, no seu conjunto”. Sua visão de um convívio viável entre as duas formas de expressão religiosa inclui ações que devem ter tirado o sono de muitos conservadores, enquanto aumentava a confiança e o respeito por parte dos grupos de *Folia* e de toda a comunidade afrodescendente.

No dia de São Jorge eu fui, de surpresa, a um centro de umbanda, centro Nossa Senhora de Fátima, quando eu encontrei lá... 80% eram pessoas da minha igreja! Isso foi em torno de 2000. A partir dali eu incentivei ainda mais, além das Folias, a pastoral afrodescendente. É uma coisa curiosa, eu não fiz isso daqui com finalidade proselitista, sou muito honesto nisso! Inclusive, aqui em Valença, todos sabem: eu nunca aceitei participar de um culto ecumênico que não tivesse um babalorixá ou yalorixá. Porque tinha o católico, tinha o evangélico ou protestante, o espírita, mas das religiões africanas não! E as religiões africanas são mais antigas do que todas nós, dentro desse contexto que está aqui! (Padre Medoro)

Retornando a formação dos grupos de *Folia*, uma característica comum é sua composição tendo como eixo uma família, expandida por vizinhos, amigos e compadres. Essa constatação está presente em todos os trabalhos acadêmicos sobre *Folia de Reis*, consultados na minha pesquisa. Também a observação dos grupos com os quais interagi durante a pesquisa, me permitiu constatar facilmente o envolvimento de várias gerações. Entre meus interlocutores principais, por exemplo, a situação é a seguinte: Chico tem o filho como o

*mestre-palhaço* do seu grupo, o neto do Torrada é seu *contramestre*, Tiago começou no grupo de *Folia* de um tio, e Luiz Alberto (Travessura) é neto de um *mestre-palhaço*, já falecido.

As “lembranças da infância” constituem um tópico específico, mas também atravessam toda a *Memória Coletiva* de Halbwachs. Ele afirma que a família, grupo ao qual a criança integra em intenso convívio, comporá o “quadro” para suas lembranças futuras. Apesar de não serem capazes de atribuir valores diferentes aos acontecimentos que se desenrolam diante delas, os acontecimentos vivenciados pelas crianças se convertem em

imagens que atravessam as consciências individuais. Se você não retiver senão essas imagens, elas poderão sobressair-se das outros, no espírito de uma criança, por sua singularidade, seu brilho intenso, sua intensidade (HALBWACHS, 1990, p.61).

Cada grupo de *Folia* se percebe como uma “família” e, como tal, dão a consistência para perpetuação da memória coletiva da *Folia*, instalando lembranças, construindo aprendizados, atualizando identidades. Observar uma *Folia* em *jornada* é testemunhar parte significativa do processo de transmissão de saberes: a postura, os cantos, as orientações, as decisões que os mais experientes executam estão ali sendo apreendidas e assimiladas pelos mais jovens, ao longo de todo o ritual, de toda a performance, em meio a uma atmosfera de respeito e afeto.

A transmissão de saberes é a questão central da dissertação de mestrado de Wagner Chaves e da tese de doutorado de Cáscia Frade. Chaves investigou os processos de transmissão e circulação de conhecimentos no interior do grupo de *Folia* do *mestre* Tachico (em Rio das Flores, município vizinho à Valença), em cuja vivência ele adentra através de longas entrevistas. Uma das constatações de Chaves foi quanto à importância da imitação dos adultos no processo de transmissão de conhecimentos, prática recorrente entre as crianças que integram grupos que mantêm tradições populares, sendo fundamental para a reprodução dessas tradições (CHAVES, 2013, p.75-76).

Cáscia Frade trabalhou com vários grupos de *Folia* do Estado do Rio de Janeiro para sua tese, desenvolvida nos anos de 1990. Ela dirigiu o Departamento de Cultura da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro entre 1975 e 1989. Tal experiência permitiu acumulação de amplo conhecimento do universo das culturas populares fluminenses, em particular a *Folia de Reis*. Seu trabalho incluiu entrevistas com vários mestres de *Folia*, buscando conhecer as condições e processos de formação. Em todos os casos analisados é possível constatar que os processos demandam esforço por parte do candidato a *mestre*. As

trocas que se processam no decorrer da *jornada*, como comentei, ou nos ensaios que a precedem, não são suficientes. A experiência do Chico da Folia guarda similaridades com os relatos de Frade, ilustra o empenho esperado do *mestre* em potencial, e aponta a importância da relação de confiança entre mestre e aprendiz. Brincando de *Folia* desde criança, Chico chegou aos doze anos querendo aprender a “cantar o Reis”. Pediu ajuda a um *folião* antigo que residia próximo a sua casa, oriundo de Minas Gerais.

Ele falou comigo que era pra eu ir na casa dele que ele ia me passar uma ‘cópia’. Então eu aí aprendi. Ele passou as passagens dos reis e eu aprendi o que era necessário: que em primeiro lugar a gente tinha que ter respeito, que a gente tinha que fazer parte de uma religião, que o fundamento religioso da Folia de Reis é o maior fundamento religioso que tem nas escrituras sagradas. Então a gente não podia levar aquilo de brincadeira, que eu precisava aprender a cantar para fazer bonito na frente dos presépios, na época, por ocasião das festas natalinas... E a minha vontade de aprender era tanta que com 21 dias eu consegui aprender todas as passagens. E ele falou ‘só vou falar que você é um folião [mestre] quando você estiver preparado’. E aí me passou e eu fui escrevendo, minha letra era muito ruim, minha irmã era que escrevia pra mim. E aí, quando inteirou 21 dias, eu cheguei na casa dele e falei com ele assim: ‘os papéis tão aqui e eu vou falar’. E aí ele falou: ‘não pode repetir um verso, que se você for cantar na casa de um folião, se você repetir um verso, ele manda você parar’. Aí deu aquele calafrio, aquele frio na barriga e eu falei a passagem desde quando ele começou até a hora que ele parou. Ele falou: ‘agora vou te dar uma viola e você vai montar sua folia e cantar Reis’. (Chico da Folia)

É flagrante a deferência do Chico ao seu mestre, cujo conhecimento e experiência conferem autoridade para designar que textos deverão ser memorizados e quais valores devem ser conjugados ao esforço de memorização. Um vínculo social instaura-se entre ambos, que é o “vínculo vertical da autoridade dos Antigos”, além do “vínculo horizontal” do viver em sociedade (RICOUER, 2007, p.75). Ainda discorrendo sobre memorização e correspondente processo de aprendizagem e “maneiras de aprender”, Ricouer destaca que estas irão

oscilar entre a manipulação, ou seja, o domínio exercido pelo mestre, e a disciplina que se espera do discípulo. De fato, é da dialética do mestre e do discípulo que dependem os exercícios de memorização inscritos num programa de educação, de *paideia*. O modelo clássico é bem conhecido: consiste na *recitação* da lição *decorada*. (RICOUER, 2007, p.74)

Retornando a Frade, esta conclui que o saber que se inscreve no seio da *Folia de Reis* inter-relaciona conhecimentos oriundos de diferentes domínios, é construído sobre experiências concretas, transcende a prática cotidiana, é interno e autônomo, implica em

obrigações, funciona como espaços sociais de resistência, é coletivo mas detém especialistas, é dinâmico, é fundado em laços de sangue e fraternidade, e é um espaço de expressão artística. (FRADE, 1997, p.203-209).

Finalizando o tema transmissão de saberes, um aspecto que considero relevante, que deparei dos estudos de Chaves e Frade e de minhas próprias observações, é que os elementos “confiança” e “afeto”, presentes na informalidade do cotidiano dos membros dos grupos, são de fundamental importância para a coesão e para a mobilização desses em torno da concretização e perpetuação de sua expressão de fé: a *Folia de Reis*. Em suma, os grupos tradicionais têm sua sabedoria e seus próprios mecanismos de sobrevivência e transmissão de saberes, interferências institucionais devem ser muito pensadas, inclusive se são realmente necessárias.

As relações de afeto e confiança que se estabelecem dentro do próprio grupo se expandem para uma rede de sociabilidade muito maior. Os grupos de uma mesma localidade se relacionam entre si, e com de outras localidades também, como já pude demonstrar ao relatar minha ida a um *Baile de Reis* em Paraíba do Sul.

Não se resumindo aos momentos formais/rituais de encontro, os integrantes das Folias se relacionam ao longo de todo o ano, em atividades como festa de aniversários, peregrinações, excursões de lazer. São momentos de convivência social que fortalecem e atualizam suas relações de parentesco, vizinhança, tradição familiar... (MONTE-MÓR, p.128, 1992)

Estive presente também no *Baile de Reis* do grupo do Calixto (Estrela do Oriente), em Pedro Carlos/Conservatória, realizado no adro da igreja de São Pedro, em 9 de maio de 2015. Foi instalado um palco, a exemplo do que é feito no *Encontro de Folias*, destinado à apresentação dos *foliões*, com suas cantorias, e para os músicos contratados que vão realizar o baile.

Encontrei o grupo do Calixto cantando na casa do Manuel Belisário, distante trezentos metros da igreja. Foi dito que iniciaram cantando ali em função de ter sido o último *devoto visitado*, antes de encerrar a *jornada* daquele ano. Caminharam, então, até a igreja, cercados por moradores da localidade. Subiram ao palco e executaram o canto de algumas toadas. Luis, o *contramestre* e principal organizador da festa (seus pais moram em Pedro Carlos sendo sua casa a sede da *Folia*), agradeceu a presença de todos e o apoio da comunidade, e anunciou que já havia chegado um grupo de *Folia* convidado, que vinha de Valença<sup>23</sup>, e que, mais tarde

---

<sup>23</sup> Referia-se ao distrito-sede do município.

também viria um grupo de Volta Redonda. Anunciou, também, a presença do Chico da Folia, presidente da AGFORV. Em seguida os *palhaços* da *Folia* fizeram a sua *chula*.

A chegada da *Folia* visitante (do Alberto, do bairro de Chacrinha) seguiu ritual idêntico ao que eu tinha assistido em Paraíba do Sul. Fogos de artifício anunciando a chegada. Caminhada pela rua até o adro, enquanto o grupo anfitrião o aguardava. Há uma saudação em versos, entoada pelo *mestre* e *contramestre*, seguida de um movimento de cruzamento de *bandeiras*. Observei a presença de um *mestre-folião* de outra *Folia* (Marquinho Cassimiro) atuando como instrumentista. Não foi a primeira vez que vi integrantes de um grupo participando de outros.

Em seguida, o grupo de *foliões* fez sua apresentação no palco, enquanto seus *palhaços* se movimentavam no adro, em frente ao mesmo, tal como no *Encontro de Folias*. O *canto da profecia* por esse grupo tem uma peculiaridade. Uma parte é efetivamente cantada, e outra é declamada, com acompanhamento musical. A declamação permitiu que entendêssemos tudo que era dito, o que a cantoria, na maioria das vezes, dificulta. O *mestre-folião* declamou contando os momentos da anunciação e do nascimento de Jesus. Estava muito emocionado. Entre um trecho e outro enxugava suas lágrimas, sob o silêncio da plateia. Eu deveria ter observado mais atentamente o comportamento e as expressões das pessoas na audiência, mas fiquei completamente “presa” à performance do mestre, envolvida pelos seus versos e sua emoção.

Terminada a apresentação do grupo, Chico da Folia foi chamado ao palco. Anunciou a entrega de troféus aos dois grupos<sup>24</sup>. Eram dois troféus: um para o mestre e outro para o contramestre. Fui convidada para fazer a entrega dos troféus ao segundo grupo (do mestre Alberto). Chico falou ao microfone do meu estudo sobre as *Folias*, avaliando como importante para a divulgação da *Folia de Reis* do município. Também fui “intimada” a falar sobre o mesmo.

Enquanto o segundo grupo visitante era aguardado, todos os presentes foram convidados a saborear refeição distribuída gratuitamente: arroz, feijão, farofa e ensopado de carne com batata, e um copo de refrigerante. Senhoras da comunidade cuidaram do preparo e de servir a comida. A preferência era dos componentes dos grupos de *Folia*. Ao mesmo tempo, os músicos contratados animavam a festa, com repertório bem popular entre os jovens, que chegavam em abundância, após as 22h, isto é, após as apresentações dos dois grupos de

---

<sup>24</sup> Trata-se do troféu que foi entregue aos grupos que participaram do *Encontro de Folias* em janeiro. A ausência da *Folia* do Calixto, por circular no interior do município pode se ausentar do *Encontro*, sem sofrer penalidades, e fazendo jus às manifestações de reconhecimento, como o troféu. O troféu é fornecido pela prefeitura.

*Folia*. Percebi, então, que o evento é uma oportunidade de socialização muito mais abrangente, não se restringindo às pessoas interessadas ou comprometidas com a *Folia de Reis*.

*Festa* foi objeto estudado por Léa Freitas Perez, dentro de uma abordagem na qual prioriza o olhar sobre os vínculos sociais que ali se criam ou se fortalecem. Perez apresenta a festa “como forma lúdica de socição e como um fenômeno gerador de imagens multiformes da vida coletiva, buscando mostrar como o vínculo social pode ser gerado a partir da poetização e da estetização da experiência humana em sociedade” (PEREZ, 2002, p.17). A autora a identifica como

um ato coletivo *extra-ordinário, extra-temporal e extra-lógico*, constituída por três elementos fundamentais e interdependentes: “um grupo em estado de exaltação [...] que consagra sua reunião a alguém ou a uma coisa [...] e que, assim procedendo, liberta-se das amarras da temporalidade linear e da lógica da utilidade e do cálculo [...]”. (PEREZ, 2002, p.19)

Assim foi com o *Baile de Reis* em Pedro Carlos, evento consagrado aos *Santos Reis* e ao sucesso da *jornada* 2014/2015, empreendida pelo grupo que o promoveu. Penso que o estado de exaltação se fez presente em diferentes formas. Tanto pela emoção contida, efeito da declamação do *mestre-folião*, que também me atingiu, quanto pela alegria eufórica dos que se entregaram ao baile, após a apresentação dos grupos de *Folia*. Alegria esta temperada com excessos, por conta do abuso da bebida alcoólica por alguns convivas. Os excessos são característicos das festas, confirma Perez, já que estimulam os sentidos e a “transgressão das interdições e das barreiras sociais usuais” (PEREZ, 2002, p.31). Esta última forma de exaltação não testemunhei, pois me retirei por volta das 23h, antes da chegada do grupo de *Folia* de Volta Redonda. Mas não faltaram comentários, no dia seguinte, de amigos e vizinhos que lá permaneceram.

Os grupos de *Folia* de Valença tiveram sua primeira experiência com organização em forma de Associação, em 1989: a AREIVA (Associação de Reisado de Valença). Assim contou Duílio Guarine (83 anos), apontado como fundador da Associação.

A ideia de uma ação associativista entre grupos detentores de saberes e práticas tradicionais, parece ter surgido durante a atuação dos folcloristas junto a esses grupos. No estudo da atuação desses pesquisadores, Edison Carneiro foi um dos autores (e defensor da causa folclorista) visitados por Rodolfo Vilhena. Vilhena observou que Carneiro defendia uma interferência moderada dos folcloristas no esforço de “proteção” e, dependendo do estágio de decadência dos “folguedos”, na “restauração” dos mesmos.

Se aos fenômenos folclóricos se atribui uma autenticidade e uma espontaneidade decorrentes de sua origem popular, qualquer interferência externa, mesmo tendo como objetivo a proteção do folguedo, representaria uma potencial ameaça a essa autenticidade. (VILHENA, 1997, p.187)

Estimular o espírito associativo parecia ser o caminho para uma interferência externa sem grandes danos a “autenticidade” e “espontaneidade” dos grupos. Vilhena avalia que, para Carneiro,

o que garantiria a permanência desses grupos de forma autêntica seria o desenvolvimento de mecanismos de auto-organização dos grupos populares. Nesse caso, caberia aos folcloristas à defesa do ‘desenvolvimento do espírito associativo’ entre os brincantes que realizam os folguedos. Registrados como entidades civis, organizando-se em uniões e federações de grupos populares, seria possível ‘dar[-]lhes] unidade, fixidez e responsabilidade’, ampliando a sua ‘base econômica, tornando permanente a contribuição social dos amigos’. (VILHENA, p.188, 1997)

Embora nunca tenha atuado dentro de um grupo de *Folia*, Duílio Guarine foi ganhando respeitabilidade entre os grupos e a comunidade, após fatos como, sua participação decisiva na busca de um grupo de *Folia* para levar até ao enfermo Padre Natanael, como já explanei, e a criação do *Encontro de Folias* em 1970. Guarine, que permaneceu a frente da entidade até 2004, afirmou que a Associação foi criada com quarenta e três filiados, e estima que hoje sejam em torno de vinte, no que está certo. Ele atribui esse decréscimo ao falecimento e doença de donos de *Folia*, com seus descendentes integrando-se a outros grupos. No seu entendimento, era importante ter uma Associação para “juntar mais os grupos, que estavam dispersos. Na época não tinha dinheiro... A gente, com a Associação, tinha melhor acesso a essas pessoas que gostavam de ajudar”. Durante sua gestão, orgulha-se por ter levado grupos de *Folia* de Valença a vários eventos fora da cidade, a partir de convites que recebia, como a Faculdade Cândido Mendes (1996) e Casa França-Brasil (2002) no Rio de Janeiro, e muitos outros, em diferentes cidades. Seu afastamento, como depreendi das explicações do Chico da Folia, deveu-se principalmente a subjetividade no critério que adotava para distribuição dos recursos que conquistava através da Associação, que fazia com que uns fossem beneficiados e outros não, fragilizando a confiança do grupo. Essa prática me foi confirmada pelo próprio Guarine, quando comentou sobre a conquista de recursos:

Já arrumei dez mil reais para uma Folia de Reis lá no departamento de cultura, lá na Rio Branco, na Rua da Ajuda [Secretaria Estadual de Cultura?]. Essa ajuda foi só pra um grupo. Então aquele que se prontificava a

vir aqui, na minha casa, fazer reunião comigo... As outras ficavam olhando de lado... (Duílio Guarine)

As mudanças na Associação tem como marcos a adoção de um novo estatuto (2005) e um novo nome: AGFORV (Associação de Grupos de *Folia de Reis* de Valença). Padre Medoro foi um dos mediadores desse processo: “ele nos deu apoio pra registrar, criar e estatuto, fazer tudo que é a parte legal de uma Folia de Reis...” (Chico da Folia). Para Medoro, Duílio Guarine foi “uma figura importantíssima, que, ao longo do primeiro momento, foi uma peça fundamental. Depois, talvez, perdeu a capacidade de gerir uma consciência que cresceu.”<sup>25</sup> O pároco apoiou um grupo de donos de *Folia* que o procurou:

Nós conversamos e amadurecemos essa ideia. A partir dali nós sentimos a necessidade de uma organização. Não obstante toda boa vontade do Sr. Duílio Guarine, nós sentimos, naquele momento, que seria necessário que fosse realmente uma associação organizada. (padre Medoro)

Esse grupo de *foliões* elegeu o Chico da Folia como presidente da AGFORV em 2004. O Estatuto estabelece mandato de três anos, mas os associados parecem satisfeitos com a atuação do Chico, mantendo-o na posição até hoje. Mestre Torrada declara, sem que eu tivesse perguntado, sua confiança no Chico, mas não se empolga em ir às reuniões, preferindo enviar representante.

Porque dá muita conversa boba. Tem vezes que dá até discussão. Qual obrigação nossa? É ouvir! Eu vou lá pra ouvir, ouvir o que o presidente vai falar, o que nós vamos seguir... A gente tem que respeitar! Tem muito folião que não vai lá, por causa disso. Francisco é uma pessoa maravilhosa! Ele tá arrumando muita coisa! Tava tudo bagunçado! Ele é um camarada que corre atrás das coisa, explica as coisa direitinho a gente, e ele se interessa pelos grupos de Folias de Reis. Os outros não! Os outros queriam encher o bolso! (Torrada)

A partir do cadastro de *Folias* da AGFORV apresentado pelo Chico, cheguei ao número de vinte e um grupos em atividade na atualidade, ou seja, grupos que saem em *jornada* com regularidade. Durante a pesquisa consegui estabelecer contato com representantes desses grupos, resultando num mapeamento que disponibilizo no Apêndice A.

É possível afirmar que o principal atrativo para a adesão dos grupos ainda é o mesmo de quando foi criada em 1989: aumentar as possibilidades de obtenção de recursos financeiros

---

<sup>25</sup> A contribuição de Guarine é ainda valorizada e reconhecida pela comunidade da *Folia de Reis* de Valença. Observei durante o segundo dia do *Encontro de Folias* de 2016 (não estive no primeiro dia), que a ele foi designado um assento no palco, de frente para o público, onde acompanhou a apresentação de cada grupo.

externos. O próprio Regulamento Interno da entidade trás indicações claras sobre a importância que a captação de recursos tem para os membros do grupo: o descumprimento de normas do Regulamento implica na perda do direito a recursos conquistados por intermédio da Associação, em parte ou no total, por um ano ou mais, podendo chegar a desfiliação. Por exemplo, o grupo que não comparecer a *Missa do Envio*, será descontado em 25%, se não comparecer ao *Encontro de Folias* de janeiro, outros 25%. Essa centralidade da questão econômica pode estar relacionada ao fato de que a maioria das pessoas envolvidas exercem atividades profissionais de baixa remuneração (trabalhador rural, pedreiro, funcionário público em funções pouco valorizadas). Os gastos com o fardamento dos instrumentistas e conservação dos instrumentos é de responsabilidade do dono da *Folia* que, na maioria das vezes é o próprio *mestre-folião*. Já a *farda* e a *máscara* dos *palhaços*, ficam a cargo dos próprios. Durante a fase exploratória da pesquisa, quando entrevistei representantes de oito *Folias* de outros municípios da região, a maioria disse realizar bingos e rifas no seu núcleo comunitário, e dois *mestres* disseram combinar, entre os mais comprometidos com o grupo, o pagamento de uma quantia mensal. É o caso do *mestre* Tiago, de Vassouras: “A gente faz atividades. Cada um tem um carnezinho, também, da *Folia*. Cada um ajuda com dez reais. Tem o pessoal de fora que ajuda, que a gente nem considera de fora...”. Entre os donos de *Folia* em Valença, entretanto, não é comum fazer “atividades”, menos ainda a adoção de carnês. O dono da *Folia* assume os gastos, amenizados por eventuais ajudas externas que consiga, inclusive através da Associação.

O desejo de imprimir ou fortalecer uma conduta adequada dos grupos e seus membros durante a *jornada*, também parece mobilizar o interesse dos associados. O Regulamento descreve uma série de comportamentos que devem ser evitados, sob o risco de penalidades. Se há necessidade de reprimir condutas inadequadas, é porque elas estão acontecendo ou têm significativo potencial para tal. O principal personagem a demandar maior atenção nas proibições e obrigatoriedades é o *palhaço*. Entretanto, um artigo revela que as situações de tensão podem envolver todo o grupo ou grupos: “é proibido provocar e incentivar práticas negativas que impeça (sic) a *jornada* de outros grupos ou qualquer tipo de agressão física e moral [...]”.

A irreverência é a essência da performance (do simples caminhar com o grupo à sua exibição na hora do *chula*) do *palhaço*, mas os excessos por parte desses não parecem incomuns. Os delitos possíveis podem estar no campo da segurança pública (é proibido portar qualquer adereço perigoso como bengala, chicote, armas e objetos cortantes), da desordem (“é proibido o uso de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas”), da animosidade entre grupos (devem

“fazer suas saudações amigavelmente, respeitando suas bandeiras quando encontrarem em suas andanças”, ficando “proibido qualquer manifestação provocativa a encontro de bandeiras”) e do desrespeito à “tradição” (é proibido o uso de *máscaras* e adereços de carnaval, de pinturas macabras na farda, de dançar o chula “sem os devidos adereços – máscara, capacete e fardamento –” e o empréstimo de *máscara* ou outro acessório entre *palhaços*, durante a *jornada* ou apresentação). O Regulamento inclui recomendações para o *palhaço*, durante a *jornada*, não “visitar bares nos horários de andança, pois desmoraliza o grupo”, e para “evitar o contato íntimo com seus parceiros/as, pois com esse procedimento a tradição será preservada”. Instituí, ainda, um cadastro (com foto) de *palhaços* na Associação: cada grupo é responsável pelo cadastramento dos seus, ficando a Associação obrigada a fornecer uma carteirinha.

Pelas observações de campo que fiz, tanto nas saídas em *jornada*, ou nas apresentações nos *Encontros de Folia*, como também nas conversas entre *foliões* que testemunhei, creio que os esforços de controle e disciplina desejados pelas lideranças do movimento, ainda se encontram na fase da conscientização (a nova redação do Regulamento foi aprovada no início de 2015). Os desvios das normas ainda são frequentes.

Os membros da Associação se reuniram com regularidade ao longo do ano de 2015. Eu pude acompanhar sete reuniões<sup>26</sup> realizadas entre abril e novembro. Os temas discutidos, como são propostos, o interesse e participação dos membros, o comprometimento com as decisões tomadas em assembleia e outros, foram objetos da minha observação. As questões dominantes nesse período se desenrolaram na relação entre a Associação e agentes institucionais, tanto de uma forma direta (Associação e Secretaria Municipal de Cultura e Turismo), como indireta (Associação e Secretaria Estadual de Cultura), esta última através da inscrição (ou intenção de) em editais/prêmios. Ou seja, pude perceber, *in loco*, como os agentes institucionais municipais constroem e implementam suas ações políticas no âmbito da cultura, e como um grupo representativo das culturas populares interage com políticas públicas que lhes são dirigidas, construídas nas instâncias superiores de poder (estadual e federal). Minhas observações, análises e reflexões estão compreendidas no capítulo 3 desta dissertação.

---

<sup>26</sup> Estimo que perdi apenas uma ou duas das reuniões do período.

## 2. CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Neste capítulo apresento breve histórico sobre a evolução das políticas culturais no Brasil, começando pela delimitação da cultura como campo de ação pelo Estado. Intenso movimento de institucionalização ocorre a partir da segunda metade década de 1970, incluindo a instituição de um ministério exclusivo para a cultura em 1985. Toda essa estrutura sofrerá desmonte durante o governo Collor (1990-1992), parcialmente recuperada nas gestões seguintes, exceto pelo mecanismo de estímulo à cultura mediante concessão de benefícios fiscais à iniciativa privada. Este (iniciado em 1985 com a “Lei Sarney”) é remodelado e ampliado pela “Lei Rouanet” (1991), vigorando até os dias atuais, fomentando a concentração de recursos que são investidos “sob a ótica do interesse empresarial” (CALABRE, 2009, p.117). As tentativas de corrigir essa concentração, promovendo a democratização do acesso aos recursos públicos começaram a partir de 2003. Mecanismos implementados e resultados alcançados integram o conteúdo deste capítulo, que também discorre sobre os mecanismos institucionais voltados a preservação do patrimônio cultural. Nessa área, foco nas ações direcionadas aos bens culturais de natureza imaterial, finalizando com panorama sobre o processo de patrimonialização da *Folia de Reis Fluminense*, que se encontra em andamento.

### 2.1 - Cultura e Patrimônio: políticas públicas em reformulação

A cultura começa a ser percebida como um campo autônomo pelo Estado brasileiro na década de 1930, o que se formaliza em 1937 com a transformação do Ministério da Educação e Saúde em Ministério da Educação e Cultura. Já dispúnhamos de duas instituições representativas do interesse pela construção da memória nacional criadas no século XIX – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional – quando, naquele mesmo ano, é criado o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), embrião do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). São regularmente citados como envolvidos em tal criação, o então Ministro Gustavo Capanema, o escritor e folclorista Mário de Andrade, um dos mentores da Semana de Arte Moderna (1922), e Rodrigo de Mello Franco, que comandou a instituição desde sua criação até 1967. Quando foi chamado a colaborar com a elaboração de projeto de preservação do patrimônio, Mário de Andrade estava na direção do Departamento de Cultura e Recreação da Cidade de São Paulo, que Lia Calabre avalia como “a primeira experiência efetiva de gestão pública [na Cultura]

implementada no país no campo da cultural [que] não ocorreu no âmbito federal, mas no municipal”. Suas pesquisas indicaram que “a experiência paulista era um ensaio para o futuro Instituto Brasileiro de Cultura. Antes de tudo, deveria ser criado o Instituto Paulista de Cultura (...). O projeto seria desdobrado, resultando na criação de vários institutos estaduais de cultura” (CALABRE, 2009, p.18-19). Mas não foi esse o caminho seguido, como veremos adiante.

Desde a década de 1930 até início da década de 1970 tivemos um período turbulento no âmbito da política e da economia. No cenário internacional, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, por exemplo. No país, a instauração do Estado Novo (1937-1945), o trabalhismo e a industrialização com Getúlio Vargas, os ideais socialistas ganhando espaço com João Goulart, seguido de sua deposição com o Golpe de 1964 e instalação da ditadura civil-militar que viria a perdurar até 1985. Entretanto, na esfera das políticas dirigidas à cultura naquele período, os acontecimentos indicam mais continuidades do que rupturas. Predominam ações orientadas para a preservação de edificações e obras de arte e para promover a educação do povo brasileiro, visando a um certo “padrão civilizatório”. Essas ações foram gestadas a partir dos ideais de valorização e defesa de uma identidade nacional e proteção de um patrimônio que representaria a Nação. O Estado é o protagonista tanto nas deliberações, quanto na gestão e financiamento.

Esse modelo de protagonismo do Estado na área da cultura vigorou durante décadas. A participação da sociedade civil, em especial o mecenato, constituía ações isoladas e não havia uma política de estímulo para um investimento do setor privado na área. A tendência dominante era de deixar ao encargo do Estado não apenas as políticas para o setor, mas também o seu financiamento e gerenciamento. (ABREU, 2010, p.171)

No início dos anos 1970 o impacto da ressignificação do termo cultura sob a ótica antropológica foi lentamente conduzindo à valorização da diversidade das formas de representação da realidade, das formas de viver e das visões de mundo pelos grupos humanos, levando a ações estatais que fizeram ascender no cenário institucional, ainda que lentamente, o que mais tarde seria chamado de patrimônio imaterial. Uma dessas ações nesse sentido, o Programa de Ação Cultura (PAC), idealizado para fomentar a expressão dessa pluralidade cultural e proporcionar maior acessibilidade do povo a cultura, teve, entretanto, sua linha de ação redirecionada, passando a priorizar a realização de eventos com profissionais da área cultural. Em 1975 o PAC foi absorvido pela Fundação Nacional de Arte criada naquele ano. Foram criados, ainda, a Embrafilme, a Fundação Nacional Pró-Memória, o Conselho

Nacional de Cinema (Concine), o Conselho Nacional do Direito Autoral, dentre outros, além de ser ampliada a atuação de outros órgãos como o Serviço Nacional de Teatro. “A ampliação dos quadros das instituições sinalizava o fortalecimento da área cultural que começava a ganhar espaço no contexto do Estado brasileiro”, concluiu Regina Abreu (ABREU, 2010, p.173). Toda essa estrutura viria a ser vítima de um “criminoso” desmonte no curto mandato do presidente Fernando Collor (1990-1992), sendo restaurada, parcialmente e sem o mesmo vigor, nos anos subsequentes a sua destituição. O ano de 1985 marca a instituição de um ministério exclusivo para a Cultura. Mas é no ano de 1986 que uma ação inovadora vai impactar na definição de quais bens e atividades culturais serão promovidas e valorizadas, e no volume de recursos aplicados na área: a possibilidade de renúncia fiscal concedida à iniciativa privada ao direcionar recursos para “operações de caráter cultural ou artístico”. Trata-se da Lei 7.505, que permitiu a utilização de percentual do imposto de renda devido, e a liberdade para escolher em quais atividades culturais aplicar. A “Lei Sarney”, como ficou conhecida, seria reformulada, sem perda significativa dos princípios que a nortearam, através da Lei 8.313, de 1991, que se popularizou como “Lei Rouanet”, quando foi instituído o Programa Nacional de Apoio a Cultura (PRONAC). Na mesma linha foi instituída, em 1993, a “Lei do Audiovisual” (Lei 8.685). Novas propostas já foram aprovadas e outras tramitam no congresso propondo reformulações, mas esses instrumentos legais ainda vigoram, sem mudanças significativas na liberdade de escolha de patrocínio pelas empresas.

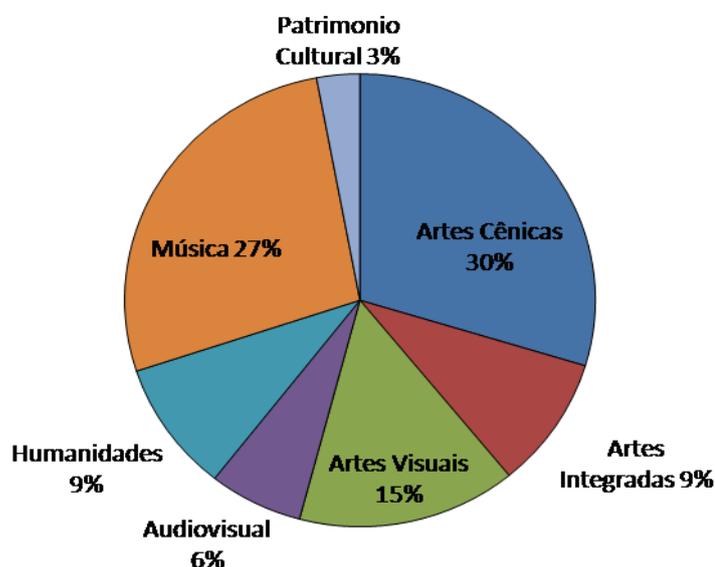
O critério de aprovação dos projetos por parte do governo – que se limitava a verificar se os objetivos dos mesmos eram os previstos por lei – fez com que efetivamente o mercado decidisse em quais projetos deveria investir, quais renderiam a desejada imagem de marketing cultural. O que o governo terminou fazendo foi liberar recursos públicos para serem aplicados sob a ótica do interesse empresarial. (CALABRE, 2009, p.117)

Também integra o PRONAC, o Fundo Nacional de Cultura – FNC, mecanismo de financiamento da cultura cuja responsabilidade de gestão é do Estado. É com os recursos desse Fundo que o governo federal tem trabalhado, desde 2003, com ações compensatórias para os principais problemas oriundos das condições vigentes de aplicação da renúncia fiscal – concentração regional (Sudeste) e setorial (gráfico a seguir)<sup>27</sup> – enquanto debate com a sociedade novos caminhos para cultura no Brasil.

---

<sup>27</sup> Dados utilizados na elaboração do gráfico foram obtidos através do sistema de informações do Minc, o SalicNet. Disponível em: <<http://sistemas.cultura.gov.br/salicnet/Salicnet/Salicnet.php#>>. Acesso em: 5 Out 2015.

**Gráfico 1 – Mecenato (Lei Rouanet + Lei do Audiovisual)**  
 Captação em 2014: R\$ 1.742 milhões



O governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), tendo a frente do MINC Gilberto Gil, iniciou um ciclo de debates inovador em termos de participação social ampla, que culminou com a 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada em 2005.

As conferências municipais, estaduais e interestaduais que precederam a Conferência Nacional possibilitaram, em todas as regiões do país, a instalação de diferentes espaços de reflexão, debate sobre a situação da cultura no Brasil – o que contribuiu para que se avaliassem perspectivas, se levantassem possibilidades de avanço e se propusessem novas formas de atuação. (CALABRE, 2009, p.122)

Podemos destacar como desdobramentos da CNC: (i) a aprovação de emenda constitucional (EC 48/2005) instituindo o Plano Nacional de Cultura (PNC), de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público, e (ii) a construção do Sistema Nacional de Cultura (SNC), também incorporado à Constituição Federal (EC 71/2012). Enquanto o PNC é entendido como “um conjunto de princípios, objetivos, diretrizes, estratégias e metas que devem orientar o poder público na formulação de políticas culturais”<sup>28</sup>, o SNC define os atores, suas

<sup>28</sup> Definição resumida pelo Minc, conforme plataforma de acompanhamento do PNC, no momento em que está sendo realizada consulta pública para a primeira revisão do PNC aprovado em 2010. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/revisaodasmetas/sobre-o-pnc/>>. Acesso em: 5 Out 2015.

responsabilidades e processo de gestão. O PNC em vigor foi aprovado através da Lei 12.343/2010, e projeta a cultura para os dez anos subsequentes.

Uma das condições apontadas como fundamentais para operacionalização das novas propostas é a aprovação de outra proposta de Emenda Constitucional. Desde o ano de 2003 tramita uma PEC pedindo a designação mínima de 2% do orçamento da União (1,5% no orçamento dos estados e 1% no dos municípios) para a cultura. Em 2014 a proposta foi reformulada (PEC 421) propondo que o acréscimo no orçamento se dê de forma gradual. A PEC está tramitando, mas já podemos observar uma tendência de crescimento na dotação orçamentária ao Ministério da Cultura:

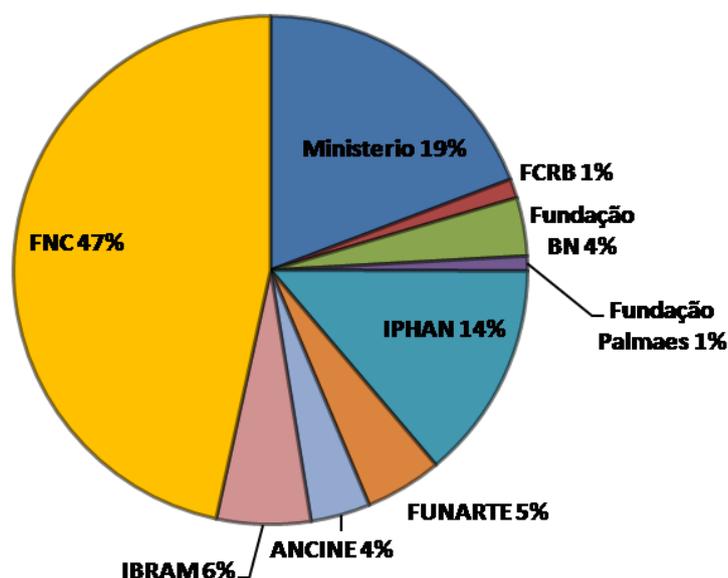
**Gráfico 2** – % do Orçamento Total da União destinado ao Ministério da Cultura<sup>29</sup>



No gráfico a seguir podemos verificar como estão distribuídos os recursos dentro do Ministério da Cultura:

<sup>29</sup> Gráfico elaborado a partir de dados extraídos do Anexo II da Lei do Orçamento Anual (LOA) de cada ano, que discrimina as despesas por órgão orçamentário. O percentual foi obtido em relação ao denominado “Subtotal (D)”, ou seja antes do cômputo das despesas com “refinanciamento da dívida pública mobiliária” que em 2015 é de quase R\$ 900 bilhões. Disponível em: <<http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais>>. Acesso em: 5 Out 2015.

**Gráfico 3** – Distribuição<sup>30</sup> do Orçamento para o Ministério da Cultura em 2014  
R\$ 3.269 milhões<sup>31</sup> (0,23% do Total da União)



Outra conclusão das reflexões empreendidas sobre a questão do financiamento da Cultura durante os debates com a sociedade foi a necessidade de reformular os mecanismos em vigor (Lei Rouanet e Lei do Audiovisual) que tem implicado, como já citei, em distorções tais como concentração regional e setorial dos recursos. Tratou-se então de rever os critérios para a continuidade do mecenato e estabelecer o FNC como o principal mecanismo de financiamento da cultura, diferentemente da realidade atual: em 2014 os recursos captados através do mecenato foram de R\$ 1.742 milhões como apresentado no Gráfico X, 14% acima do que foi destinado em orçamento para o FNC (R\$ 1.525 milhões)<sup>32</sup>. Surgiu então a proposta expressa no Projeto de Lei 6.722/2010 que institui o Programa Nacional de Fomento e Incentivo a Cultura (PROCULTURA) e que se encontra em trâmite no Congresso. Dentre as diferenças do PROCULTURA em relação às condições em vigor, podemos citar:

<sup>30</sup> Distribuição obtida do relatório “Volume IV - Detalhamento das Ações - Órgão do Poder Executivo - Presidência da República e Ministérios (Exceto MEC) – Órgão 42000: Ministério da Cultura”. Disponível em <<http://www12.senado.gov.br/orcamento/documentos/loa/2014/elaboracao/autografos-e-leis/autografo/volume-iv-detalhamento-das-acoes-orgao-do-poder-executivo-presidencia-da-republica-e-ministerios-exceto-mec>>. Acesso em: 5 Out 2015.

<sup>31</sup> Valor também obtido do já mencionado e referenciado Anexo II da Lei do Orçamento Anual (LOA). O percentual foi obtido da mesma forma, ou seja, antes do cômputo das despesas com “refinanciamento da dívida pública mobiliária” que em 2014 foi de R\$ 639 bilhões.

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/orcamento/documentos/loa/2014/elaboracao/autografos-e-leis/autografo/volume-iv-detalhamento-das-acoes-orgao-do-poder-executivo-presidencia-da-republica-e-ministerios-exceto-mec/42000-ministerio-da-cultura-1/view>>. Acesso em: 5 Out 2015.

## a) Quanto à gestão:

Criação de uma Comissão Nacional de Incentivo e Fomento à Cultura (CNIC), sob a presidência do Ministro, mas com a participação da sociedade, que tem atribuições de deliberação e avaliação do PROCULTURA, respeitadas as diretrizes do PNC e do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Uma de suas atribuições é a de fixar diretrizes para avaliação dos projetos culturais. Nas condições atualmente em vigor inexistem orientações que impeçam a concorrência desigual entre proponentes, o que favorece as grandes produções, já com visibilidade na mídia, e que atingem um público maior, ao sabor do interesse do patrocinador. Também está prevista a criação de CNIC's Setoriais.

Na avaliação dos projetos culturais, está sendo adicionada apreciação, em caráter classificatório, quanto ao atendimento das três dimensões previstas através do SNC (simbólica, econômica e cidadão ou social), o que pode impactar na redução do atual protagonismo do interesse econômico, abrindo espaço para a valorização da dimensão simbólica (identidade e diversidade cultural) e para a contribuição da cultura como elemento de empoderamento social e reconhecimento de direitos culturais. Quanto a transparência, está prevista a disponibilidade de dados das atividades através de um Sistema Nacional de Informações Culturais, permitindo o acompanhamento de toda a sociedade.

## b) Quanto ao FNC:

Serão criados Fundos Setoriais. Foram adicionadas outras fontes de recursos para o fundo: doações consignadas na lei orçamentária anual, retorno econômico de investimentos em empresas e projetos culturais feitos pelo FNC, recursos da Loteria Federal da Cultura (a ser criada). Possibilidade de transferência de recursos (mínimo de 30%) do Fundo aos estados e municípios, condicionada à sua adesão ao SNC.

## c) Quanto ao incentivo fiscal concedido a contribuintes do Imposto de Renda:

- ✓ o termo “patrocinador” é substituído por co-patrocinador” posto que a parte incentivada é (e sempre foi), recurso público, e não recurso do contribuinte;
- ✓ condicionamento para dedutibilidade da despesa (redução da base de cálculo do imposto) à projetos que se realizem em estados e regiões com baixa captação de incentivos por esta lei, realizados em municípios ou áreas urbanas

sem equipamentos culturais. No exterior, apenas em países do Mercosul ou da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

✓ no caso de co-patrocínio as empresas poderão deduzir do imposto devido, 40%, 60% ou 80%, dependendo da pontuação obtida no processo de avaliação que sintetizei no item a);

✓ tanto para doações como para co-patrocínios, as empresas que tiverem seu nome no projeto cultural proposto, só poderão deduzir do imposto devido, 40% do valor despendido.

d) Quanto à cultura como investimento:

Dirige-se a projetos culturais considerados com potencial de retorno comercial. Está sendo proposta uma reformulação dos Fundos de Investimento Cultural e Artístico. Essa modalidade de financiamento da cultura não foi dinamizada desde sua introdução pela lei em vigor. A sua manutenção, com reformulação, pressupõe um interesse em ativá-la.

Enquanto o debate com a sociedade evoluía, o governo deu início em 2004 a uma ação inovadora, com oportunidades que atingiram substancialmente as culturas populares. Trata-se do Programa Cultura Viva.

O objetivo principal seria promover o acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural, dentro de uma prática de cooperação social. As seleções seriam feitas por meio de editais públicos e cada projeto de Ponto de Cultura selecionado receberia recursos da ordem de R\$ 150 mil ao longo de cinco semestres e também passaria a ser beneficiado por ações e parcerias formalizadas pelo Minc.(CALABRE,2009, p.124)

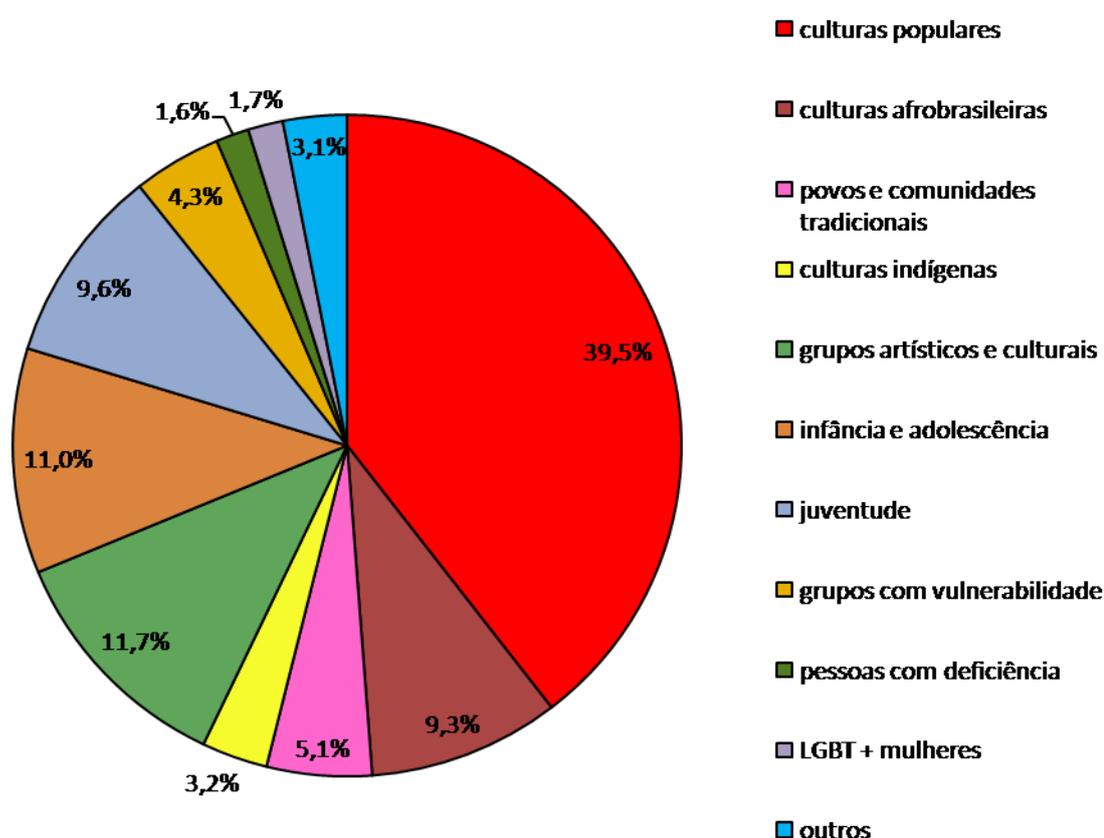
São mais de 3.000 *Pontos de Cultura* distribuídos em todos os estados brasileiros, sob a coordenação da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural (SCDC). O PNC aprovado em 2010 tem como uma das metas chegar a 15.000 em funcionamento até 2020. De programa de governo, a ação dos *Pontos de Cultura* tornou-se política de Estado, com a promulgação da Lei 13.018/2014, sob a denominação Política Nacional de Cultura Viva<sup>33</sup>. A partir de solicitação específica<sup>34</sup>, o Minc/SCDC me forneceu uma relação de *Pontos de Cultura* mapeados até julho/2015, totalizando 2.870 unidades, de um total de 3.500, como

<sup>33</sup> Conforme *Portal do Minc*. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/pontos-de-cultura1>>. Acesso em: 17 Out 2015.

<sup>34</sup> O *Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC)*, permite consultas e solicitações personalizadas. No final de junho/2015 solicitei relação detalhada dos pontos de cultura no país. Fui atendida no dia 9 Jul 2015, com a disponibilização de um arquivo em Excel com os dados disponíveis. A consulta foi protocolada através de <<http://www.acessoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html>>.

especificado no Anexo B. Desses 2.870 *Pontos* mapeados 1.002 têm informado sua característica “identitária”, como rotulado pelo SCDC. Para esses tabulei as referidas identidades comprovando a afirmação de que as “culturas populares” são os principais beneficiários dos *Pontos de Cultura*.

**Gráfico 4** – *Pontos de Cultura* no Brasil: distribuição por característica identitária



Na mesma relação é possível identificar o registro de 296 *Pontos de Cultura* no Estado do Rio de Janeiro, sendo três no município de Valença, com um deles tendo por proponente a AGFORV. Foi uma das experiências que contribuiu para o processo formativo do Chico da Folia, introduzindo-o aos códigos das políticas públicas, como veremos no Capítulo 3.

Com a instituição do SNC, o IPHAN tem afirmada sua função precípua de promover e preservar o patrimônio cultural brasileiro

visando fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do País. É competência do Instituto, preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro, na acepção do art. 216 da Constituição. (IPHAN, 2014, p.10)

Cabe-lhe a responsabilidade pela implantação do Sistema Nacional de Patrimônio Cultural (SNPC), e a coordenação da Política Nacional de Patrimônio Cultural que é definida como “conjunto de ações executadas pela união, estados, municípios e Distrito Federal que exerçam atividades de identificação, reconhecimento, preservação, promoção, fomento e fiscalização do patrimônio cultural” (IPHAN, 2015, p.10). A ausência de articulação entre as legislações nos diversos níveis de governos relativas ao tombamento, registro e proteção do patrimônio cultural material e imaterial é um dos obstáculos que a estruturação e institucionalização do campo da cultura através da construção do SNC se propõem a transpor (CALABRE, 2009, p.123).

O Decreto 3.551/2000 foi o marco nacional que institucionalizou as deliberações constitucionais (Art. 215 e 216) concernentes aos bens patrimoniais de natureza imaterial, definindo o IPHAN como órgão responsável. O Instituto tem a seu cargo os *Registros* nos *Livros* específicos e a condução dos processos de patrimonialização. Coube também ao IPHAN a implantação e condução do Programa Nacional de Patrimônio Imaterial (PNPI) através do qual a União financiou, entre 2005 e 2013, 80% do custo de oitenta e seis projetos envolvendo inventários, mapeamentos, ações de apoio e fomento de bens culturais intangíveis.

Esclarece o texto introdutório das *Metas do PNC* que este foi estruturado a partir de “três dimensões complementares: a cultura como expressão simbólica; como direito de cidadania; e como campo potencial para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade”. O documento de instituição do SNC detalha cada uma dessas três dimensões. Ao discorrer sobre a dimensão simbólica, o Minc anuncia a instituição de uma política cultural que coloca num mesmo patamar de importância as artes populares, artes eruditas e indústrias criativas. E que através dessa política “também é superada a tradicional separação entre políticas de fomento à cultura (geralmente destinadas às artes) e de proteção do patrimônio cultural, pois ambas se referem à produção simbólica da sociedade.” (SNC, 2011, p.34). Buscando verificar se a “superação” da separação entre “fomento” e “proteção” não teria subdimensionado as ações de proteção, fiz uma análise das 53 *Metas do PNC*, buscando identificar aquelas especificamente dirigidas à salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. Para tanto, revisei o texto com foco em termos presentes na definição de salvaguarda pela UNESCO que caracterizam ações voltadas a bens patrimoniais que se pretende salvaguardar, desconsiderando aqueles termos mais afeitos ao “fomento” (promoção,

valorização e revitalização). Os termos que tomei como referência, estão identificados por meu grifo:

medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a **identificação**, a **documentação**, a **investigação**, a **preservação**, a **proteção**, a promoção, a valorização, a **transmissão** – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos. (UNESCO, 2003)

Além da Meta número 5, que estabelece a criação do já mencionado SNPC, identifiquei três outras que são, ou orientadas para a salvaguarda do patrimônio imaterial, ou com potencial para produzir resultados que poderão levar a inventários e outras ações de salvaguarda no futuro.

**Tabela 1** – *Metas do PNC: salvaguarda do Patrimônio Imaterial*

METAS: SALVAGUARDA PATRIMONIO IMATERIAL	
Nº	Descrição
3	Cartografia da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro realizada
6	50% dos povos e comunidades tradicionais e grupos de culturas populares que estiverem cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), atendidos por ações de promoção da diversidade cultural. (Interliga-se a Meta 3.)
4	Política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) Proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais;</li> <li>b) Inserção dos conhecimentos e expressões culturais populares e tradicionais na educação formal e auxílio financeiro para mestres e mestras dos saberes e fazeres dessas culturas.</li> </ul>
5	Sistema Nacional de Patrimônio Cultural implantado, com 100% das Unidades da Federação e 60% dos municípios com legislação e política de patrimônio aprovadas.

Fonte: *As Metas do Plano Nacional de Cultura*, MINC, 2013.

Atribuo a característica de ter “potencial para produzir resultados que poderão levar a ações de inventário e salvaguarda no futuro” à Meta nº 3, que determina a realização de uma cartografia da diversidade das expressões culturais em todo território nacional. Os dados coletados alimentarão o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Ainda que esta Meta não possa ser entendida como uma ação direta de preservação e proteção do patrimônio imaterial, os movimentos de identificação e constituição preliminar de uma

documentação nela contemplados podem constituir-se no ponto de partida para futuras ações de inventário das referências culturais dentro dos procedimentos metodológicos que vierem a ser adotados pelo SNPC, a exemplo da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) atualmente adotada pelo IPHAN. A Meta nº 6 pode ser vista como uma extensão da nº3. Sua proposta é agir sobre comunidades tradicionais e grupos de culturas populares, tomando por base os registros do SNIIC. Embora a Meta priorize ações de “promoção da diversidade cultural [que] envolve políticas de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, bem como ações de valorização das culturas populares” (MINC, 2011, p.27), essa aproximação com grupos populares, também poderá guiar futuros trabalhos de inventário e ações de salvaguarda, embora esse potencial não seja reconhecido no texto.

Finalmente a Meta nº 4, a única que, no seu conteúdo, refere-se de forma explícita ao Decreto 3.551, ao Registro do Patrimônio Cultural Imaterial e ao PNPI. Sua proposta é ter, até 2020, a “política nacional de proteção e valorização dos conhecimentos e expressões das culturas populares e tradicionais implantada”. Foram definidos como os três “principais pontos” a serem contemplados: (i) proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais e dos direitos coletivos das populações autoras e detentoras, (ii) inserção dos conhecimentos e expressões culturais populares e tradicionais na educação formal desses conhecimentos, e (iii) auxílio financeiro para mestres e mestras dos saberes e fazeres das culturas populares e tradicionais. Podemos observar que o foco do primeiro e do terceiro, dos “principais pontos”, é com a sustentabilidade econômica dos grupos tradicionais e populares, através da proteção dos seus direitos e do auxílio financeiro aos seus mestres. Já o segundo ponto assume como fundamental à transmissão dos saberes tradicionais, a inserção dessa nos processos educativos formais. A premissa assumida, sugere que o processo de transmissão já existente no interior dos grupos é insuficiente. Parece não considerar que a transmissão de saberes é intrínseca ao modo e rede de relações que se estabelecem dentro dos grupos – como demonstrei acontecer com a *Folia de Reis* – e que, fortalecendo os laços afetivos, desempenham papel fundamental na construção da memória coletiva e, conseqüentemente, na identidade do grupo. Ainda que se saiba que o que caracteriza o patrimônio imaterial seja a sua condição dinâmica e transmutável, a possibilidade de conseqüências negativas a partir de interferências externas inadequadas não parece ter sido objeto de reflexão por parte dos agentes institucionais nesse caso. Como teorizou Halbwachs, a memória coletiva tem por suporte as memórias individuais, construída a partir das experiências em comum, mas

para que nossa memória se auxilie com a dos outros [...] é necessário que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias [dos outros] e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum. (HALBWACHS, 1990, p.34)

Foi possível constatar que a única Meta do PNC que trata explicitamente da “proteção” das culturas populares e tradicionais não considera como “ponto principal” a realização de inventários e avaliação com vistas a um potencial *Registro*. Uma possibilidade seria a de estabelecer uma meta para realização de inventários sobre as culturas populares e tradicionais mapeadas pela cartografia da Meta nº 3. De minha análise pude concluir que as ações de fomento ao patrimônio cultural imaterial, são dominantes em relação às ações para sua proteção e salvaguarda.

Essa pesquisa que fiz nas *Metas* insinuou uma predominância de ações voltadas para o fomento da cultura num sentido amplo, podendo significar um indesejado desequilíbrio entre as três *dimensões*, com a *dimensão econômica* ascendendo sobre as demais. Desconfiada que a leitura pudesse estar influenciada pela minha inquietação com a questão da salvaguarda do patrimônio imaterial, e os riscos de uma exploração econômica predatória, fiz uma análise mais profunda. Selecionei palavras-chave cuja relevância do significado para cada uma das três *dimensões*, implicasse no seu uso regular ao longo do texto, remetendo, subliminarmente, a determinada *dimensão*, e fiz uma contagem. Essas palavras e o resultado detalhado da contagem estão demonstrados no Apêndice D. Em síntese, a verificação quantitativa demonstrou que, com 146 ocorrências, a *dimensão econômica* é dominante, seguida pela *dimensão cidadã* com 104. À *dimensão simbólica* parece ter sido reservado um espaço quase figurativo, com apenas 23 ocorrências. Esse estudo foi remetido ao MINC, aproveitando a abertura de consulta pública à sociedade para propostas de revisão das *Metas do PNC*, encerrada em fevereiro de 2016.

Sobre o Registro do patrimônio imaterial no âmbito estadual, especificamente no Estado do Rio de Janeiro, duas leis foram promulgadas dispendo sobre o patrimônio cultural imaterial: uma em 2007 (Lei 5.113), outra em 2013 (Lei 6.459). A primeira institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e descreve o que seriam esses bens passíveis de Registro, mas trata superficialmente do tema, definindo que este será regulamentado pelo poder executivo. A segunda, repetitiva em alguns aspectos, sugere que a anterior escapou ao

conhecimento dos que a elaboraram, não sendo nem mesmo mencionada no texto. Na ocasião dessa pesquisa, a regulamentação determinada pela Lei 5.113 continuava pendente.

Não há porque a gente ter duas legislações que determinam como o Estado deve fazer o Registro dos Bens Imateriais, porém ela não está, em procedimento, regulamentada. Pretendemos que essa regulamentação aconteça o mais breve possível - e já está em curso - para que possamos, finalmente, promover o acautelamento e a preservação dos bens imateriais do Estado. (Luciane Barbosa, Departamento de Patrimônio do INEPAC)

Os estados também desenvolvem seus próprios mecanismos de financiamento, além daqueles em parceria com o governo federal, como os *Pontos de Cultura* já citados. Como o campo desta pesquisa está inserido no Estado do Rio de Janeiro, vou me ater aos mecanismos que essa unidade da federação disponibiliza.

Os agentes culturais estabelecidos no estado têm podido contar com mecanismos de financiamento através de incentivos fiscais concedidos a empresas para patrocínio ou doações, por meio da renúncia de tributos, a exemplo da Lei Rouanet no nível federal. O principal instrumento é a Lei 1.954 de 26 de janeiro de 1992, que permite a destinação de ICMS devido por empresas, e é referida como “Lei de Incentivo à Cultura” ou “Lei de Incentivo”. Subsequentemente ajustada pelas Leis 3.112 (1998), 3.555 (2001) e 4.986 (2006). Atualmente está regulamentada pelo Decreto 44.013 de 2 de janeiro de 2013. Os principais ajustes sobre a lei de 1992 foram:

- ✓ a alteração do limite do total do ICMS devido passível de doação/patrocínio incentivado em cada período, que teve início com 2%, foi aumentado para 5% em 1998, e reduzido para 4% em 2001;
- ✓ que as empresas patrocinadoras deverão participar (recursos próprios) com pelo menos 40% do desembolso para o patrocínio (era 50% até 2001).
- ✓ que, a partir de 2001 o Certificado de Aprovação do Projeto pela Secretaria Estadual de Cultura, uma vez obtido, é renovável por até três períodos anuais.

Já a Lei 4.986 de 2006 destinou-se, exclusivamente a inserir o setor “gastronomia” na relação daqueles abrangidos pelo incentivo: artes cênicas, artes integradas, artes visuais, audiovisual, equipamentos culturais, culturas populares, informação e documentação, literatura, música, patrimônio cultural material e imaterial<sup>35</sup>, gastronomia e moda e design.

---

<sup>35</sup> A composição dessa categoria é apresentada como “marcos naturais, parques e jardins históricos e afins”, indicando que, de fato, concentra-se no patrimônio material.

Tal como na Lei Rouanet, também a decisão sobre o que patrocinar, ou não, fica nas mãos das empresas patrocinadoras: um determinado projeto cultural deve ser encaminhado à Secretaria para aprovação, já devidamente acompanhado de documento no qual a empresa firma compromisso com o patrocínio. Ou seja, um agente cultural que deseje obter um patrocínio, deve procurar empresas com potencial para fazê-lo e deles obter o Documento de Intenção de Patrocínio (DIP). Quem tem mais chance de ter sucesso nessa empreitada: um pequeno grupo detentor de saberes tradicionais no interior do estado, ou as megaproduções envolvendo nomes consagrados no entretenimento?

A seguir um demonstrativo disponibilizado pela Secretaria Estadual da Cultura com valores do benefício fiscal aplicado à Cultura de acordo com a legislação em questão:

**Gráfico 5** – Valores aplicados pela “Lei de Incentivo à Cultura” no Estado do Rio de Janeiro<sup>36</sup>

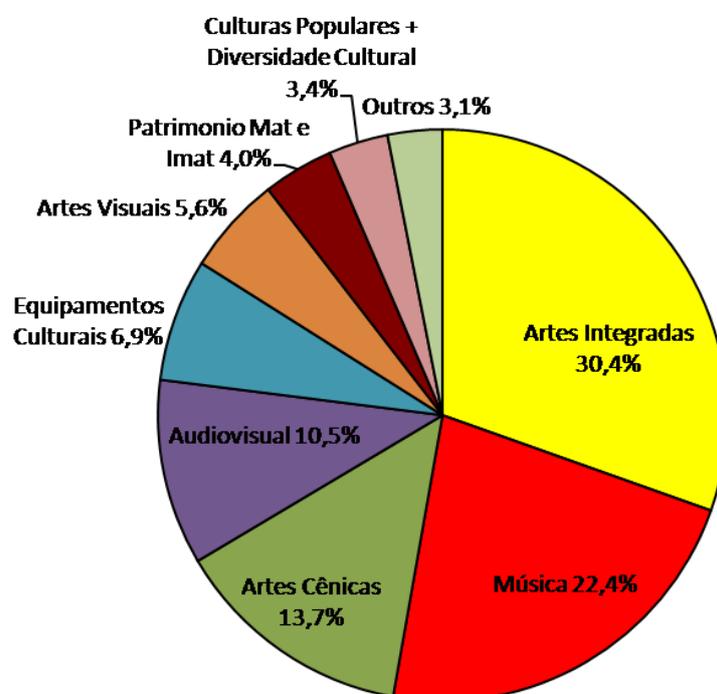


<sup>36</sup> Demonstrativo *Lei de Incentivo à Cultura- Recursos Financeiros*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura / Superintendência da Lei de Incentivo, 2015. Disponível em: <[http://www.cultura.rj.gov.br/leidoincentivo/docsli/TELA\\_RECursos\\_FINANCEIROS.pdf](http://www.cultura.rj.gov.br/leidoincentivo/docsli/TELA_RECursos_FINANCEIROS.pdf)>. Acesso em: 13 Out 2015.

No momento desta pesquisa (Out/2015) somente o detalhamento por setor e por região para o ano de 2012 estavam disponíveis para consulta através da internet. Como os patrocinadores não variam muito (Petrobrás, Telemar, Light, Ambev e outros), conseqüentemente não variam os interesses que conduzem sua escolha do setor cultural ou da região na qual investir, parece plausível assumir que a configuração por setor e região tenha se mantido estável ao longo dos anos. Na distribuição por região, temos a concentração de 83%<sup>37</sup> na região metropolitana, reproduzindo a configuração nacional que concentrou no Sudeste (maior concentração de metrópoles) 75% dos recursos aplicados pelas Leis Rouanet e do Audiovisual.

A concentração por setor no Estado do Rio também se aproxima do perfil de concentração nacional valorizando música, artes cênicas e artes integradas, que somam 66,5%, em detrimento das demais. Na soma das categorias “culturas populares” e “diversidade cultural” temos a insignificância de 3,4%.

**Gráfico 6** – Distribuição setorial do benefício fiscal concedido pela “Lei de Incentivo à Cultura” no Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2012<sup>38</sup>



<sup>37</sup> Relatório *Benefício Fiscal 2008-2012*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Cultura / Superintendência da Lei de Incentivo. Disponível em: <[http://www.cultura.rj.gov.br/leido incentivo/docs/li/dados\\_da\\_lei\\_de\\_incentivo\\_14082013\\_revisado.pdf](http://www.cultura.rj.gov.br/leido incentivo/docs/li/dados_da_lei_de_incentivo_14082013_revisado.pdf)>. Acesso em: 13 Out 2015.

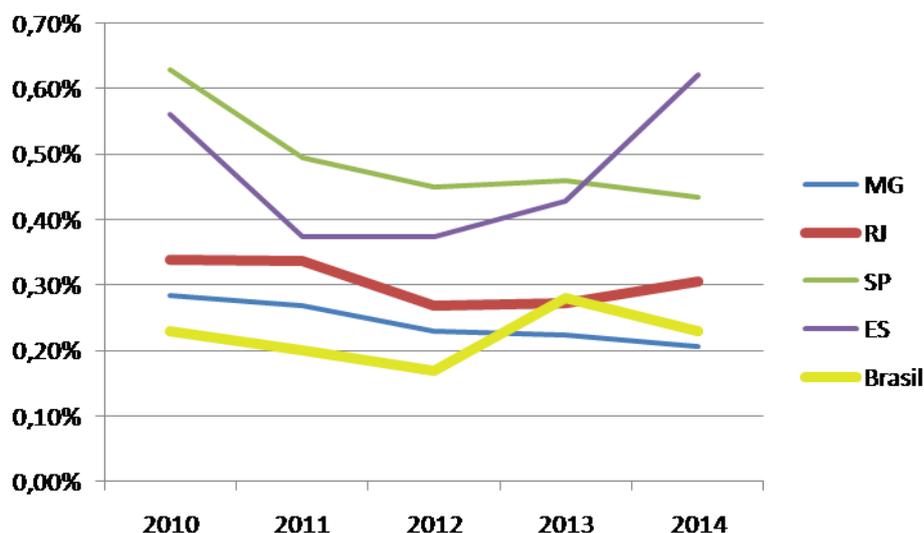
<sup>38</sup> Relatório *Benefício Fiscal 2008-2012*. Idem.

A disponibilidade dos dados sobre os gastos estaduais por órgão me permitiu identificar que, nos últimos cinco anos, as despesas (empenho) da Secretaria Estadual de Cultura tem sido de, em média, 0,3% do total geral de toda a despesa do estado. Em 2014 o gasto total da referida Secretaria foi de R\$230,7<sup>39</sup> milhões. Comparações com os outros estados da Região Sudeste e com a União contextualizam esses dados.

**Tabela 2** – 2014: Despesa empenhada<sup>40</sup>, destinada às Secretarias Estaduais de Cultura e gasto *per capita*

	Cultura R\$ milhões	Nº Habitantes <sup>41</sup>	Gasto per capita R\$
MG	155,9	19.597.530	7,96
RJ	230,7	15.989.929	14,43
SP	913,2	41.262.189	22,13
ES	84,7	3.514.952	24,10

**Gráfico 7** – Relação entre total da despesa do Estado/União e a parcela dessa despesa destinada a Secretaria/Ministério da Cultura



<sup>39</sup> Este valor e sua composição foram identificados através de consulta aos dados de *Despesa* no *Portal Transparência do Governo do Rio de Janeiro*. Disponível em: <[http://www.transparencia.rj.gov.br/transparencia/faces/OrcamentoTematico/despesaGenerica?\\_afzLoop=1892844544508000&\\_afzWindowMode=0&\\_adf.ctrl-state=128ouaif66\\_85](http://www.transparencia.rj.gov.br/transparencia/faces/OrcamentoTematico/despesaGenerica?_afzLoop=1892844544508000&_afzWindowMode=0&_adf.ctrl-state=128ouaif66_85)>. Acesso em: 13 Out 2015.

<sup>40</sup> Valores obtidos através de consulta ao *Portal da Transparência* de cada unidade federativa. Acesso em: 22 Out 2015.

<sup>41</sup> Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em: 16 Mar 2015.

Em 7 de julho de 2015 a Câmara Estadual promulgou a Lei 7.015 que trata da instituição do Sistema Estadual de Cultura, do programa estadual de fomento e incentivo a cultura e apresenta as diretrizes e estratégias do Plano Estadual de Cultura. De acordo com o Portal da Secretaria<sup>42</sup>, os trabalhos para elaboração do Plano tiveram início em Agosto de 2009. Assumi como referência seis eixos tidos como estratégicos: (i) cultura e cidadania, (ii) cultura, diversidade, patrimônio e memória, (iii) cultura, educação e juventude, (iv) cultura e desenvolvimento sustentável, (v) gestão da cultura, e (vi) financiamento da cultura. A elaboração, informa o Portal, buscou envolvimento amplo da população, tanto através da realização de encontros municipais (noventa e dois), como encontros regionais (oito), além da abertura à consulta pública pela internet, por seis meses, do projeto de lei em questão. A “Lei de Incentivo à Cultura” também foi reformulada através da nova legislação. Foram incluídas alterações que se alinham ao PROCULTURA federal, tais como: redução do benefício pelo uso do nome do patrocinador ou de seus produtos na denominação do projeto, e instituição de uma Comissão de Avaliação de Projetos (CAP) mas sem definir explicitamente suas atribuições (objeto de futura regulamentação) e sem participação nas deliberações como acontece ao CNIC federal. A questão da exigência do DIP não está sendo tratada nessa legislação o que sugere que a prática de exigí-lo como parte da documentação para análise e aprovação de projetos culturais continuará. Entretanto, algumas novidades que deverão contribuir para reduzir as desigualdades nas oportunidades entre proponentes foram notadas. O Fundo Estadual de Cultura, esclareceu funcionário da Secretaria<sup>43</sup>, será o principal mecanismo para atender as demandas que não são abarcadas pelo mecanismo de patrocínio, pois não oferecem a visibilidade do nome ou marca, que tanto interessa a empresa patrocinadora. Instituído em 1998, o Fundo foi objeto de reformulação na Lei 7.035 de 2015. Quanto às fontes de receita, por exemplo, enquanto na Lei 2.927/1998 que o constituiu, aponta apenas seis, a reformulação lista um total de dezesseis fontes. Também foi instituída a obrigatoriedade de que um quinto do valor do benefício fiscal concedido a título de patrocínio seja destinado ao Fundo.

Políticas culturais, entendidas como ações pensadas no longo prazo, formalmente planejadas e articuladas, são praticamente inexistentes no âmbito do município de Valença. O Plano Municipal de Cultura ainda não foi elaborado, nem localizei algo equivalente, ainda que produzido de forma unilateral pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Verifiquei que

---

<sup>42</sup> Disponível em: <<http://www.cultura.rj.gov.br/lei-estadual-de-cultura-e-plano-estadual-de-cultura>>. Acesso em: 14 Nov 2015.

<sup>43</sup> Philipe Sanches, da Superintendência da Lei de Incentivo, em entrevista concedida em 24 Nov 2015.

o orçamento para 2016 destina à Secretaria de Cultura e Turismo 2,53%<sup>44</sup> do total do orçamento para o município (R\$161,3 milhões), não tendo, ainda, sido constituído um fundo municipal para a cultura. Não consegui mais detalhes sobre a destinação da verba designada à referida Secretaria.

Um comparativo das despesas anuais da Secretaria de Cultura e Turismo com alguns municípios vizinhos proporciona uma perspectiva em nível regional, facilitado pelo fato de todos terem as áreas de Cultura e Turismo reunidas em uma mesma pasta. Para tanto utilizei os dados orçamentários para 2015, publicados nas respectivas Leis de Orçamento Anual (LOA) de 2014, disponíveis nos portais das respectivas prefeituras.

**Tabela 3 - Orçamento Municipal para 2015:**  
comparativo para Secretaria de Cultura e Turismo

	Valença	Vassouras	Barra do Pirai
Despesa Total - R\$ mil	152.691	164.164	220.694
Despesa Cultura e Turismo - R\$ mil	4.199	4.635	2.052
% de Cultura e Turismo da Despesa Total	2,7%	2,8%	0,9%
Nº Habitantes (estimativa para 2015 pelo IBGE) <sup>45</sup>	73.725	35.432	96.865
Área (Km2)	1.304,8	538,1	579,0
Cultura e Turismo por Habitante - R\$ 0,00	56,95	130,81	21,18
Cultura e Turismo por Km2 - R\$ 0,00	3.218,12	8.613,64	3.544,04

Como moradora da região, observo o interesse turístico muito mais intenso para Valença e Vassouras, do que para Barra do Pirai, município este que tem o forte de sua economia na indústria e comércio<sup>46</sup>. Apesar disso, o município equipara-se a Vassouras na sua vocação cultural, se considerarmos os dados do site *Mapa da Cultura*<sup>47</sup>, da Secretaria Estadual de Cultura. O site exibe resultado de mapeamento realizado em todo o Estado, entre 2011 e 2013, com a identificação de lugares, agentes e eventos culturais em cada município, organizados nas seguintes categorias: agenda fixa, espaços culturais, gente, outras atrações, patrimônio material e patrimônio imaterial. Para Barra do Pirai há trinta e dois registros,

<sup>44</sup> Lei 2.873/2015 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016. BOV 714 de 15/10/2015, p.13. Disponível em <<http://www.valenca.rj.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/BO-714.pdf>>. Acesso em: 27 Out 2015.

<sup>45</sup> Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br>> . Acesso em: 26 Nov 2015.

<sup>46</sup> Disponível em <[http://www.barradopirai.rj.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2&Itemid=117](http://www.barradopirai.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=117)>. Acesso em: 26 Nov 2015.

<sup>47</sup> Disponível em: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/o-que-e>>. Acesso em: 26 Nov 2015.

próximo de Vassouras com trinta e seis. Já Valença supera ambos com cinquenta e oito registros. Com uma dotação orçamentária para Cultura e Turismo bem inferior a Vassouras, se considerarmos a relação despesa por habitante, embora equivalentes em valor absoluto, podemos inferir que as atividades culturais em Valença estão apoiadas mais em iniciativas privadas independentes do que pela ação institucional.

Em 2012 município de Valença instituiu, por Decreto (121)<sup>48</sup>, o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial. O texto estabelece normas e procedimentos aplicáveis ao processo de Registro, tais como descrição dos Livros, identificação das partes legítimas para provocar a instauração de processos, instâncias com autoridade para aprovação e outros, guardando muita similaridade ao Decreto Federal 3.551/2000. Dentre as instâncias pelas quais tramitarão os pedidos de Registro está o Conselho Municipal de Cultura que se encontra em processo de finalização de seu Regimento Interno. Assim, não há propostas de *Registros* em andamento ou concluídas.

O Conselho Municipal de Cultura foi criado pela Lei nº 2.334, de 17/09/2007, com ajuste do número de representantes de órgãos da sociedade civil de dez para dezessete, a partir da Lei nº 2.697 de 19/09/2012. O instrumento legal estabelece a criação de um Fundo Municipal de Cultura, “com o objetivo de captação e aplicação de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal, tendo em vista o desenvolvimento das ações de cultura”. Consultando as Diretrizes Orçamentárias<sup>49</sup> para 2016, verifiquei que o Fundo ainda não foi instituído.

Quando questionei ao Secretário de Cultura e Turismo, João Ewerton, sobre a existência de algum planejamento formal para a cultura no município, ele me respondeu expondo sua visão sobre o que deveria ser valorizado na cultura, conjugando-a com o turismo, e que orienta suas ações na Secretaria, deixando subentendido que não há um plano formalizado:

A imigração africana deixou um legado muito grande. É dele que eu estou falando. Que isso vai desde da arquitetura, que pode ter sido planejada por branco, mas quem ergueu na prática foi o negro. A folia, a capoeira, o jongo... esse conjunto.. e outras, a culinária que se tem, tudo tem a intervenção [do negro]. Esse passado, o ciclo do café, que foi construído por

---

<sup>48</sup> Disponível em: <<http://www.valenca.rj.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/BO-493.pdf>>. Acesso em: 20 Out 2015.

<sup>49</sup> Lei 2.873/2015 que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016. BOV 714 de 15/10/2015, p.13. Disponível em <<http://www.valenca.rj.gov.br/wp-content/uploads/2013/06/BO-714.pdf>> . Acesso em: 27 Out 2015.

essa gente, e que deixou uma história singular e que isso hoje é uma moeda de troca muito importante quando se trata da questão do turismo. (João Ewerton)

Pensando a definição de Políticas Culturais apresentada no capítulo introdutório, como “um conjunto de ações elaboradas e implementadas de maneira articulada pelos poderes públicos” e outros agentes sociais, não creio que possamos afirmar que a cultura no município de Valença flua de maneira ampla e formalmente articulada. Alguns passos nesse sentido foram dados, com criação do Conselho Municipal de Cultura e o Decreto instituindo o Registro de Bens Culturais Imateriais. Considerando a importância que o atual Secretário de Cultura e Turismo tem atribuído, em seus depoimentos, à cultura como fator de desenvolvimento econômico, estranhei que, na época em que o entrevistei (Julho/2015), o município ainda não tivesse feito sua inscrição no SNC (disponível desde 2009). Fazendo nova consulta (Janeiro/2016) na plataforma digital do SNC, verifiquei que a Secretaria finalmente deu o primeiro passo formal para adesão ao Sistema. O registro de sua inscrição indica que o acordo está “aguardando o preenchimento de dados cadastrais”<sup>50</sup>. Ainda que não tenha ações idealmente articuladas em torno da cultura, interações entre o poder instituído e os grupos de culturas populares, tomando o caso específico da *Folia de Reis*, não deixam de acontecer e, conseqüentemente, de produzir encontros e desencontros. Foi o que minhas observações de campo revelaram, e sobre os quais discorro no subtópico 3.1 *Interagindo com agentes e mecanismos institucionais na esfera municipal*.

## **2.2 - *Folia de Reis*: possível Registro como Patrimônio pelo IPHAN**

A *Folia de Reis* é uma das incontáveis expressões da cultura popular que habitam o território brasileiro, sobre as quais a Constituição de 1988 incumbiu o Estado do compromisso de proteger, valorizar e promover (Art.215). Desde então, lhes é prometida a condição de bens culturais de natureza imaterial, entendidas como “portador[a]s de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Art.216). Com o Decreto 3.551/2000 um novo passo é dado na direção do cumprimento da promessa constitucional, ou seja, de assegurar-lhes maior visibilidade e proteção: a instituição do *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial*. O decreto também criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) encarregado de operacionalizar as deliberações nele instituídas. Os bens imateriais passaram a dispor, a partir de então, da mesma possibilidade já

---

<sup>50</sup> Conforme consulta, disponível em <<http://snc.cultura.gov.br/adesao/detalhar/955>>. Acesso em: 10 Jan 2016.

oferecida aos bens materiais desde o Decreto 25/1937: a da inscrição em *Livros* específicos. Aos bens materiais aplicam-se os *Livros do Tombo*; aos bens imateriais, os *Livros de Registro*.

O entendimento atual de *patrimônio* como “um bem coletivo, um legado ou uma herança artística e cultural onde um grupo social pode se reconhecer enquanto tal” (ABREU, 2007, p. 267) reflete a emergência e valorização da diversidade cultural. Quanto se tornou uma questão de interesse para o Estado, a noção de patrimônio firmava-se em oposição à noção de vandalismo. Aconteceu ao final do século XVIII, quando a vitória revolucionária na França veio acompanhada do ímpeto de destruição dos edifícios e monumentos, emblemáticos do Antigo Regime. A criminalização da agressão contra o patrimônio tornou-se, então, o embrião de uma política de patrimônio naquele país que, gradualmente, se estendeu por todo o Ocidente. Na onda do fortalecimento dos Estados Nacionais, a política de patrimônio volta-se a constituição de uma Memória Nacional, que se alicerça em monumentos, edificações e obras de arte: havia de se proteger aquelas referências do passado da Nação. No Brasil, as ações em torno da identificação, valorização e proteção do Patrimônio Nacional foram institucionalizadas a partir do citado Decreto 25/1937 (ABREU, 2007, p.267-270). Os sessenta três anos que separam esse documento legal do decreto 3.551/2000 testemunharam grandes transformações na forma de como o Estado brasileiro se relacionou com a cultura e o patrimônio, conforme procurei demonstrar no subcapítulo 2.1 - *Cultura e Patrimônio: políticas públicas em reformulação*.

A emergência das culturas populares no cenário patrimonial se insere na ampliação do conceito de patrimônio, impactado pela difusão do conceito antropológico de cultura. O atributo “cultura” é percebido como um diferencial e passa a conferir legitimidade às novas políticas dirigidas ao patrimônio (ABREU, 2010, p.65 ). O diálogo internacional se fortalece, e a UNESCO emite pronunciamentos que se tornam referenciais para essas políticas como, por exemplo, a definição de “patrimônio cultural imaterial”, já reproduzida no subcapítulo 1.2.

A força do atributo “cultura” faz surgir uma série de questões. “A principal delas consiste no deslocamento do eixo norteador da ideia de ‘singularidade nacional’ para a ideia da proliferação de ‘singularidades locais’ relacionadas às chamadas ‘populações tradicionais’”. Assume-se a existência de um conjunto de “conhecimentos tradicionais” sob risco de extinção, pressionados pela força do capitalismo homogeneizador internacional. Ao uso de instrumentos legais e sua força consagradora para proteger e valorizar os

“conhecimentos tradicionais” encontrados por todo o planeta, Regina Abreu atribuiu a denominação de “patrimonialização das diferenças” (ABREU, 2010, p.65).

Os *Livros de Registro* do patrimônio imaterial no Brasil, sob a responsabilidade do IPHAN, tentam organizar a diversidade cultural em quatro categorias: para os conhecimentos e modos de fazer, o *Livro dos Saberes*; para os rituais e festas, frutos da vivência coletiva no trabalho, na religiosidade, no entretenimento e em outras práticas sociais, o *Livro das Celebrações*; as manifestações literárias, plásticas cênicas e lúdicas compõem o *Livro das Formas de Expressão*; e os espaços onde se reproduzem práticas culturais coletivas (ex: mercados, feiras, praças, santuários) são inscritos no *Livro dos Lugares*.

De acordo com o Portal do IPHAN<sup>51</sup>, existem trinta e sete bens imateriais intitulados *Patrimônio Cultural do Brasil*, distribuídos entre os quatro *Livros de Registro: Saberes* (11), *Celebrações* (8), *Formas de Expressão* (15) e *Lugares* (3). Também lista vinte e três bens em processo de *Registro*. Na lista dos vinte e um bens em processo de inventário, encontra-se a *Folia de Reis no Estado do Rio de Janeiro* que, no contato direto que mantive com o escritório do IPHAN no estado, é regularmente referido como *Folias de Reis Fluminenses*.

Segundo Mônica da Costa, Assessora de Gabinete do Patrimônio Imaterial do IPHAN-RJ, o interesse pelo Registro da *Folia de Reis Fluminenses* como *Patrimônio Cultural do Brasil*, surgiu de encontros realizados com algumas prefeituras, que questionavam a postura da Instituição em relação à *Folia de Reis*:

A gente percebeu que havia muita reclamação, uma demanda muito grande, as pessoas comentando que o IPHAN não ligava para as folias. Sendo que as pessoas não tem o entendimento que patrimônio imaterial é diferente do patrimônio material. O patrimônio imaterial a gente espera a demanda da comunidade. (Mônica da Costa).

Visando a atender a demanda, o IPHAN estabeleceu, em 2010, um *Termo de Cooperação* com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), sob a coordenação da professora Cáscia Frade. Foi definido que seria iniciado o mapeamento de quinze municípios que seriam os do “primeiro PAC das cidades históricas”<sup>52</sup>, a saber: Angra dos Reis, Duas

<sup>51</sup> Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>>. Acesso em: 28 Jan 2016.

<sup>52</sup> Não localizei no site do IPHAN informações sobre cidades de um “primeiro PAC das cidades históricas”, ou qualquer comunicação a respeito de algum processo seletivo para esses 15 municípios. Sob a orientação da arquiteta Aline Santos do IPHAN-RJ, fui conduzida à divulgação de uma “chamada pública”, em 2009, para “elaboração de Planos de Ação para os municípios com sítios e conjuntos urbanos tombados, em processo de tombamento em nível federal, e municípios com lugares registrados como Patrimônio Cultural do Brasil” (disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/2419/chamada-publica-para-elaboracao-de-planos-de-acao-para-as-cidades-historicas>>. Acesso em: 10 Jan 2016.) Aline me informou que “140 municípios concluíram o processo de planejamento e apresentaram seus planos de ação (2009 – 2012)”, mas não consegui a

Barras, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Itaboraí, Mangaratiba, Paraty, Petrópolis, Quatis, Quissamã, Rio Claro, Rio de Janeiro, Santa Maria Madalena, São Pedro da Aldeia, Vassouras.

Esse Termo de Cooperação encerra-se neste ano de 2015, mas há possibilidade de que seja renovado. O trabalho realizado pela UERJ está em fase de conclusão, informou Mônica da Costa, e é provável que a formalização do pedido de *Registro* se dê a partir da própria UERJ para o IPHAN, tomando por base o Inventário dos quinze municípios, mas estendendo o *Registro* a todo o Estado, sob a denominação *Folias de Reis Fluminenses*. Mônica, entretanto, admite a possibilidade de que o pedido possa dar origem a uma patrimonialização mais abrangente, dada a presença da *Folia* em vários estados. Isso, porém, é uma decisão que se dá no nível federal, após análise do pedido de *Registro* pela Câmara Técnica do Conselho Consultivo de Patrimônio Imaterial do Instituto.

A parceria com o IPHAN significou adotar a metodologia completa do INRC. Frade, que ainda não tinha trabalhado com a metodologia<sup>53</sup>, ficou desconfortável, mas cumpriu o solicitado: “A proposta deles é ampla: artesanato, festa, culinária... Quase morri com isso! Um mesmo questionário vai servir pra tudo!” Os preceitos do INRC levaram Frade a classificar e inventariar a manifestação como uma forma de *celebração*. Sua principal preocupação quanto ao aceite como *Patrimônio Cultural do Brasil* pela Câmara Técnica para *Folias de Reis Fluminenses* é o fato desta ser uma prática presente em toda a Região Sudeste, e também no Centro-Oeste<sup>54</sup>. Para justificar a regionalização, e sem desconsiderar a influência mineira em algumas localidades, Frade destaca um recorte diferenciado na *Folia Fluminense*,

sobre tudo em relação ao palhaço. Por exemplo, o palhaço em São Paulo não fala nada, ele é mudo. Faz uma dancinha... O palhaço em Minas Gerais vem com cara de Rei Mago. O palhaço do Espírito Santo, ele tem uma mistura com os reis de Congo, porque eles têm lá no norte um tipo de Carimbamba, Bamba-rei... tem uma mistura com a manifestação de Congada e fica também uma especificidade muito grande, diferente da gente aqui. Que tem um palhaço que é poeta, que fala literatura de cordel, que faz as suas máscaras... (Cáscia Frade)

---

indicação da comunicação pública desse resultado. Suponho que os 15 municípios indicados ao inventário estavam entre os 140. Mas não consegui confirmação do IPHAN (Aline) sobre essa suposição.

<sup>53</sup> O acesso a metodologia do INRC é restrita, implicando na assinatura de um Termo de Compromisso que estabelece, dentre outros, “declarar estar ciente de que a metodologia do INRC pertence exclusivamente ao IPHAN, não podendo ser aplicada sem a sua prévia e expressa autorização e tampouco ser transferida a terceiros”. Obtido de orientação do IPHAN disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/686>>, com acesso em: 5 Dez 2015.

<sup>54</sup> Uma das dificuldades para um levantamento mais abrangente é que a UERJ não concede bolsas (para os estudantes que participam do inventário) para trabalhar fora do estado, explicou Frade.

A experiência permitiu a Frade observar redução na intensidade da presença de grupos de *Folia* no estado. Em 1987, ao dar entrevista para a pesquisadora Patrícia Monte-Mór, com a autoridade de quem produziu o primeiro e único *Guia do Folclore Fluminense* (1985), Frade pode afirmar que “não existe um município sequer no Estado do Rio de Janeiro, isto eu posso garantir, que não tenha pelo menos umas cinco ou dez Folias de Reis” (FRADE apud MONTE-MOR, 1992, p.130). Agora, tomando como critério para pertencimento da *Folia* o município no qual tem sua sede ou residência do *mestre*, Frade localizou, dentre os quinze mapeados, dois que não têm grupos neles estabelecidos: Quissamã e São Pedro da Aldeia.

Quissamã, justificando, porque pertencia à Macaé: os grupos ficaram do lado de Macaé após o recorte administrativo [1989]. E em São Pedro da Aldeia, o pessoal sai lá, mas a folia está sediada onde o mestre mora: Cabo Frio. Ele vem pra cá [São Pedro] por causa dos devotos. [...] Porque essa turma é itinerante! (Cáscia Frade)

Buscando identificar se tem existido e como se daria a interação entre os níveis estadual e federal no processo de patrimonialização, entrei em contato com a Chefe do Departamento de Patrimônio Imaterial do INEPAC, Luciane Barbosa. O Instituto foi procurado pelo IPHAN em 2012, e a esse forneceu material que foi acumulado pela antiga Divisão de Folclore a partir da década de 1970, ainda sob a gestão da própria Cáscia Frade. Certa atualização sobre esse material foi procedida quando o INEPAC organizou o *Encontro de Folias de Reis da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro* em 2008, no Largo dos Arcos da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro, com a participação de trinta grupos. Dessa atualização resultou também a produção do livro *Folias de Reis Fluminenses – Peregrinos do Sagrado*<sup>55</sup> que inclui dados sobre a composição de cada grupo que se apresentou no *Encontro*, semelhantes aos que escolhi coletar para o mapeamento das *Folias* de Valença (Apêndice A). O livro traz, ainda, explanações simples e objetivas sobre as categorias que conformam a manifestação, exemplos de cânticos, de versos executados durante o *chula*, e imagens que permitem, aos menos familiarizados, um panorama visual da performance e dos elementos materiais envolvidos. Esse livro, que também foi entregue ao IPHAN na ocasião, deve ter sido de pouca contribuição ao inventário coordenado pela UERJ já que, dos onze municípios representados no *Encontro*, apenas dois coincidem com o trabalho do mapeamento: Rio de Janeiro e Itaboraí. Os outros municípios foram: Duque de Caxias, Magé, Mesquita, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo e São João de Meriti.

---

<sup>55</sup> COUTINHO, Delzimar do Nascimento; NOGUEIRA, Marcus Antonio Monteiro (Org.) *Folias de Reis Fluminenses: Peregrinos do Sagrado*. Rio de Janeiro: INEPAC, 2009.

Discorrendo sobre a reação dos detentores e eventuais dificuldades ao longo do inventário, Frade produz exemplos de encontro e desencontro entre a lógica tradicional e a lógica racionalista, e do papel mediador que o pesquisador exerce nesses momentos:

Eles adoram! Falar daquilo que você gosta, da sua identidade, não tem dificuldade nenhuma! A minha dificuldade com eles era pedir uma carta de anuência para poder usar as imagens e os depoimentos, pra não ter implicações com a legislação vigente. Tem que botar, nome endereço, CPF... ‘Pra quê precisa disso?!’ [era o que perguntavam]. Aí a gente tem que decodificar essa chatice toda! Porque a relação deles com a vida é informal! (Cáscia Frade)

O processo de patrimonialização da *Folia de Reis* tem testemunhado outros encontros e desencontros entre a lógica institucional e as expectativas dos detentores dos saberes tradicionais. Foi o que constatou, por exemplo, Luiz Mendel Souza no *Seminário Folias de Reis do Estado do Rio de Janeiro*, realizado em 2 de Setembro de 2013 no auditório da Superintendência do IPHAN-RJ.

A organização do evento foi uma parceria entre INEPAC, DeCult/UERJ e CNFCP. Dentre os representantes dessas entidades presentes ao evento, três foram entrevistados para esta minha pesquisa: Cáscia Frade (DeCult/UERJ), Mônica da Costa (IPHAN-RJ) e Luciene Barbosa (INEPAC). O evento contou ainda, com a presença de Daniel Bitter, autor de uma das obras sobre *Folia de Reis*, referenciadas neste meu trabalho.

Souza, doutorando em antropologia na época, produziu um artigo relatando sua experiência etnográfica no evento, procedendo a uma análise teórica. Souza identificou um ambiente tenso e conflituoso, resultante basicamente da divergência entre a proposta dos organizadores – apresentar o mapeamento das *Folias de Reis* no estado e a perspectiva de registro como patrimônio imaterial – e as demandas dos convidados, representantes do movimento de *Folias* de vários municípios fluminenses. Suas demandas concentraram-se nas reivindicações: (i) que suas cidades fossem contempladas pelo mapeamento (que só contemplou quinze cidades), e (ii) recursos públicos para colaborar na manutenção dos grupos de *Folia*. Do que ouviu em relação à primeira demanda, Souza destaca a frase “quando vai chegar a nossa vez?”, e elogia a informalidade adotada no discurso de Monica da Costa para responder a pergunta repetida por vários presentes, confrontando-a com as técnicas formais utilizadas no início do evento:

foi um viés escolhido pela professora [da Costa] para poder diminuir as tensões que excluía os foliões dentro daquele campo contraditório.

Pois, a postura e a apresentação do projeto de maneira formal conseguem atingir seus fins no meio acadêmico e nas reuniões do IPHAN, mas ali contava com a presença de pessoas da camada popular da sociedade, e a primeira pergunta à mesa demonstrava as barreiras que este paradigma estabelece. (SOUZA, 2013, p.11)

Souza não observou apenas “dissonâncias” no debate. Duas intervenções de foliões foram percebidas como convergentes em relação ao discurso dos representantes das instituições ali presentes que advogavam a

necessidade de articulação entre e com estes grupos. Tais como as táticas de utilização dos editais e conversão dos editais direcionados para os museus em financiamento de manifestações populares, o incentivo a rede de alianças entre os grupos também se tornara marcantes. (SOUZA, 2013, p. 17)

Uma foi de iniciativa do *mestre* da Sagrada Família da Mangueira. Ele queixou-se que, enquanto a escola de samba local conseguia, com o Estado trinta ônibus, para deslocar seus componentes, seu grupo de *Folia* tinha que arcar com as próprias despesas quando em visita a outro grupo, mesmo que distante.

A outra intervenção partiu justamente do principal informante desta pesquisa, o *mestre-folião* Chico da Folia. Ele falou da conquista do *Ponto de Cultura* pela AGFORV, em 2008. Desse depoimento Souza avaliou que ficou evidente que, para tal conquista, foi imprescindível estabelecer articulações, seja entre a Associação e os poderes institucionais, entre grupos de *Folias*, e entre praticantes de *Folia* ou não (o projeto da AGFORV contemplou também oficinas de capoeira). Teve, ainda, que contar com “a boa vontade de um advogado, a boa vontade de um contador”, que os ajudaram gratuitamente.

Assim, esse Seminário cuja proposta era a de apresentar o processo de mapeamento das *Folias de Reis* do Estado do Rio aos detentores dessa prática, como parte de um longo processo visando à obtenção do reconhecimento como *Patrimônio Cultural do Brasil*, produziu questionamentos aparentemente inesperados pelos organizadores. Atribuo tal surpresa a não percepção de que, para os grupos de culturas populares, inexistente essa compartimentalização no trato com os bens imateriais, que vigora na visão institucional. Por compartimentalização me refiro à divisão em dois eixos operacionais: (i) as operações que tratam do processo de *Registro*, capitaneadas pelo Decreto 3551/2000, que estão sob a batuta de uma dada estrutura – o IPHAN – e (ii) as operações de valorização e fomento, que se materializam principalmente através de editais, que são da alçada de secretaria específica dentro da estrutura do MINC (ex: *Pontos de Cultura* e *Prêmio Culturas Populares* são

operacionalizados pela SCDC), ou de subsecretarias dentro das secretarias estaduais de cultura (ex: doações e patrocínios através de benefícios fiscais no Estado do Rio de Janeiro estão a cargo da Superintendência da Lei de Incentivo). Equivale, no trato do Estado com os grupos de culturas populares, a trabalhar separadamente as três dimensões complementares sobre as quais está enunciada a construção dos programas e ações desenvolvidas pelo MINC – simbólica, cidadã e econômica – (MINC, 2011, p.33-36), incluindo a construção das *Metas do PNC*, como já mencionado no tópico anterior (2.2 *Cultura e Patrimônio: políticas públicas em reformulação*). A equipe do IPHAN, ou seus conveniados, abordam os grupos para tratar de processos atinentes a “dimensão simbólica”, envolvendo Inventário, Plano de Salvaguarda e *Registro*, ou seja, o processo de patrimonialização. A “dimensão cidadã”, que vai contemplar o direito a participação na vida cultural através de dotação de condições materiais para tal, e a “dimensão econômica”, que toma a cultura como fator de desenvolvimento econômico e social, se apresentam aos detentores em forma de editais de chamadas públicas. O que a etnografia de Souza demonstra, e que corroborei no meu trabalho de campo é que os grupos de culturas populares não entendem suas práticas segmentadas em três aspectos: importa-lhes o todo. Assim, no momento em que interagem com o Estado – seja com a equipe representante do IPHAN, seja no contato com agentes institucionais que lhes instrui sobre editais – importa suas necessidades e essas são anunciadas, primordialmente, como econômicas, como exemplifica o depoimento a seguir:

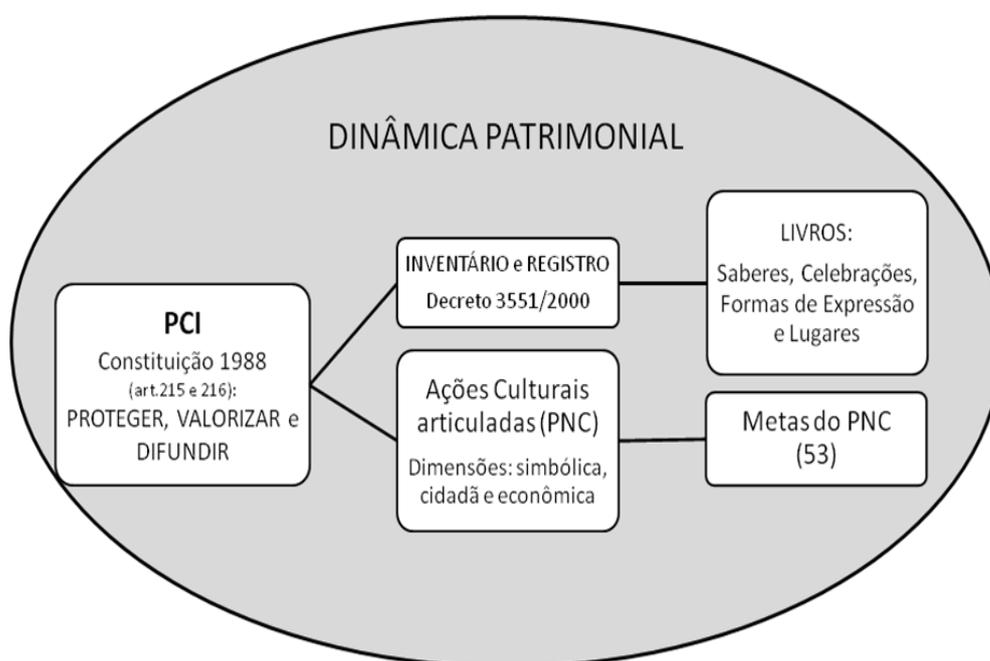
Nós viemos de muito (longe), uma parte de (nossa) folia de reis para falar da dificuldade de sobreviver, pois para um time de futebol, a folia de reis precisa de uniforme, estar bem vestido, porque o grupo representa dependendo do lugar onde vai na casa das pessoas, precisa dos instrumentos. Pois os grupos de folia de reis são compostos de pessoas muito humildes, pessoas assim, pobres que sobrevivem com um salário mínimo, e pra trabalhar é muito difícil se não tiver uma ajuda do governo estadual, federal, sinceramente os grupos de folias de reis cada vez vai diminuir mais. (Cosme Macedo, presidente da Associação de Folias de Cordeiro, apud SOUZA, p.9, 2013)

Embora, na prática, estejamos vendo o Estado interagir com os grupos tradicionais a partir de duas frentes – a da patrimonialização e a das ações de fomento – este evidenciou formalmente a sua visão combinada de ambas quando introduziu a Emenda Constitucional nº 48 (2005) que adicionou um novo parágrafo ao Art.215, estabelecendo o protagonismo do PNC na definição de ações integradas do poder público que conduzam a:

I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V- valorização da diversidade étnica e regional. (BRASIL, 1988)

O documento que instituiu o SNC ratifica tal posicionamento ao declarar que “é superada a tradicional separação entre políticas de fomento à cultura (...) e de proteção do patrimônio cultural, pois ambas se referem à produção simbólica da sociedade” (SNC, 2011, p.34), como já mencionado. Não vi indicações no texto do SNC de que a formalização dessa visão unificada tenha sido influenciada pela percepção totalizante (não segmentada) dos próprios detentores das culturas populares sobre suas práticas e saberes, como indiquei aqui. No entanto, creio que estamos diante de um encontro de visões que nos auxilia a vislumbrar que as ações que envolvem o patrimônio imaterial – seja de patrimonialização ou de fomento –, acontecem dentro de uma mesma dinâmica, que eu estou chamando de “dinâmica patrimonial”:

**Gráfico 8 – Dinâmica Patrimonial**



Sendo assim, assumo que as preocupações que suportam o processo que Regina Abreu denominou “alfabetização patrimonial”, pensadas para um cenário de patrimonialização, podem ser estendidas a outros cenários nos quais interesses institucionais venham a interagir com interesses dos grupos tradicionais, envolvendo um bem imaterial. Logo, questionamentos

tais como as repercussões do acesso aos mecanismos institucionais sobre as comunidades tradicionais, ou sobre a relação entre seus membros mediante aquisição de novos conhecimentos e status por alguns, são aplicáveis a toda “dinâmica patrimonial”.

Esse é o entendimento que adoto ao analisar a mobilização da comunidade de foliões de Valença, representada pela AGFORV, em torno de inscrições em processos seletivos, através de editais para acesso a verbas federais e estaduais, visando o fomento de suas atividades. A mesma perspectiva é seguida na análise dessa relação em nível municipal, que se dá através de contato direto entre o Secretário de Cultura e Turismo do município e, principalmente, o presidente da Associação. O que minhas observações revelaram está apresentado no próximo capítulo.

### **3. FOLIAS DE VALENÇA E POLÍTICAS PÚBLICAS: ENCONTROS E DESENCONTROS**

Uma das primeiras situações que observei na minha pesquisa de campo foi o *Encontro de Folias de Reis* de Valença de 2015. Programado para dois dias - 5 e 6 de janeiro - compareci no dia 5. Com um grande palco montado no adro da igreja, grupos de *foliões* se alternavam, cantando trechos das *profecias*, ou seja, dos cânticos que apresentam na *visita* a casa dos *devotos*. Troféus e medalhas eram entregues a representantes dos grupos. O apresentador principal do evento foi o próprio Chico da Folia. Chamou-me a atenção a frequência com que se anunciava que o evento era uma realização da Associação das *Folias* de Reis de Valença, da Catedral Nossa Senhora da Glória, com apoio da Prefeitura Municipal de Valença e da Secretaria de Cultura e Turismo. A cada troca de grupos, durante a entrega de troféus, enfim, a qualquer intervalo, exaltações à Prefeitura, à Secretaria e a seus titulares, principalmente, eram repetidas quase como um mantra. Fiquei intrigada com a anunciada “parceria”. Ela realmente existiria ou seria apenas um eufemismo para a dependência dos grupos de *Folia* em relação ao poder municipal? Se positivo, essa dependência se restringiria a realização do *Encontro* ou seria mais ampla? Qual o impacto do evento na conformação da identidade da comunidade de *foliões*? Participar do evento é um desejo ou uma obrigação? Fortalece os laços sociais ou produz conflitos?

Ao longo do ano de 2015 participei de quase todas as reuniões realizadas pela AGFORV com seus membros. Observei que as questões giravam em torno de dois eixos: (a) obtenção de recursos financeiros para os grupos e (b) disciplina, seja na conduta dos componentes ao longo da *jornada* ou eventos, seja como membro da Associação. É no trato

da questão da obtenção de recursos que se processam as interações com agentes e mecanismos institucionais: diretamente com a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, ou indiretamente com o governo estadual ou federal, através de tentativas de acesso a recursos disponibilizados por editais.

Em qualquer dessas possibilidades, a atuação do presidente da Associação tem se mostrado primordial. Um ex-pedreiro com Ensino Fundamental incompleto, Chico da Folia foi aprovado em concurso municipal para auxiliar de serviços gerais, mas atua como assessor do Secretário de Cultura e Turismo. Além de presidente da AGFORV desde 2004, Chico também foi eleito presidente do Conselho Municipal de Cultural em 2012. Não acompanhei seu processo de formação mas testemunhei a habilidade com a qual tem desempenhado o papel de mediador entre a comunidade de *Folia de Reis* e as esferas institucionais. Entendo que os conhecimentos e relacionamentos construídos, e que o Chico hoje articula, resultam de sua vivência dentro do processo de alfabetização patrimonial já configurado. No primeiro tópico deste capítulo, discorro sobre minhas observações e análise do impacto desse processo na percepção do Chico pelas pessoas com as quais interage, particularmente o grupo de foliões, e nas relações como os agentes institucionais na esfera municipal. Ele também será a figura-chave no acesso a mecanismos de apoio e fomento disponibilizados pelos governos estadual e federal, e que a comunidade de foliões, através da AGFORV, tem conseguido acionar. Será o tema do outro tópico.

### **3.1 Interagindo com agentes e mecanismos institucionais na esfera municipal**

Conforme explicado no subcapítulo 1.2, a principal motivação para a organização dos grupos em forma de Associação é a busca de recursos para suporte à *jornada*. A busca de apoio político por candidatos é percebida como uma oportunidade para angariar apoio financeiro para as *Folias*. A familiaridade com que o assunto é tratado nas reuniões da Associação sugere que é prática antiga e regular. Na atualidade a forma mais comum de se materializar o apoio, é através de uma *visita* programada nas sedes dos grupos. O candidato se apresenta e demonstra seu suporte aos grupos de *Folia*, sinalizando com uma pequena contribuição para a *jornada* de cada grupo. Há que se observar que o recebimento de contribuições financeiras de *devotos* para ajudar na *jornada* é uma prática inerente à própria manifestação. Neste ano [2015] Chico comentou que houve um deputado que contribuiu com quinhentos reais para cada grupo. Esclareceu que as pessoas não são obrigadas a se engajar explicitamente em campanhas. Espera-se apenas que falem favoravelmente sobre o candidato

junto a seu grupo de amigos que, no caso das *Folias*, constitui-se numa rede bem ampla, que inclui aqueles *devotos* que *visitam* ao longo da *jornada*. Mas essa “troca” por vezes é operada de outra forma, levando ao surgimento de tensões entre os representantes dos grupos. Desde as primeiras reuniões em que estive presente, observei que Chico insistia na formação de uma comissão para tratar com “duas frentes políticas” interessadas em “conversar” com a AGFORV, tendo sido essa constituída de seis membros, ao longo de uma das reuniões. Posteriormente soube que tal necessidade resultou de suspeitas que emergiram por conta de captação de recursos realizada por um único membro da Associação, cujo repasse aos grupos, feito pelo mesmo, teria proporcionado um ganho maior a esse.

Pela forma como a questão foi tratada, percebi que Chico tem conduzido seu aprendizado sem descuidar da confiança do grupo, não tendo sido ele, em nenhum momento, confrontado com suspeitas de favorecimento pessoal. O que não quer dizer que não haja insatisfações com algumas decisões tomadas sob sua liderança, no que tange a distribuição de recursos.

De acordo com Chico, desde 2011 os grupos não têm recebido qualquer ajuda financeira da Prefeitura, o que vinha acontecendo há alguns anos. A interrupção gerou grande insatisfação na comunidade das *Folias*, como demonstra o desabafo de um *mestre-folião* às vésperas da *jornada* 2014/2015: “Esse ano, até agora, ainda não chegou um centavo. Falou [secretaria municipal de cultura] que ia chegar, mas inda num veio até agora. Já tá fazendo três anos que num recebe nada! (...) Chega pro carnaval, chega pra festa da Glória...” (Mestre Calixto).

A esperada ajuda chegou apenas em Abril de 2015. Sua distribuição aconteceu justamente na primeira reunião da AGFORV que presenciei, à qual compareci desconhecendo a pauta. Foi um momento de interação direta entre representantes de grupos de *Folia* e o Poder Público Municipal, pois contou com a presença do Secretário de Cultura e Turismo, que conduziu boa parte da reunião. Sua fala foi marcada pela valorização das *Folias*, avaliando que “o futuro de Valença está no turismo cultural” e que a *Folia de Reis* teria papel fundamental nessa empreitada dada a força dessa expressão cultural no município.

A associação entre cultura e turismo, a própria expressão “turismo cultural” e o potencial econômico a ela atribuído, datam de algumas décadas, mas seu vigor não esmorece, como demonstrou a declaração do Secretário Municipal de Cultura.

“Turismo cultural” na visão institucional, “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da

cultura” (MIN.TURISMO, 2010, p.15). Leila Aguiar analisa diacronicamente a categoria em questão. Ela identifica o uso de estratégias mercadológicas de segmentação do turismo, supondo diferenciação nos perfis dos consumidores, que levaram ao uso recorrente, na década de 1960, de designações como “turismo de serra ou montanha”, “turismo sol e mar” e “turismo patrimonial” ou “turismo cultural”:

De uma forma geral, passaram a ser consideradas como “turismo cultural”, as viagens realizadas em localidades dotadas de monumentos e conjuntos urbanos preservados ou com uma forte concentração de museus, bibliotecas e outras instituições do gênero. (AGUIAR, 2006, p.117)

Aguiar observa que há uma indução a aceitação da existência de um tipo de turismo distinto que se poderia distinguir de outros tipos ao ser designado de “cultural”, enquanto, viajar, em si mesmo, é um ato cultural, e que, principalmente a partir do século XX, se converteria, também, em um ato de consumo.

A criação da classificação ‘turismo cultural’ está diretamente ligada à expansão do turismo como atividade capitalista de produção, o que envolve a criação de novas estratégias mercadológicas, por parte das agências de turismo, transportadoras, associações hoteleiras e demais agentes que atuam nesse ramo, com o objetivo de incorporar novos “clientes” na grande rede de atividades produtivas em que se transformou a indústria turística a partir da segunda metade do século XX. (AGUIAR, 2006, p.117)

Durante a década de 1960, foram várias as deliberações de organismos internacionais envolvidos em políticas de preservação e valorização do patrimônio material e seu aproveitamento para o desenvolvimento econômico do país. Por exemplo, pela UNESCO e OEA, respectivamente:

- ✓ A Reunião do Conselho Executivo da UNESCO, ocorrida em Budapeste em maio de 1966, [que] adotou como ordem do dia a ‘preservação dos monumentos e outros bens culturais em sua relação com o desenvolvimento com o turismo’. (LEAL, 2008, p.15)
- ✓ As Normas [de Quito, 1967, que] defendiam a mobilização dos ‘esforços nacionais no sentido de procurar o melhor aproveitamento dos recursos monumentais de que se disponha, como meio indireto de favorecer o desenvolvimento econômico do país’. (LEAL, 2008, p.16)

Entre os anos de 1966 e 1967, sítios históricos do Brasil (em trinta e cinco cidades) foram objetos de estudo por um consultor designado pela UNESCO – Michel Parente. O relatório produzido é considerado tão significativo pelo o IPHAN que mereceu inaugurar uma

anunciada sequencia de publicações <sup>56</sup>sobre *As missões da UNESCO no Brasil*, numa versão para o português (foi publicado originalmente em francês, em 1968), em 2008. Aguiar pesquisou o documento e, de acordo com este,

a condição excepcional do Brasil para o “turismo cultural” advinha de sua diversidade cultural, da existência de sítios urbanos preservados e também de sua "aptidão à modernidade" comprovada em sua arquitetura moderna, especialmente em Brasília, o que facilitaria a construção de equipamentos turísticos. (AGUIAR, 2006, p.124)

Na década de 1960 o protagonismo no turismo cultural era atribuído aos bens materiais, mas a emergência dos bens de natureza imaterial no cenário cultural – que no Brasil acontece, principalmente a partir da Constituição de 1988 e do Decreto 3.551/2000 – vão colocá-los numa condição de igualdade, como pudemos ver na própria definição de “turismo cultural” institucional apresentada.

Retornando à participação do Secretário de Cultura na reunião da AGFORV, este também afirmou que só conseguiu a verba que estava sendo distribuída, porque a *Folia de Reis* “é” um Patrimônio Cultural “tombado” pelo município. Investi um bom tempo procurando pelo *Registro* da *Folia de Reis* como Patrimônio Cultural do Município até concluir por sua inexistência. Isto porque, apesar da aprovação de legislação que “institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural de Valença” (Decreto nº 121 de 19 Jul 2012), esta requer que todas as propostas de *Registro* sejam submetidas ao Conselho Municipal de Cultura (Art. 4º), que ainda se encontra em fase de formalização do seu Regimento Interno<sup>57</sup>. Entendo, assim, que o Secretário se referia, de fato, ao potencial da *Folia de Reis* para um futuro *Registro* como bem cultural do município.

A Prefeitura destinou trinta e seis mil reais a atividades envolvendo a *Folia de Reis*, a serem aplicados da seguinte forma:

---

<sup>56</sup> Não identifiquei a publicação de que outros relatórios de missões da UNESCO até o momento desta pesquisa (24 Jan 2016).

<sup>57</sup> Estive presente em reunião do Conselho realizada em 9 Ago 2015, na qual um dos tópicos da pauta era a aprovação final do Regimento Interno.

Descrição	R\$ mil
Total designado à AGFORV	36,3
Despesas com taxas e afins	(1,7)
Subtotal	34,6
10% para a AGFORV	(3,5)
16 grupos de <i>Folia</i>	(16,0)
Subtotal	15,1
Oficinas (confeção de <i>máscara</i> e outros)	(7,55)
<i>Encontro de Palhaços</i>	(7,55)

No Apêndice A, onde listo os grupos de *Folias*, dos vinte e um grupos mapeados, dezoito são filiados a AGFORV. Entretanto, apenas dezesseis foram agraciados com a ajuda municipal de mil reais. Isso decorre de regras que os membros da Associação definiram em seu Regulamento Interno, como já mencionei no capítulo 1, que restringe o recebimento pelos grupos inadimplentes em uma ou mais de três exigências, que consistem de (i) frequentar as reuniões da Associação, (ii) ir a Missa de Envio, e (iii) participar do *Encontro de Folias*. Salvo ausência devidamente justificada. Grupos que estão estabelecidos fora do distrito-sede, por exemplo, estão liberados de participar do *Encontro de Folias*. Ao relembrar as exigências em plenário, observei certa preocupação do Chico de se dirigir também ao Secretário, como quem está dando satisfação sobre algo. Sutilmente, o Secretário comentou que não pretendia se envolver em questões internas dos associados. Creio que Chico buscava algum apoio para evitar manifestações de insatisfação, o que acabou acontecendo. Um dos representantes de *Folia* presente, não contemplado com recursos, intercedeu para dizer que não foi ao *Encontro* porque não obteve a prometida ajuda da Prefeitura para o deslocamento de seu pessoal. Aparentemente a promessa foi feita pelo presidente da AGFORV, pois este logo acrescentou que teria repassado se tivesse recebido o recurso da Prefeitura. Foi um breve momento de tensão. Observei que esse *mestre-folião* não compareceu a nenhuma das outras reuniões seguintes, não participou do *Encontro de Palhaços* em Agosto, e, quando o encontrei em outros momentos, voltou ao assunto demonstrando muito aborrecimento pelo acontecido.

Posteriormente comentei com Chico que há uma percepção pelo público externo, incluindo pesquisadores como eu, de que eventos como o *Encontro de Folias* são momentos de reconhecimento e valorização da manifestação e seus integrantes. Entretanto, observei que nem todos os grupos se interessam em participar. Em 2015, por exemplo, dos vinte e um grupos de *Folia* listados como ativos (Apêndice A) no município, treze participaram do *Encontro* (cinco no dia 5 e oito no dia 6). Se o *Encontro* é sentido, de fato, pelos *foliões* como um momento de reconhecimento e valorização de sua dedicação à *Folia de Reis*, qual a necessidade de pressionar pelo comparecimento, como exigência para recebimento de ajuda

financeira? Chico explicou que duas questões pesaram para que se estabelecesse condições envolvendo o *Encontro* e a *Missa de Envio*: o *Encontro* é um evento esperado por significativa parte do povo valenciano e consta do calendário festivo do município, compromisso esse assumido pela Associação, em nome dos grupos de *Folia*. Assim, existe um compromisso dos grupos com a sociedade a ser honrado. Já a *Missa de Envio*, é importante pelo fundamento religioso católico que, enfatiza Chico, rege a *Folia de Reis*. Quando fui observar o *Encontro de Folias* de 2016, tive a oportunidade de perceber o que significava esse compromisso “com a sociedade a ser honrado”. A adesão da comunidade valenciana chega a emocionar! Mas esse é um assunto que trato no subcapítulo 3.3.

Realizar oficinas de artesanato dirigidas a integrantes dos grupos de *Folia* foi uma idealização do Secretário de Cultura e Turismo. Sua proposta consistiu de trabalhar a confecção de artigos com motivos alusivos a *Folia de Reis* de Valença (ex: camisetas), ornamentação e *máscaras de palhaços*. O Secretário recomendou que os grupos buscassem autossuficiência para não ficar dependente de recursos de fora (acho que se referia a própria Prefeitura). Tentando mobilizar os foliões presentes, o Secretário exemplificou dizendo que, uma determinada *Folia* poderia criar o seu próprio “produto”.

Também falou sobre a Associação colocar barracas nas festas da cidade para fazer caixa. Houve menção de que o padre anterior (Medoro) já teria oferecido uma barraca para a Festa da Padroeira<sup>58</sup>, o que significa não cobrar o aluguel que é cobrado pela igreja a todos que ali se estabelecem para comerciar na festa. O valor não foi dito, mas alguém mencionou que é “muito caro”! Também foi sugerido a montagem de barraca nos dias do *Encontro de Folias*. Até a realização do *Encontro de Folias* de 2016, essa proposta não se concretizou. Segundo Chico, não há consenso no grupo quanto à distribuição de tarefas, além de insegurança quanto ao cumprimento do compromisso por todos os eventuais operadores da barraca.

O Secretário defendeu a venda de artigos para sustento das próprias *Folias*. Falou da atração que as *máscaras de palhaço* despertam e que haveria muitos interessados em comprá-las. (Citou exemplo de alguma situação em que testemunhou a compra de uma máscara.) Falou de uma ampla possibilidade de gerar recursos para a *Folia* a partir dos elementos da própria manifestação, mas que é importante que tudo seja feito sem comprometer os *fundamentos*, as bases da manifestação. Achei curioso que em nenhuma das reuniões da AGFORV por mim observadas, o tema da confecção de *máscaras de palhaço* para

---

<sup>58</sup> A Festa de Nossa Senhora da Glória é tida com a maior festa da cidade.

comercialização ao público em geral, fosse debatido – ou se quer mencionado – sob a ótica dos *fundamentos*. Sendo a *máscara* um objeto cercado de sutilezas e impregnado de subjetividade, como vimos no tópico 1.2 *A Folia de Reis e seu lugar em Valença*, sua produção visando comercialização ao público leigo não deveria ter merecido alguma consideração em plenário?

Numa conversa posterior que tive com o Chico, na qual me contava sobre rituais adotados pelos *palhaços*, que precedem o uso da *máscara* (descrevi no subcapítulo 1.2), expus minha dúvida. Como poderiam vender a um público leigo, algo que, sem o devido preparo, poderia, nas palavras do próprio Chico, “acarretar uma qualquer coisa de ruim pra ele”? Chico argumentou que “um camarada [que] lida com uma coisa dessa, num compra, num pega nem dado!” Chico estava, principalmente, se referindo a máscaras já usadas. Mas como um comprador comum, ao adquirir uma máscara numa barraca de artesanato ou em loja, não tem condições de saber se a máscara é nova ou não, a lógica me parece aplicável em qualquer que seja a condição do artesanato. A resposta do Chico revelava um desencontro em relação aos objetivos do Secretário de Cultura, o proponente da oficina, anunciados como de transmissão de técnicas de confecção de máscaras, produção de itens e subsequente venda ao público em geral, para ajudar financeiramente os grupos. Na visão do Chico, “o interesse da venda, não seria o principal. Seria da gente agregar as *Folias de Reis*, em se imbuir em trazer as pessoas [para a oficina]. Tem muita gente que se veste de palhaço hoje, que não sabe fazer uma máscara.”

Exceto pelo próprio Chico, observei que nenhum outro, dentre os presentes, esboçava qualquer reação às propostas do Secretário, seja para concordar ou para discordar. Desconfiei que aquele silêncio tivesse um significado, e, com o passar do tempo, observando outras reuniões, confirmei minha avaliação. Quando um determinado assunto encontra ressonância no grupo, todos tem algo para comentar, para sugerir, quando não, é só silêncio. Essa ressonância aconteceu, por exemplo, quando, em certa reunião, um participante sugeriu que o grupo se mobilizasse para construir uma capela em Valença dedicada aos *Santos Reis*: todos tinham uma opinião a dar! Das propostas do Secretário, uma se concretizou: a oficina de *máscaras* e adereços.

As oficinas foram realizadas no final de novembro e início de dezembro. Visitei dois – os primeiros - dos sete encontros, que foram realizados em uma sala da Secretaria de Cultura e Turismo. O primeiro dia foi prioritariamente tomado pelas falas do Prefeito e Secretário de Cultura valorizando o movimento de *Folia de Reis* e seus integrantes, reforçando o compromisso da gestão municipal com a cultura, etc. Na semana anterior o Prefeito também

apareceu de surpresa na reunião da AGFORV. Sua fala nessa segunda visita foi uma extensão da anterior, que detalho e analiso mais adiante.

**Foto 11** – Oficina de máscaras e adereços: presença do Prefeito



Fonte: Arquivo próprio.

Considerando a expectativa de difusão do saber-fazer das máscaras e o amplo público-alvo, o resultado foi modesto. Chico estima que próximo de oito aprendizes serão certificados. Na sua avaliação, houve um mal entendido por parte dos potenciais alunos. Aparentemente eles teriam entendido que confeccionariam as peças para venda a terceiros, enquanto, de fato, o que queriam era ficar com as *máscaras* que produzissem. O esclarecimento teria vindo um pouco tarde.

Poderia ter sido melhor. Teve muita gente que deixou pra cima da hora. Logo assim que a gente começou, o pessoal [potenciais alunos] achou que ia fazer e ia vender e muita gente não veio. Mas depois o secretário explicou que ele poderia ceder pra eles desde que eles fossem aprender e fazer as máscaras. [...] Teve muitos que apareceram, mas a gente já não tinha aquela quantidade de material pra atender eles. Mas muitos estavam indo e deixando por conta dos orientadores para fazer pra eles. Não se empenharam como devia. Alguns, não! Alguns foram pra lá, colocaram a mão na massa... (Chico da Folia)

O tema da oficina de *máscaras* foi abordado em quase todas as reuniões da AGFORV por mim observadas. Como mencionei, havia pouca interação dos participantes com o tema, sugerindo ausência de interesse. Houve oportunidades para questões, exposição de dúvidas... Creio que outros fatores possam ter pesado para o desinteresse do grupo. No primeiro dia da

oficina, observei certo improviso na montagem da mesma. Minha própria experiência como participante em oficinas de artesanato, logo identificou que o local não estava preparado para receber os alunos. Por exemplo: os interessados ficavam de pé, em volta do artesão-mestre, para observar o que era possível; os materiais estavam disponíveis, mas não os instrumentos de trabalho para cada aluno; o instrutor, de fato, não instruía, apenas executava o seu saber. Apesar da boa vontade e do empenho do Chico, faltou a contratação de um profissional para coordenar a preparação do espaço e para condução do processo ensino-aprendizagem, orientando a conduta do próprio artesão-mestre. Nesse dia, observei que havia em torno de vinte pessoas, potenciais alunos, que foram se retirando com o passar das horas.

Chico informou que os adereços natalinos com motivos da *Folia de Reis* para decorar a rua de acesso a igreja matriz e, conseqüentemente, ao *Encontro de Folias*, também foram confeccionados. Mas não ficaram prontos antes do recesso natalino dos funcionários da prefeitura, aos quais cabia a tarefa de colocação no espaço público. Foram reservados para o próximo Natal. Também informou que o Secretário de Cultura e Turismo planeja realizar uma exposição das *máscaras* e adereços confeccionados, e uma pequena solenidade para entrega dos certificados aos participantes.

O *Encontro de Palhaços*, ao qual foi destinado quase oito mil reais, foi uma iniciativa da AGFORV, confirmada pelo Chico e pelo Diretor de Eventos da Associação, Claudinei de Paula (Cacá). Mas a proposta deve ter sido muito estimulante para o Secretário João Ewerton, pois, quando o questionei sobre a ideia, lembrou-se como sendo de sua autoria. A realização do evento foi precedida de muitos debates em reuniões da Associação. Esse tema está sendo tratado no tópico 3.3 adiante.

As reuniões da AGFORV eram inicialmente realizadas na sua sede, nas dependências da igreja Nossa Senhora do Rosário. A partir do final de maio, os encontros passaram a acontecer nas dependências da Secretaria de Cultura e Turismo. A reunião é sempre precedida de orações, com pedido de benção aos *Santos Reis*. Questionei ao Chico sobre a mudança de local, que ele justificou alegando que o espaço e a quantidade de cadeiras na sede da AGFORV eram insuficientes. De fato, não observei essa deficiência de espaço e mobiliário nas primeiras reuniões. Posteriormente, ouvi do Secretário, dirigindo-se ao grupo de *foliões*, que as dependências da Secretaria estariam sempre à disposição para as reuniões do grupo, sugerindo iniciativa do mesmo no convite para que as reuniões fossem ali realizadas. Suspeito que houve, por parte do Chico, um desejo em não desagradar o Secretário, para o qual trabalha como assessor, sendo essa mais uma oportunidade de demonstrar ao mesmo sua ascendência sobre o grupo, e aos *foliões* sua estreita conexão com o Poder Municipal. O grupo

pareceu não se importar com a mudança. A aproximação com a Secretaria de Cultura, agora também física, tem sido avaliada positivamente pelos *foliões*. Testemunhei alguns comentários próximos de algo como “nunca estivemos, assim, recebendo tanta atenção de representante do governo municipal”.

A satisfação pela atenção diferenciada me remete às reflexões de DaMatta e sua proposta para interpretar a experiência social brasileira a partir dos códigos *casa*, *rua* e *outro mundo*. Esses consistiriam de “esferas de significação social” com perspectivas de moral e comportamentos próprios. DaMatta sugere que qualquer evento poderia ser interpretado por meio desses códigos, e que, teoricamente, não haveria hegemonia de um em relação ao outro, embora na prática essa hegemonia pudesse acontecer. Em oposição à “rua”, o código da casa “é avesso à mudança e à história, à economia, ao individualismo e ao progresso”. Vê nas “camadas dominadas, inferiorizadas ou ‘populares’” uma tendência para “usar como fonte para sua visão de mundo a linguagem da casa”. Penso que minhas observações empíricas se alinham ao exemplo dado pelo autor. De forma geral, ainda que se perceba, aqui ou ali, atitudes de resistência, principalmente através do silêncio, a postura dos foliões em relação ao poder instituído

é, pois, notavelmente ‘humilde’ e equilibrado, fundado muitas vezes numa deveras fantástica naturalização das relações sociais que raramente são percebidas e ditas históricas e arbitrárias mas, ao contrário, é como se fizessem parte de uma ordem cósmica, moral e dada por Deus (DAMATTA, 1997, p.45)

É uma relação que se estabelece valorizando “laços de simpatia, lealdades pessoais, complementaridades, compensações e bondades (ou maldades)”, e que DaMatta associa, no campo da política, às características do populismo (DAMATTA, 1997, p.45). O que também pode ser exemplificado pela relação que se estabelece entre *foliões* e candidatos a cargos políticos, ou políticos eleitos, na prática da “doação” que estes fazem para as *jornadas* de um ou mais grupos de *Folia*, já relatado anteriormente.

É claro que, com as reuniões sendo realizadas na Secretaria de Cultura e Turismo, na maioria das vezes num espaço contíguo a sala do Secretário, fica fácil o acesso intempestivo deste ou outro integrante do Poder Municipal. Foi o que aconteceu na reunião do dia 12 de Novembro. Esse encontro foi marcado logo após a divulgação pela Secretaria Estadual de Cultura de que a AGFORV tinha sido um dos trinta e dois contemplados com uma verba de vinte e um mil reais, concedida pelo *Prêmio de Cultura Afro Fluminense de 2015*, através

daquela Secretaria. Ao ser informada da reunião, logo imaginei que o prêmio e o destino dos recursos constituiriam o tema principal da pauta, considerando a relevância que o grupo atribui a conquista de recursos financeiros. Creio que outros tenham tido a mesma ideia pois havia um número maior de representantes de *Folias* do que observado na maioria das reuniões. O Secretário de Cultura recebe o grupo na entrada do prédio, numa atitude anfitriã, indicando envolvimento com a reunião. Quando todos já estão assentados, adentra ao espaço o Prefeito. Comentários em surdina do tipo “Puxa, até o prefeito veio hoje!”, indicavam que as duas presenças eram surpresa para o grupo, mas não para o Chico, como confirmei mais tarde.

Posteriormente, quando o livro de presença circulou para assinatura entre os presentes, tive oportunidade de verificar que a pauta da reunião consistia de: o prêmio citado, oficina de máscaras e adereços, e mudança na data da Missa de Envio. Os dois últimos foram tratados brevemente, ao final da reunião, que ocorreu perto das 22h<sup>59</sup>. A questão do prêmio restringiu-se a confirmar a conquista, sem discorrer sobre o que possivelmente tinha mobilizado a presença de onze *Folias* naquele dia: a destinação dos recursos do prêmio.

O Prefeito e o Secretário dominaram a reunião. Os dois se alternavam nas exposições. Enquanto João Ewerton explanava sobre sua visão, já familiar ao grupo, do benefício do turismo cultural para o município, tendo a *Folia de Reis* como “carro-chefe”, Álvaro Cabral discursava sobre suas realizações e projetos em todas as áreas da administração. Estimo que, aproximadamente uma hora e meia foram tomadas por tais explicações. Estávamos adentrando ao ano de 2016, ano de eleições municipais, e o atual Prefeito já dava sinais de estar em campanha em prol de sua reeleição. Apontou como destaque a presença recente da Secretária Estadual de Cultura no município que teria se comprometido com a realização da reforma do Teatro Rosinha de Valença (demanda antiga do município), que passará a contar com 500 lugares (são 300). Com o pragmatismo que caracteriza administradores, logo articulou o teatro a uma das duas sugestões que fez aos *foliões* em torno de uma autossuficiência financeira: (i) encenar peça de teatro contando a história da *Folia de Reis*, com bilheteria revertendo para os grupos, e que, (ii) através da Secretaria, se fizesse intermediação para que grupos de *Folia* se apresentassem em hotéis da região, com remuneração. Por todo esse tempo, aquele silêncio indicativo de ausência de ressonância, imperou na audiência, quebrado apenas em dois momentos. Foi quando o Prefeito questionou sobre sugestões para realização de eventos com potencial para movimentar o turismo. O

---

<sup>59</sup> Marcada para as 19h, a reunião teve início por volta das 20h.

diretor de eventos da Associação (Cacá) comentou sobre uma antiga sugestão para realização de um único *Baile de Reis*, reunindo todos os grupos que gostam de promovê-la. O silêncio entre seus colegas continuou, o que, para mim, foi um indicativo de que não tinham simpatia pela proposta. Já quando um dos representantes dos grupos de *Folia* questionou sobre o interesse da Prefeitura/Secretaria pelo Calango, houve um rebuliço. Entre os presentes, quatro se identificaram como cantadores de calango e citaram outros nomes de colegas ausentes. O Prefeito demonstrou bastante interesse, embora não conhecesse muito sobre o assunto. Propôs que se fizesse um *Encontro de Calango*. Chegou a pressionar para que fosse realizado o mais breve possível, esquecendo que os grupos estão na sua fase preparatória para a *jornada*. Os presentes que estiveram calados a maior parte do tempo, faziam comentários, demonstrando interesse. O Prefeito disse que poderia fornecer roupas. Explicaram que não há necessidade de roupas especiais: usa-se as roupas comuns. Ele insistiu, argumentando que “tudo fica mais bonito quando as pessoas se apresentam com roupas típicas”. Exemplificou com o sarau que é feito no Hotel-Fazenda Florença (distrito de Conservatória). Curioso que, não familiarizado com o Calango, já pressupôs o uso de alguma vestimenta típica. As falas do Prefeito indicam como os gestores públicos naturalizam a espetacularização da cultura, num flagrante desinteresse por suas singularidades, valores e significados, conforme denuncia José Jorge de Carvalho, que define espetacularização da cultura como

um movimento de captura, apreensão e mesmo de confinamento. Trata-se de enquadrar, pela via da forma, um processo cultural que possui sua lógica própria, cara aos sujeitos que o produzem, mas que agora terá seu sentido geral redirecionado para fins de entreter um sujeito consumidor dissociado do processo criador daquela tradição. (CARVALHO, 2010, p.48)

Observa-se a preocupação do gestor municipal, argumentando como produtor cultural, em ajustar os atores às expectativas do público consumidor, olhar que ele incorporou quando assistiu a um sarau, e que o guiou na conclusão de que, com “roupas típicas” (mesmo informado que não se aplica ao Calango), “fica mais bonito”.

No ensaio onde discute o tema da “espetacularização” e “canibalização” da cultura, Carvalho alerta que vivemos num cenário de crescente interesse das classes dominantes nacionais e da indústria do entretenimento pelas manifestações populares, com grande parte dessas manifestações sofrendo “pressão sem precedentes para ser espetacularizada”. Esse movimento aumenta a importância de se tematizar esses dois “processos estéticos, políticos e econômicos que afetam as culturas populares”, cujos termos

procuram exprimir a percepção e a consciência de que as culturas populares estão sendo expostas a um movimento crescente e contínuo de invasão, expropriação e predação, conectado basicamente com a voracidade das indústrias do entretenimento e do turismo e também com a cooptação de artistas populares por parte de políticos regionais populistas. (CARVALHO, 2010, p.41)

Carvalho não desconsidera a capacidade de resistência dos artistas populares às pressões externas, nem a colaboração de alguns desses, cooptados por parte das classes políticas locais e regionais, mas destaca a significativa assimetria entre os dois lados envolvidos no processo, “afinal, a desigualdade de poder, o baixo índice de cidadania e a carência material extrema de 99% dos brincantes dificultam a decisão do grupo de recusar ofertas para apresentações, mesmo quando tenham que ceder sobre aspectos importantes das tradições” (CARVALHO, 2010, p.53-54).

A questão da conversão da cultura popular em “espetáculo desterritorializado”, ou seja, fora de seu espaço ou circuito de origem, e a relação de negociação que se estabelece entre os brincantes e o contratante, preocupam Carvalho.

Dentro da lógica do entretenimento, negocia-se quase tudo com mestres da cultura popular: o tamanho do grupo que irá se apresentar (...); que partes da manifestação serão excluídas (o que afeta diretamente o sentido do evento); e acima de tudo, o tempo de duração do espetáculo. (CARVALHO, 2010, p.57)

O autor aponta a interferência externa, “com fins mercadológicos” que se processa diretamente sobre o simbólico e o estético da cultura popular, impactando a “dimensão do sublime e do transcendente”, transformando-as em dimensões “que já fazem parte da fantasia do consumidor e que passam a ser hipertrofiadas nas apresentações espetacularizadas” (CARVALHO, 2010, p.58). A visão de Carvalho não é consenso na Academia. Daniel Bitter, por exemplo, considera que os artistas populares tem outros anseios além do econômico, e valorizam a “dimensão exibicionista” que lhes permite maior visibilidade, reconhecimento e prestígio.

Um dos objetivos encampados por Bitter em sua pesquisa foi o de observar o trânsito da *Folia de Reis* fora do âmbito espaço-temporal das *jornadas* natalinas, estendendo suas observações e análises a presença desses grupos em contextos multiculturais, atentando para motivações e interesses que levam esses grupos a se inserirem num circuito cultural mais amplo. Bitter observou que a participação em eventos que vão enfatizar a dimensão exibicionista e espetacular da manifestação são valorizados na perspectiva nativa. Dialogando

com José Reginaldo Gonçalves, o autor entende que esse deslocamento do simples ao espetacular coloca em questão a categoria “autenticidade” e conclui que as

*folias de reis* e outras manifestações circulam nesses contextos, sem que isso se torne problemático, em termos de sua legitimidade ou de sua negação. O problema da ‘autenticidade’ decorre de uma perspectiva, através da qual a cultura é vista como organicamente ligada ao passado, a um lugar ou a formas culturais supostamente ‘tradicionais’, originais. (BITTER, 2008, p.96)

Observando que o trânsito das manifestações da cultura popular por contextos que lhes proporcionam maior visibilidade no âmbito do turismo, do entretenimento e das políticas culturais exaltam sua dimensão patrimonial, Bitter direciona seu olhar para os interesses dos sujeitos da cultura popular, ou seja, os detentores de tais práticas e saberes, questionando “como *foliões* dão sentido a este trânsito em contextos multiculturais” (BITTER, 2008, p.97). O autor responde a questão tomando como suporte a concepção de Sapir sobre cultura para quem esta não se impõe de fora sobre o indivíduo, pois este se vê como parte da mesma, tornando indissociável a cultura, daqueles que a constroem, sendo esses, simultaneamente, seu efeito. Bitter entende, assim, que configura-se uma arena de disputas envolvendo os diversos agentes sociais (indivíduos, grupos, instituições), onde interesses que não se restringem a dimensão econômica estão envolvidos, tais como prestígio, diversão, reconhecimento. Suas observações e diálogos em campo levou-o a concluir que os *foliões* tem ambições como, por exemplo

exibir suas práticas em teatros e grandes centros culturais; ser objeto de reportagens e produções televisivas; ter seus CDs e DVDs gravados em estúdios e assim por diante. Estes anseios expressam, afinal, expectativas de que suas práticas sejam reconhecidas em âmbito mais amplo, inclusive na sua dimensão espetacular que, penso eu, nunca deixou de lhes ser inerente, mas que tende a se acentuar nesses novos cenários. (BITTER, 2008, p.99)

Patrícia Monte-Mór vê um caráter constitutivo para a *Folia* na relação entre os grupos e as instituições, principalmente na cidade, mas que se estenderia ao interior, “como um reforço que vem ‘de fora’, que, em determinados momentos, valoriza, apoia, incentiva e financia os grupos rituais” (MONTE-MÓR, 1992, p.115). A pesquisadora constatou uma “progressiva incorporação de um público à *Folia* de ‘não entendidos’, ou seja, aqueles que assistem à prática ritual sem uma participação direta no código de devoção aos *Santos Reis* e que isso implicaria numa releitura do ritual”.

Na sua análise, insere o pensamento de Florestan Fernandes, do qual discorda quando ele aponta para a “superação das formas camponesas de relacionamento pelo desenvolvimento capitalista”, como um dos motivos de “redução das tradições populares ao rol dos espetáculos inventariados pela indústria cultural” (FERNANDES apud MONTE-MÓR, 1992, p.117). Considerando sua percepção de uma relação constitutiva entre o Estado e os grupos de *Folia*, e que o discurso dos foliões indicaria ser “clara a procura de autonomia, também frente ao Estado e suas diversas instâncias de poder” (MONTE-MÓR, 1992, p.115), a autora parece não ver, como Fernandes, risco às relações sociais que caracterizam os grupos de *Folia* e seus membros. Ela condena a percepção de uma apresentação pública de *Folia* como algo isolado, especificamente dirigido a um público consumidor de cultura:

Arrolar os grupos de Folias de Reis conforme observamos em nossas investigações no Rio de Janeiro, no conjunto dos espetáculos reservados ao turismo e à indústria cultural, parece, no mínimo inadequado. A Folia não se resume à sua ‘apresentação pública’, mas, no entanto, conta com ela em sua ‘jornada’. (MONTE-MÓR, 1992, p.119)

Já Cáscia Frade, cuja visão se alinha a de Monte-Mór e Bitter, encontra suporte nas ideias que José Jorge de Carvalho articulou em um texto de 1989. Nele Carvalho considera haver singularidades da cultura tradicional que não se perdem, operando como “um núcleo simbólico para expressar um certo tipo de sentimento, de convívio social e de visão de mundo que, ainda quando totalmente reinterpretado e revestido das modernas técnicas de difusão, continua sendo importante porque remete à memória longa” (CARVALHO apud FRADE, 1997, p.45). Frade resume que, para Carvalho, apesar da objetificação estética, signos indicativos de uma experiência social muito particular, ainda que influenciados e manipulados, denotam a continuidade de

‘um ideal de relações intensas de espírito comunitário’, de uma afinidade anterior ao moderno individualismo. Essas relações comporiam, assim, um entre tantos modelos acessíveis ao homem do mundo industrializado, ideal este não destruído pela cultura de massa ou pela indústria cultural (FRADE, 1997, p.45).

Frade deparou-se, ao longo de suas pesquisas, com situações em que grupos de *Folias de Reis* do Rio de Janeiro interagiam com a indústria cultural (programas de TV, novelas, eventos promovidos pela administração pública). Apoiada nas ideias de Carvalho, Frade vê positivamente a interação, tanto pelo prestígio quanto pela ajuda financeira para as despesas:

Nossas observações têm demonstrado que esses procedimentos, longe de denotar uma descaracterização ou uma etapa do desaparecimento dos grupos, têm promovido esta prática, na medida em que trazem prestígio aos mestres com seus comandados, além do ganho financeiro que ajuda nas despesas com a manutenção dos grupos. (FRADE, 1997, p.45-46)

No momento em que Carvalho discute *O lugar da cultura tradicional na Sociedade Moderna*<sup>60</sup>, o movimento de “invasão, expropriação e predação” das culturas populares parecia ser, ainda, incipiente. Foi “a partir das últimas décadas, porém, [que] a classe média urbana consumidora de espetáculos avançou mais em direção às culturas populares” (CARVALHO, 2010, p.46). É possível perceber que a questão já o inquietava no final dos anos de 1980, pois, ao defender um diálogo possível entre a “cultura de massa” e a “cultura popular”, ele conclui que “é o desequilíbrio de forças (econômicas, sociais, políticas) na área da cultura que dever ser atacado” além do “excesso de grotesco e vulgaridade da cultura de massa contemporânea” (CARVALHO, 1989, p.26).

Referências a *Folias de Reis* aparecem com regularidade nas programações turístico-culturais voltadas para as cidades do interior do Estado do Rio de Janeiro, como em outros estados da Região Sudeste, principalmente durante o período da *jornada*. Mas não podemos dizer, entretanto, que essa expressão cultural represente um ícone, uma marca identitária, do Estado ou da Região, nos moldes, por exemplo, do que se tornou o Bumba-Meu-Boi (BMB) para o Maranhão. Mas houve um tempo em que os grupos maranhenses de BMB, tal como a *Folia de Reis*, executavam suas performances exclusivamente dentro do tempo que sua devoção estabelecia (Junho) e do território periférico que a condição subalterna de seus brincantes lhes infligia. Percebi essas similaridades através da leitura da tese de Antonio Francisco de Sales Padilha, construída a partir de pesquisas empreendidas entre 2012 e 2014, que trata justamente sobre a resignificação e recontextualização enfrentadas pelo BMB ao longo de um processo de patrimonialização, que o levou a ser objeto de uma percepção universalista de ícone da cultura maranhense. Políticas públicas, mediações, turismo, patrimonialização são questões analisadas nesse trabalho, comuns a esta pesquisa, que me estimularam a trazê-lo para o cenário de análise. Será possível que a *Folia de Reis* esteja por trilhar os caminhos seguidos pelo BMB? Se assim for, o que esperar do fortalecimento da *Folia* dentro da dinâmica patrimonial? Creio que o trabalho de Padilha nos permite algumas reflexões.

---

<sup>60</sup> Trabalho apresentado no *Seminário Folclore e Cultura Popular: várias faces de um debate*, no Rio de Janeiro, Agosto de 1988, INF/FUNARTE.

O BMB do Maranhão é uma prática performativa de celebração a São João, com enredo específico no qual, através do canto e da dança, interagem o branco colonizador, o escravo negro e o índio, num cenário de muita cor e movimento. Reconstruindo a trajetória do BMB desde sua prática reprimida pelo poder instituído até sua celebração nos palcos de dentro e fora do Maranhão, Padilha aponta os mediadores, os interesses envolvidos, os mecanismos de sujeição, os movimentos de resistência, a profissionalização, as alterações nas relações entre brincantes, entre grupos e esses e o Estado. O autor apresenta as características dos *sotaques* (estilos) de boi com maior presença na manifestação e destaca o papel desempenhado pelo sotaque *boi de orquestra* como elemento definidor no processo de patrimonialização. De surgimento recente em relação aos outros sotaques, esse boi já nasceu elitizado: foi criado por um rico industrial maranhense em 1948. A proeminência alcançada pelo boi de orquestra em relação aos sotaques mais antigos, ditos “tradicionais”, é explicada por suas diferenças, que vão desaparecendo na medida em que esses têm optado por incorporar características do primeiro, que tanto sucesso tem feito junto aos mediadores e consumidores das indústrias do entretenimento e do turismo. Alguns exemplos: (i) a introdução de instrumentos de corda e sopro onde só se utilizava instrumentos de percussão; (ii) a “performance apresentativa”, mais adequada aos palcos, foi substituindo a performance participativa, típica das ruas; (iii) executavam-se toadas que descreviam o enredo do BMB que foi perdendo lugar para versos de apologia ao Maranhão; (iv) as danças de rodas, típicas da cultura africana e indígena, com a participação de todos, vão cedendo lugar a algo próximo à quadrilha, de feições europeias; (v) enquanto o sotaque de orquestra tem músicos e bailarinos, os demais sotaques tem tocadores e brincantes (PADILHA, 2014, p.212).

Refletindo sobre a possível transformação do BMB em mercadoria a partir da teoria crítica da Escola de Frankfurt, Padilha conclui que “o BMB foi efetivamente objeto de massificação, onde o valor simbólico do ritual e da crença se evadiu por detrás do valor monetário, agora hegemônico” (PADILHA, 2014, p.186). Continuando numa visão bastante crítica sobre o processo de institucionalização do BMB, Padilha conclui que sua ressignificação e recontextualização se fez penalizando uma histórica social de resistência. Na relação com o Estado, o autor aponta uma mútua dependência na qual o Estado se apoia nos grupos para se fazer apresentar, e os grupos dependem do Estado para sofisticar sua performance, ao gosto da indústria cultural. Dono do dinheiro e do espaço, o Estado é agora quem decide qual grupo de BMB pode atuar, como e quando.

A ocasião da performance é agora definida por um calendário adaptado às exigências do mercado turístico, espalhado no tempo e divorciado das obrigações devocionais de celebração do São João, em junho, como era no passado. (PADILHA, 2014, p.211)

Do resultado de suas pesquisas, das quais não podemos desprender sua vivência desde a infância como brincante, e sua formação musical, Padilha avalia que o que era um espaço de catarse, de crítica aos poderes dominantes, ajustou-se a uma ordem social instituída, submetendo-se ao modelo estético e ao controle das elites, levando a uma “construção ilusória da realidade” (PADILHA, 2014, p.214-215).

José Jorge Carvalho cita o caso do BMB do Maranhão como um dos exemplos da colocação das culturas populares “a serviço da legitimação de populismos estatais e municipais corruptos”, ao mesmo tempo em que os índices sociais do estado figuravam “entre os três mais baixos do país”:

José Sarney e Roseane Sarney construíram, ao longo de três décadas, uma relação de aparente cumplicidade com mestres e mestras da cultura popular, o que não os impediu de deixar o estado entre os mais injustos socialmente do país, com os piores índices nacionais de desenvolvimento humano. (CARVALHO, 2010, p.53-54)

O último estudo acadêmico que trago para compor esse quadro de experiências com as culturas populares e sua inserção num cenário cultural que vem crescendo em importância política e econômica, é a tese de Edilberto Fonseca. O trabalho de Fonseca volta-se, principalmente, para o Terno de Reis dos Temerosos, da cidade de Januária, no norte de Minas Gerais. Ele conjuga seu trabalho como pesquisador à atuação como agente de políticas públicas, pois integrou equipe de instituição ligada ao CNFCP, que propôs e conquistou, em edital de 2005, verba para implementação de um *Ponto de Cultura* em Januária. Há pouco espaço para diálogo da minha pesquisa com a dele, no que tange às políticas culturais. Enquanto ele acompanha (e participa do) o processo de implementação e gestão do *Ponto*, eu adentro ao meu campo de pesquisa na fase final do *Ponto de Cultura*, implementado e gerido pela AGFORV. Uma outra situação, entretanto, é comum aos dois objetos de estudo. Os Temerosos eram um grupo amplamente requisitado para apresentação em eventos na região, fora do período da *jornada*, o que fazia sem cobrança de cachê, com cobertura apenas dos gastos com deslocamento e alimentação, muito semelhante ao que acontece com os grupos de *Folia de Reis* de Valença. As demandas do mercado cultural inquietaram Fonseca, tal como inquietam a mim. A questão da espetacularização e ressignificação foi um tema regular de

debate, surgido naturalmente ou induzido pelo pesquisador, com seus interlocutores. Movido pela cumplicidade construída com o grupo ao longo da pesquisa, Fonseca sentiu-se com a responsabilidade de

alertar o grupo que dentro do atual panorama do mercado cultural, onde atuam inúmeros atores e agentes – dentre eles o próprio Ponto de Cultura - segundo diferentes interesses, as soluções entre promoção, transformação e preservação das práticas musicais tradicionais parecem ainda distante de contemplar uma relação equânime e que respeite a lógica interna a cada uma dessas expressões. (FONSECA, 2009, p.253)

Dos depoimentos que colheu, principalmente do líder dos Temerosos, João Damasceno, Fonseca nota que este assume uma posição no jogo político que se estabelece entre esses “inúmeros atores e agentes”, entendendo que a visibilidade propiciada pelas apresentações pode render-lhe recursos simbólicos e materiais. Sua disposição em atender aos diversos convites que recebe, levou Damasceno a adotar o uso de *playback*<sup>61</sup> em algumas apresentações, tendo em vista não dispor de recursos para remunerar seu principal instrumentista (FONSECA, 2009, p.256). Vale observar que o recurso de *playback*, produzido por iniciativa do João, utilizou registros fonográficos produzidos por pesquisadores.

João tem consciência que as possíveis modificações na aura religiosa das performances do terno é o preço que sabe correr o risco de pagar ao levá-lo para se apresentar em diferentes espaços e eventos ao longo do ano. No entanto, essa é uma responsabilidade que vem sendo discutida e definida pelo grupo, caso a caso, em função das circunstâncias (FONSECA, 2009, p.250).

A disposição de Damasceno para ajustar-se às restrições inerentes às apresentações fora do contexto da *jornada*, expondo a “aura religiosa” do terno à “modificações”, pode indicar força de agenciamento, de autonomia, de liberdade de escolha. Mas poderá realmente haver liberdade de escolha para moradores de um bairro – *Rua de Baixo* – que eles próprios definem como “a periferia de Januária” ou, por comparação, “a *Rua de Cima* é a rua dos importantes, a *Rua de Baixo* é a rua do povo”? Um bairro predominantemente ocupado por negros, que tem a pesca como atividade de sobrevivência e características de vulnerabilidade social?

---

<sup>61</sup> Prévia gravação musical instrumental para uso posterior no acompanhamento de um solo, vocal ou instrumental.

Eu digo que a gente tá perdendo isso [laço de família forte] principalmente para as drogas, que tá entrando muito forte na comunidade, tá desfazendo os laços culturais, a solidariedade, [...]. A esteira na porta da casa, o papear com a cumadi do outro lado. Hoje isso não tá tendo condições de ser feito, porque hoje a droga tá muito forte aqui, e os pequenos de 6, 7, 8, 9 anos estão sendo transformados em *mulas* e *aviões*. Então a comunidade tá acabando ficando refém da força do tráfico e da bandidagem. (depoimento de João Damasceno sobre a comunidade da *Rua de Baixo* em FONSECA, 2009, p.262)

Quantas oportunidades terão essas pessoas, historicamente discriminadas, para dispor de algo que lhes traga um pouco de reconhecimento, de dignidade, de respeito, e de visibilidade para obter maior atenção por parte dos governantes locais? Estão essas pessoas, realmente, em condições de negociar com os interesses (políticos e econômicos) dominantes? Essa realidade não é muito distante das pessoas que compõem os grupos de *Folias de Reis* de Valença, distribuídos pelos vários bairros do município. Visitei alguns foliões em suas residências e, embora não tenha testemunhado situações de vulnerabilidade social, suas moradias são bastante modestas, e o risco de adesão às drogas pelos jovens é alto.

É dessa “desigualdade de poder, [do] baixo índice de cidadania e [da] carência material extrema” de que fala José Jorge de Carvalho. Vejo-me compelida a compactuar com Carvalho, não vendo com otimismo a atual relação das culturas populares com o mercado cultural, vislumbrando muito mais um esforço de cooptação movido por interesses políticos e econômicos das camadas dominantes.

Apontando para a cooptação como um dos mecanismos que mais tem contribuído no processo de espetacularização e canibalização das culturas populares, Carvalho não se restringe a cooptação de mestres e mestras. Considera que o processo só tem alcançado tais resultados porque conta com a participação de vários atores (funcionários públicos, produtores culturais, jornalistas etc), inclusive a de intelectuais e acadêmicos (CARVALHO, 2010, p.54). No seu entender, os artistas populares são tão vítimas dos acadêmicos e intelectuais, quanto o são da classe política e da indústria do entretenimento.

A maioria dos pesquisadores ainda trata este assunto a partir de uma teoria do hibridismo e da negociação de sentido, que sustenta uma ideia nada realista de mútua influência e reciprocidade. Essas dimensões de troca certamente existem, porém não conseguem eliminar as perversidades e as manipulações a que são expostos mestres e mestras. (CARVALHO, 2010, p.46)

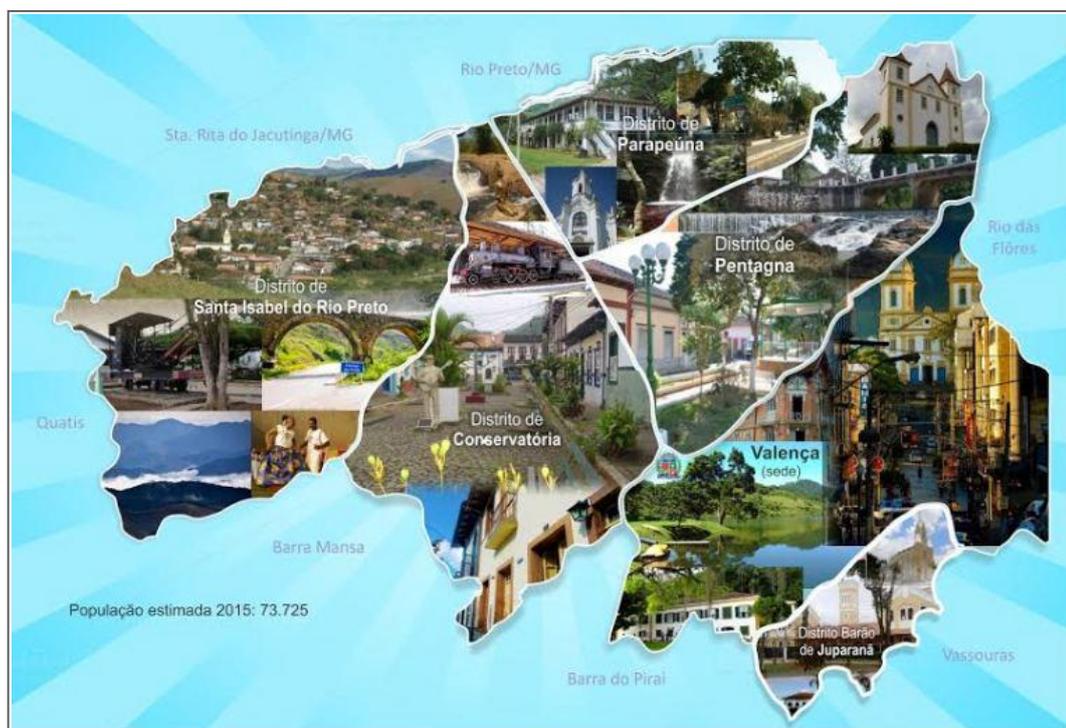
Apesar de sua visão aparentemente descrente da viabilidade de uma relação saudável entre as culturas populares, os interesses políticos populistas e as indústrias do entretenimento e turismo, Carvalho acredita que um maior protagonismo dos detentores das culturas populares na preservação e nas dinâmicas de transformação possa fazer a diferença. Para tanto, propõe um pacto entre governo, sociedade civil, pesquisadores e artistas populares, e afirma tomar como inspiração o documento *Carta do Samba*, firmado em 1962 sob a coordenação de Edson Carneiro. O documento resultou de reunião entre representantes de Escolas de Samba do Rio de Janeiro com o propósito de estabelecer limites ao que esses percebiam como descaracterização de suas expressões artísticas. Consideraram que, organizados, poderiam melhor resistir às pressões externas.

Sintetizou assim, sua proposta:

Proponho então que definamos coletivamente, entre mestres, produtores culturais, terceiro setor, pesquisadores e governo, o que exatamente pertence, do ponto de vista estético, ao reino do negociável, e o que pertence ao reino do sagrado. O que ficar definido como sagrado não poderá mais ser descontextualizado para fins de entretenimento ficando, portanto, declarado inegociável. Quem quiser apreciá-lo deverá obedecer às regras de tempo e espaço que regem as tradições sagradas, bem assim como as regras próprias de etiqueta que definem os papéis e os lugares sociais e físicos dos que são iniciados na tradição ou membro da sua comunidade de origem e os que dela se aproximam na condição de meros observadores ou apreciadores.

Como já mencionei, testemunhei discursos de valorização da *Folia* como “identidade cultural de Valença”, ou com potencial para ser o “carro-chefe” na promoção do turismo cultural local, por parte de autoridades municipais. Esses discursos, entretanto, foram proferidos em situações nas quais o principal público eram os próprios integrantes dos grupos de *Folia*, sugerindo uma possível estratégia político-populista, prática comum em relação às culturas populares, como constatou José Jorge Carvalho. Uma evidência de que essa importância para o município não se configura como anunciada foi certa escolha feita para apresentar o município numa publicação promocional distribuída pela prefeitura, por ocasião do aniversário da cidade, em Setembro de 2015. Essa publicação incluiu um mapa do município em tamanho A3 (42 x 29,7 cm), apresentando seus distritos a partir de referências culturais e ambientais escolhidas para retratá-los. Além de edificações (monumentos, parques e praças), veem-se referências ao Jongo de Santa Izabel do Rio Preto e às Serenatas de Conservatória, mas nenhum elemento que remeta à *Folia de Reis*.

**Mapa 4** - Mapa de referências culturais de Valença: *Folia de Reis* ausente



Fonte: Assessoria de Comunicação (ASSCOM) da Prefeitura de Valença

Temos então, que a *Folia de Reis* de Valença, comparativamente ao BMB da cidade de São Luiz (MA), ainda está distante de ser transformada/alçada, pelo poder constituído, à condição de principal produto turístico local. Pelo menos na proporção em que se configurou o BMB no Maranhão. Assim, a *Folia* em Valença flui sem sofrer pressões significativas ou ofertas financeiras suficientemente tentadoras por parte dos agentes institucionais, ou dos empreendedores do turismo e do entretenimento.

### 3.2 Interagindo com agentes e mecanismos institucionais nas esferas estadual e federal

Em depoimento transcrito no capítulo 1, Chico conta do seu início ainda muito jovem na *Folia*, aprendendo a “cantar o Reis” por volta dos doze anos de idade. Há certa precocidade, pois, nessa idade, seguindo o percurso mais comum de ascensão dentro de um grupo de *Folia*, um jovem de doze anos estaria tocando algum dos instrumentos de percussão ou brincando como *palhaço*. Essa mesma autopropulsão que o fez, ainda menino, abordar um *mestre-folião* pedindo ajuda, vai continuar na idade adulta na busca do conhecimento e no aproveitamento de oportunidades que o levaram a aquisição de competências e habilidades que estreitaram distâncias em relação a agentes e dispositivos institucionais. Em certo ponto,

o estreitamento chega a desaparecer já que, ele próprio, se torna um agente institucional, ao ser contratado como assessor do Secretário de Cultura e Turismo do município em 2013. Antes disso, desde 2010, atuou pela Secretaria como agente cultural, difundindo conhecimentos sobre a *Folia de Reis* nas escolas municipais. Em algumas situações, eu, como observadora, não conseguia identificar, com clareza, qual era seu lugar de fala: representante das *Folias* ou da Secretaria municipal? Desconfio que essa dúvida também possa surgir, vez ou outra, na percepção de seus colegas *foliões*.

A condição de presidente da AGFORV desde 2004 levou Chico a participar de várias das atividades que configuraram o extenso processo de reformulação das políticas culturais no país, sobre a qual tratei no subcapítulo 2.1. Essas e outras experiências no âmbito da cultura e do patrimônio constituíram-se num processo educativo para o simplório Chico, *mestre-folião*, ex-pedreiro, com formação escolar restrita aos primeiros anos do Ensino Fundamental. Já no início da minha pesquisa, o encontro desempenhando, também, a função de presidente do Conselho Municipal de Cultura. Atendeu, também, alguns cursos gratuitos de formação oferecidos pelo Estado, como um de elaboração de projetos e captação de recursos promovido pela Secretaria Estadual de Cultura em 2012. Participou de outros encontros formativos promovidos pelo Estado, mas não se lembra da denominação ou ano em que ocorreu.

O processo de oficialização da Associação também foi uma experiência formativa. O principal orientador nesse processo foi Nélio Ricardo, fundador da Associação de *Folias* de Rio das Flores (2001), que, por sua contribuição foi agraciado com uma placa com o título de “padrinho da Associação de Folias de Valença”, pelo qual se declara muito orgulhoso:

Os grupos de folia [de Valença] me procuraram para se filiar em Rio das Flores. Eu disse que não podia aceitá-los porque já era difícil arrumar recursos para as de Rio das Flores, como eu iria arrumar para as folias de outras regiões? (...) Eu sugeri que fundassem uma nova Associação em Valença. (...) A Associação anterior estava em conflito. Eu tomei conhecimento que havia até discussão na Secretaria de Cultura. E não se chegava a um consenso. (Nélio Ricardo)

Nélio disponibilizou a documentação e outras orientações:

O Francisco me procurou. Eu orientei o Francisco de como deveria fazer. Eu botei minha secretária à disposição para fornecer todo o material”. (...) Ele [Chico], muito dedicado... Eu notei que ele tinha, assim, uma vontade muito grande de organizar as Folias, em Valença.” (Nélio Ricardo)

Para o padre Medoro, talvez o principal mediador no processo formativo do Chico, ele é detentor de capacidade de aprendizado e de agenciamento que o distingue nas conquistas da AGFORV:

a gente foi apresentando para o Francisco, que existiam organizações que poderia se fazer contato. Mas tenho que ser justo e dizer o seguinte: quanto a esse contato com os órgãos instituídos, do Estado sobretudo, isto foi pioneirismo dele! Iniciativa dele! Isso é mérito dele! O que eu mais fazia era apoiar, num momento em que descobri que era importante fazer determinado contato, eu fazia, às vezes, a mediação. Eu favorecia com recurso material de transporte, alimentação... Mas sem dúvida o protagonismo do Francisco tem que ser valorizado! Realmente a cultura dele ultrapassa a simplicidade dele! (Padre Medoro)

Apesar de conferir mérito ao “protagonismo do Francisco”, no que tange a interação com as políticas culturais nas esferas estadual e federal, novamente a interferência do padre Medoro se mostrará decisiva, como veremos a seguir.

Embora as *Folias de Reis Fluminenses* ainda não tenham sido agraciadas com o título de *Patrimônio Cultural do Brasil* pelo IPHAN, e que o município de Valença não tenha sido contemplado no inventário em curso com vistas ao referido título, podemos entender que existe um reconhecimento institucional, federal e estadual, para com a *Folia de Reis* do município. Afinal, conquistaram prêmios e verbas, inclusive um *Ponto de Cultura*, através de editais públicos.

Na conquista do *Ponto de Cultura*, mais uma vez Padre Medoro exerceu uma mediação que se revelou decisiva. Algum tempo depois de instituída a AGFORV, o pároco promoveu um encontro entre Chico e um amigo de longa data, o chefe da Representação Regional do Ministério da Cultura para Rio de Janeiro/Espírito Santo, Adair Rocha. O propósito era, principalmente, o de orientar a AGFORV sobre os mecanismos legais disponíveis para acesso a recursos públicos pelos grupos de cultura popular. Segundo Chico, uma das observações de Rocha foi quanto ao potencial reduzido de sucesso para uma iniciativa isolada por parte da AGFORV, recomendando que as lideranças dos movimentos culturais se organizassem num projeto único. Assim foi feito. Em 18 de Maio de 2008 foi registrado o *Projeto de integração dos movimentos culturais e afrodescendentes de Valença RJ* reunindo, além da AGFORV, as Associações de Capoeira Negrinho Mandigueiro, Pé na Lua e Pantera Negra, e o grupo de Dança Afro e Samba de Roda. Coube ao Chico a condição de representante legal do projeto, que se estendeu, posteriormente, a responsabilidade pela gestão do *Ponto de Cultura*. O documento já alinhavava as ações que posteriormente viriam a

integrar o projeto inscrito no primeiro edital (2008) para implementação de *Pontos de Cultura* pela Secretaria de Cultura do estado, em parceria com o governo federal (os editais anteriores foram para convênios diretos com o Ministério da Cultura). Selecionado o projeto da AGFORV, esta recebeu cento e oitenta mil reais ao longo de três anos, os quais se propôs a aplicar com certos objetivos, dentre os quais:

Provocar a integração das diversas culturas presentes no seio da população valenciana; resgatar, prioritariamente, os elementos da cultura africana, aumentar e preservar as Folias de Reis e despertar o interesse pela música e pela dança conseguindo manter a tradição da cultura religiosa, folclórica e popular; desenvolver o potencial turístico do município, principalmente o turismo cultural; [...]<sup>62</sup>.

Para compor a documentação e preencher os formulários, Chico contou com a colaboração do amigo Felipe Ferreira Alves, que atuava como assessor de um vereador local. A dependência da “boa vontade” de alguns especialistas tem sido apontada por Chico como fundamental às conquistas de recursos públicos por editais. A questão não escapou de sua fala na já mencionada (subcapítulo 2.2) reunião com o IPHAN em 2013, com a presença de outros foliões e de intelectuais, ao comentar sobre o *Ponto de Cultura*.

Conseguimos aprovar o projeto, e é o terceiro ano com o projeto e já conseguimos atender a 1.400 crianças e eu tenho certeza que a partir do momento que agente se organizar, precisa disso, procurar as localidades próximas, precisa ter a boa vontade de um advogado, a boa vontade de um contador, por que nós também não tínhamos, conseguimos tudo na base do voluntariado. (Chico da Folia apud SOUZA, p.16, 2013)

Esse mesmo colaborador voltou a ajudá-lo na inscrição em outro edital, em 2010, nos quais logrou sucesso. Em 2015 foi o amigo e produtor cultural Luciano Almeida da Silva quem o ajudou na inscrição para outro edital. Uma das limitações para Chico é o uso dos recursos tecnológicos, cuja habilidade ainda não dispõe. Na tabela a seguir uma síntese dos três editais acionados com sucesso:

---

<sup>62</sup> Obtido do Anexo II, do formulário de inscrição para o *Programa mais cultura – ponto de cultura / Ponto de cultura do Estado do Rio de Janeiro*, para o projeto identificado por *Projeto de integração dos movimentos culturais e afrodescendentes de Valença-RJ*, disponibilizado pela AGFORV.

**Tabela 4**– AGFORV e Editais Públicos

<b>Ano</b>	<b>Referência no Edital</b>	<b>Instituição</b>	<b>Proposta inscrita</b>	<b>Recursos obtidos</b>
2008	Ponto de Cultura do Programa Mais Cultura	Parceria entre o Ministério da Cultura e Secretaria Estadual de Cultura	Integração das manifestações culturais afrodescendentes com oficinas (confecção e execução de instrumentos musicais, culinária, dança, capoeira, roda literária, fundamentos religiosos e outros)	R\$180.000
2010	Fomento direto (*) a projetos culturais	Secretaria Estadual de Cultura	Realização do 40º Encontro de Folias de Reis de Valença (2011)	R\$ 29.735
2015	Premio de Cultura Afro-Fluminense 2015	Secretaria Estadual de Cultura	Apresentação das realizações da AGFORV na valorização e fomento das culturas afrodescendentes locais	R\$21.000

(\*) Com exigência de coparticipação, que foi suprida pela Prefeitura.

Chico comentou que chegaram (ele e o Luciano) a estudar a possibilidade de inscrever um projeto para a “Lei de Incentivo” (Estadual), mas a exigência de compromisso prévio assumido por um patrocinador tem inviabilizado a inscrição. Apresentei no subcapítulo 2.1 as características da legislação de incentivo e valorização da cultura no âmbito estadual. A “Lei de Incentivo” (custeada pela renúncia fiscal do ICMS), tal como a “Lei Rouanet”, delega às empresas patrocinadoras a decisão de qual iniciativa cultural patrocinar, produzindo substancial desigualdade de oportunidades, principalmente no âmbito das culturas populares, como demonstra a desistência do Chico e do Luciano em submeter projetos.

Neste estudo não estou analisando a aplicação dos recursos conquistados através das iniciativas acima listadas, ou avaliando seu impacto sobre o público beneficiado, por exemplo, pelas oficinas promovidas pelo *Ponto de Cultura*. Quanto ao *Prêmio Cultura Afro-Fluminense*, tenho a informação preliminar de que a maior parte será distribuída aos grupos de *Folia* integrantes da Associação. Como trata-se de dezoito grupos, o impacto nas finanças de cada um não será mais do que um pequeno alívio para o dono da *Folia*, responsável pelos gastos do grupo com a *jornada*. Percebi, naqueles *foliões* que encontrei após a notícia da premiação, alguma satisfação pelo prestígio que a conquista de um prêmio implica, mas nada próximo da intensa satisfação demonstrada pelo próprio Chico que, a cada conquista,

fortalece ainda mais sua liderança, não só a frente do movimento das *Folias de Reis*, mas no universo cultural do município.

Como se pode depreender dos meus relatos, Chico vem passando por um processo de aprendizado desde que assumiu a presidência da AGFORV, em 2005. Esse processo tem sido motivado pela necessidade de obtenção de apoio financeiro externo para os grupos de *Folia* que, até então contavam apenas com a “ajuda” incerta e esporádica da Prefeitura ou de políticos locais. Nas interações entre os grupos de *Folia* e o poder local instituído, tem prevalecido, como demonstrei em interlocução com Roberto DaMatta, a ética da dimensão “casa”. No entendimento do autor, trata-se de um esfera de significação social que chega a ser percebida como dotada de “um discurso pré-político ou politicamente ‘alienado’ ou meramente ingênuo”, posto que as interações operam a partir de laços de amizade, de lealdade, de compensações: um *ethos* que se reproduz por gerações. (DAMATTA, 1997, p.45)

Esse aprendizado incluiu identificar e ler editais públicos; participar de conferência municipal e regional de cultura, que levaram-no a ser indicado como representante dos movimentos culturais populares do Médio Paraíba-RJ na *II Conferência Nacional de Cultura* (2010); atender cursos formativos, com destaque para o *Curso de elaboração de projetos e captação de recursos* – em Volta Redonda/Conservatória – promovido pela Secretaria Estadual de Cultura (2012); exercer seu papel de líder das *Folias* de Valença em eventos ou debates, como ocorreu no *Seminário Folia de Reis do Estado do Rio de Janeiro* promovido pelo IPHAN (2013) para informar e debater sobre o processo de patrimonialização das *Folias de Reis Fluminenses*, além de estabelecer uma rede de contatos com outras lideranças de culturas populares e com representantes institucionais. Pode-se dizer que, hoje, Chico tem um bom entrosamento com a lógica racionalista que orienta os mecanismos institucionais que conformam a “dinâmica patrimonial”, sendo esta entendida como o conjunto de ações e relações institucionais que envolvem o patrimônio imaterial, sejam elas voltadas para a patrimonialização ou para o fomento. Em outras palavras, Chico atendeu ao processo de “alfabetização patrimonial [que] consiste em ensinar a ‘linguagem patrimonial’ aos membros das ‘comunidades tradicionais’” (ABREU, 2014, p.43). Regina Abreu aponta o paradoxo que envolve este processo, posto que se propõe a salvaguardar e fomentar a diversidade cultural, adotando para tal uma lógica universalista, com potencial para impactos não desejáveis sobre a lógica tradicional (que se deseja salvaguardar) que rege as comunidades tradicionais. Propõe, então, questões para se pensar a partir desse contato entre lógicas. Ganha centralidade nas suas reflexões os grupos que vivem sua cultura tradicional cotidianamente, como é o caso de alguns grupos dos povos originários. Entretanto, temos grupos cujos

membros se deslocam, num movimento cíclico, entre um e outro universo: o da lógica racionalista e o da lógica tradicional. É o caso dos grupos de *Folia de Reis*. Seus membros são pessoas integradas ao sistema socioeconômico dominante, que opera dentro da lógica racional ocidental, e que a cada período natalino, reconstroem e experimentam um viver ancestral. Entendo, assim, que os possíveis impactos pensados por Abreu são suavizados quando pensados para grupos tradicionais cujos membros já estão habituados a se conduzir no universo pragmático que orienta as ações do Estado e dos agentes econômicos.

Pensando na aproximação da lógica do Estado como algo absolutamente novo para uma comunidade tradicional, Abreu questiona: “O que seria para estas ‘comunidades’ estas novas ‘iniciações’?” No caso dos grupos cujos membros já vivenciam a lógica do Estado no seu cotidiano, como acontece com a *Folia de Reis*, esse contato não seria, exatamente uma “iniciação”. Se enquadraria mais como conjunto de novas demandas burocráticas, dentre as muitas às quais já estão sujeitos. Entretanto, tratam-se de demandas que envolvem técnicas complexas, exigindo conhecimentos mais específicos para o manejo de mecanismos que prometem reconhecer e valorizar sua expressão cultural tradicional, antes vivida apenas com expressão de fé, sem ânsias de reconhecimento público, para além das próprias famílias de *devotos* que os recebem em suas casas e/ou os prestigiam nos *Encontros de Folia* do município. Essas novas demandas burocráticas estariam compreendidas nos processos de patrimonialização e respectivas ações de salvaguarda formalmente estabelecidas, e na democratização do acesso a recursos públicos estaduais e federais através de editais, que despontaram no cenário cultural a partir da gestão federal pelo Partido dos Trabalhadores. No caso do processo de patrimonialização das *Folias de Reis Fluminenses* pelo IPHAN, esse tem passado ao largo do movimento de *Folias* de Valença. O município não foi um dos quinze escolhidos para o inventário que vem sendo realizado, e que se propõe a dar suporte ao *Registro* que abrangerá todas as *Folias* do estado do Rio de Janeiro. Logo, a lógica do Estado não adentrou ao universo das *Folias* de Valença pelo processo de patrimonialização, ainda. São as demandas burocráticas dos editais para acesso a recursos públicos que introduzem o movimento valenciano na dinâmica patrimonial. A existência de uma Associação de *Folias*, com um presidente legitimamente constituído, sugere que a primeira pergunta de Abreu, que versa sobre a escolha dos membros da comunidade a serem “iniciados” na burocracia Estatal, está respondida: o próprio presidente da AGFORV, Chico da Folia. Entretanto, a sua última questão proposta para reflexão me fará voltar a esta questão anterior logo adiante: “Quais os novos estatutos que estes indivíduos terão em suas ‘comunidades’ após a aquisição destas novas habilidades e destes novos modos de existência?” (ABREU, 2014, p.43-44)

O Chico tem usado com eficiência o conhecimento que adquiriu ao longo do seu processo formativo, como comprova a conquista de prêmios e editais ocorridos na sua gestão à frente da AGFORV. Ele ainda comentou que conquistou, para ele, não para a AGFORV, o Prêmio de *Mestre da Cultura Popular*, do Ministério da Cultura, em 2009, fazendo jus ao recebimento de dez mil reais. A ampliação de conhecimentos e conquistas o tem projetado no cenário cultural municipal, o que certamente contribuiu para levá-lo à assessoria da Secretaria de Cultura e à presidência do Conselho Municipal de Cultura, por exemplo. É de se esperar, então, que seu tempo esteja bastante tomado por tarefas e compromissos. No trato das questões da *Folia*, Chico lamenta, às vezes, a ausência do envolvimento de alguns colegas foliões, mais afeitos a críticas e menos interessados em colaborar nos compromissos e atividades da Associação. De minhas observações posso afirmar que a identidade de Chico como *mestre-folião* não se perdeu em meio a tantas novas atribuições e novos grupos nos quais se insere. De fato, ela prevalece, inclusive no trato com os novos conhecimentos que tem adquirido no campo das políticas culturais.

Devemos lembrar, como demonstrei no capítulo 1.2, que um *mestre-folião* é valorizado e admirado pelo conhecimento que acumula (e externa) dos *fundamentos* da *Folia*. Que, no passado, esse conhecimento era o elemento acionado quando grupos se encontravam durante a *jornada* e disputavam a *catirina*. Momento muito temido, pois poderia desdobrar-se num conflito físico. Que a transmissão desses saberes seguem certo protocolo e relações de confiança, podendo o acesso ao conhecimento ser dificultado e até restringido, como numa situação descrita pelo mestre Tachico, de Rio das Flores, ao pesquisador Wagner Chaves. O primeiro mestre a lhe transmitir ensinamentos, omitiu saberes relevantes, expondo-o a um cumprimento deficiente da *jornada* e a avaliação negativa de *devotos* mais entendidos, o que só foi solucionado quando outro mestre, ouvindo-o cantar as profecias, identificou suas limitações. Sensibilizado com sua dedicação, esse mestre se prontificou a ajudá-lo (CHAVES, p.84-86). O que julgo poder afirmar é que o *ethos* da *Folia de Reis*, que eu estenderia a outras culturas populares, contempla uma inclinação à centralização de conhecimentos na conduta dos seus *mestres*. Assim, arrisco avaliar que Chico, possivelmente conduzido pelo *habitus*, que Bourdieu conceituou como uma “disposição incorporada, quase postural” (BOURDIEU, 1989, p.61), exerce uma centralização que, ao mesmo tempo em que o sobrecarrega com tarefas e compromissos, estabelece uma relação de dependência da AGFORV e seus membros para com ele, no que tange ao acesso a mecanismos públicos de obtenção de recursos materiais para além da esfera municipal. Creio que essa situação foi percebida por um dos seus mentores, o Padre Medoro, revelando-se motivo de preocupação para o mesmo. Quando

o questioneei sobre sua visão de possíveis riscos à continuidade das *Folias de Reis* em Valença, ele imediatamente pensou na continuidade da Associação (que não era, de fato, a minha pergunta).

Eu acho que a gente não teve tempo para ajudar o Francisco a preparar sucessores pra missão dele. Hoje, talvez seja uma visão equivocada, mas eu tenho uma impressão de que o Francisco é visto por alguns quase como “o dono das folias”. Nesse sentido, é uma liderança que não deixa crescer outras lideranças. Não digo que isso seja intencional ou por mal caráter ou qualquer coisa... Mas dentro da dinâmica dos estatutos deveria ter havido renovação nos quadros diretivos da Associação. Isso eu acho importante porque, em primeiro lugar, temos que garantir a continuidade, com pessoas que tenham competência pra levar adiante. Nós não somos eternos, como eu, que já saí daqui. (Padre Medoro)

Como vimos quando, ainda no subcapítulo 1.2, discorri sobre a transmissão de saberes no seio de um grupo de *Folia*, ao sentir-se cansado para continuar na condução da *jornada*, o bom *mestre-folião* já começa a preparar seu sucessor. Creio que Chico, como competente *mestre-folião* que é, tão logo se sinta cansado para dar conta das inúmeras tarefas e responsabilidades que assume, se disponha a compartilhar os novos conhecimentos que adquiriu e a estimular o desenvolvimento das habilidades que hoje dispõe, em outros companheiros. Pode não ser fácil encontrar pessoas que tenham a combinação de inteligência, dinamismo e autopropulsão do Chico, mas não é impossível. Pessoas que, como ele, precisarão desfrutar do respeito e da confiança dos seus pares, ingredientes que avalio como essenciais na receita que tem produzido uma gestão de sucesso para o Chico, à frente da AGFORV. Entretanto, um risco não pode ser ignorado: o surgimento de alguma eventualidade que limite Chico no exercício das suas atuais funções, antes que o estágio do cansaço chegue e a subsequente preparação de sucessores aconteça. Poderia significar um retrocesso para a AGFORV no entrosamento com as políticas públicas de valorização e fomento das culturas populares.

### **3.3 O Encontro de Folias de Reis de Valença: superando desencontros**

Naquela noite de quarta-feira, o trânsito estava anormalmente complicado para veículos no centro do município de Valença. Muita gente no entorno da igreja matriz, na praça à sua frente, nas ruas adjacentes... Muitos jovens! Não, não estavam aguardando *show* de alguma dupla sertaneja famosa ou da mais nova estrela do *funk*! Era 6 de janeiro, *Dia de Reis* e do 45º Encontro de Folias de Reis do município. Caminhando, em meio à multidão, via

nas rodinhas de bate-papo, uma ou outra *farda* indicando a presença de componentes dos grupos que iriam se apresentar. A *farda de palhaço* era a mais comum entre os jovens, embora tenha visto homens maduros envergando o traje. Como já mencionei, é fala comum, no contexto das *Folias*, que as *fardas* exercem certo fascínio sobre o público feminino, principalmente a *farda de palhaço*. Considerando os sorrisos e os olhares das moças nas rodas, principalmente quando contavam com a presença de algum *soldado de Herodes* por perto, deve ser verdade! Mas a tradição paga um preço por isso. Segundos os mais antigos, o costume determina que o *palhaço* permaneça anônimo durante toda a *jornada*. Para isso, ele veste uma carapuça, com a qual circula, quando não está com a *máscara*. Mas como colher os frutos da sedução se, após se exhibir dançando o *chula* e agitando sua capa, o *revirão (farda-lisa)*, ou fazendo acrobacias (*farda-farrapo*), e falando versos que arrancam calorosos aplausos da plateia, deve permanecer anônimo? Difícil! Mas não são todos: vi vários circulando com a carapuça.

Enquanto buscava espaço para caminhar até o adro da igreja, onde instalaram um palco, percebi que ainda havia o público por chegar. A missa que celebra o *Dia de Reis* não tinha acabado e todos que se encontravam lá dentro, logo iriam ocupar o pouco espaço restante... A igreja estava repleta, como era de se esperar. O presépio, montado num espaço de fácil visualização para quem adentra ao recinto principal, capturava a atenção. A simulação de gruta contendo a Sagrada Família e os Magos do Oriente recebia iluminação, evidentemente pensada para imprimir uma atmosfera mística ao cenário: alcançou sua meta com louvor! No altar, o grupo *Folia dos Menezes*, representando todos os grupos do município, acompanhava o ritual católico. Próximo ao final da celebração, Padre Edilson convidou o grupo para entoar trechos do *canto das profecias*.

Retornando ao adro, continuei a circular, reconhecendo vários integrantes dos grupos que iriam se apresentar. As *fardas dos foliões* são imponentes. O estilo militar remete à seriedade e à conduta disciplinada, as cores (rosa, vermelho, amarelo, azul-celeste, verde-lima, branco...) à alegria, e seus adereços brilhosos denunciam que estamos diante dos protagonistas da festa: os *foliões* representam os próprios *Reis Magos*! Tive a oportunidade de encontrar e saudar vários *mestres-foliões*: Alberto (Chacrinha), Cacá (Biquinha), Marquinho Cassimiro (Santa Cruz), Serginho (Rancho Novo), Sebastião (Canteiro), Cacá dos Menezes (Biquinha), e o Chico da Folia (Monte D'Ouro), presidente da Associação de *Folias* e mestre de cerimônia do evento. Ouvi também os nomes dos *mestres* Doca (Serra da Glória), Torrada (BNH-João Bonito) e Wanderley (Dudu Lopes) citados ao microfone, mas não tive a oportunidade de encontrá-los. Os grupos e seus *mestres* têm, na maioria das vezes, seus

nomes associados ao bairro onde residem, os quais indiquei entre parênteses. Posteriormente, através do Chico da Folia, tomei conhecimento dos *mestres* que se apresentaram no dia anterior: Paulinho Charrete (Biquinha), Vinícius (Ponte Funda), Geraldo Rocha (Vadinho Fonseca), Guto (monte D’Ouro), e Zezinho (São Bento), que, neste ano, juntou-se ao grupo da Dona Alda (Cambota).

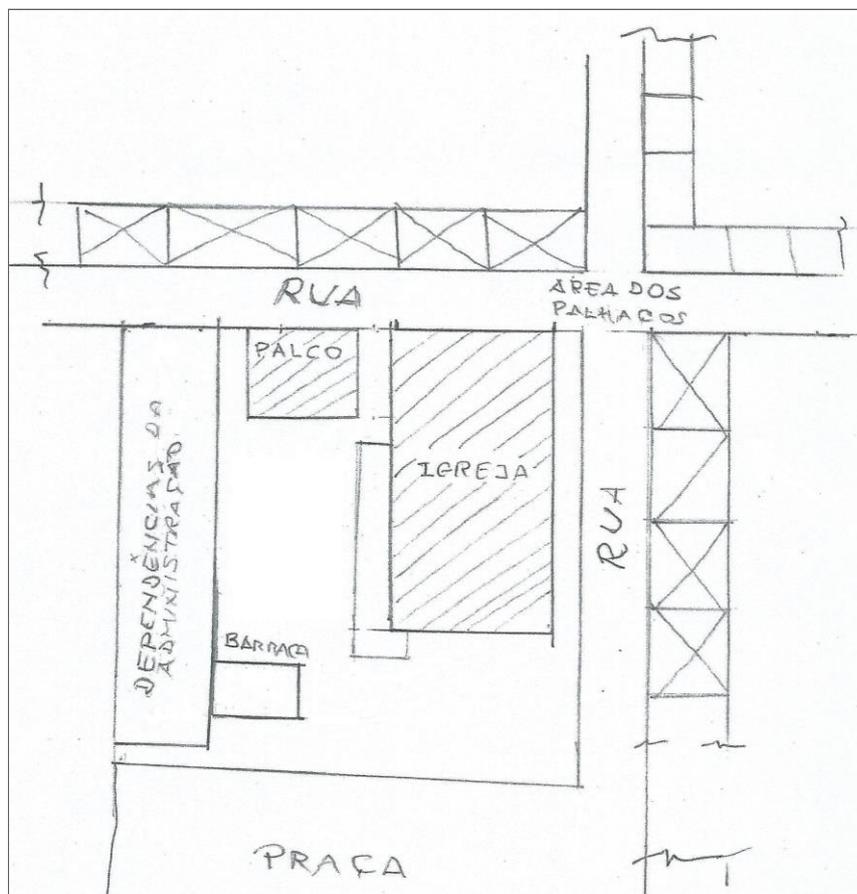
Um a um, os grupos são chamados ao palco. *Mestre e contramestre* executam a cantoria, emoldurados, visual e sonoramente, pelos instrumentistas. Tem viola, violão, cavaquinho, pandeiro, caixa, afoxé, triângulo, reco-reco... Eles dão calor e ritmo ao canto. Mas são os floreios do acordeom que calam fundo na alma da gente! Não é a toa que dizem que “a sanfona é a alma da folia”! O público alterna sua atenção, ora para o palco, ora para o amigo ao lado – afinal é tudo uma grande confraternização –, ora para os *palhaços* do grupo que está se apresentando. Esses se juntam, posicionados logo abaixo do palco e, ao longo da apresentação, ficam pulando, dançando e gritando, com toda a irreverência que caracteriza o personagem.

**Foto 12** – *Encontro de Folias de Valença 2016*



Fonte: Arquivo próprio

**Figura 1** – Igreja Nossa Senhora da Glória e entorno



Fonte: Arquivo próprio.

Enquanto um grupo sobe ao palco, os *palhaços* do anterior se dirigem à rua atrás da igreja. Ali fazem a roda para brincar o *chula*. Sob o ritmo do acordeom e da caixa iniciam os rodopios e a batida dos pés que caracterizam a dança, interrompida para recitação de versos. O público delira! Também não faltam provocações de outros *palhaços*, de fora, que desafiam as habilidades dos que se exibem. Mas não tem conflito! É tudo parte da brincadeira! Os lugares para o público, em torno da roda improvisada, com condições para realmente apreciar, principalmente ouvir os versos, são poucos e muito disputados. Eu não tive sorte neste ano de 2016!

Observando as *máscaras* dos *palhaços*, lembrei da preocupação da direção da Associação com o uso de *máscaras* de carnaval, no lugar dos modelos tradicionais da *Folia* local. Seus esforços ainda não surtiram efeito: vi várias *máscaras* improvisadas a partir de adereços carnavalescos. Mas também entreuvi na multidão que é comum número maior de *palhaços* no dia do evento do que no cumprimento da *jornada*. Será que as *máscaras*

desviantes são dos *palhaços* “visitantes”? Lembro também que há um entendimento na liderança de que o empenho para evitar tais desvios deve ser do *mestre-palhaço*, mas a responsabilidade final é do *mestre-folião*. É um tema sujeito a tensões...

Ao término de cada apresentação foram concedidos troféu e medalha aos representantes do grupo, em entrega solene, das quais participaram representantes da gestão municipal.

Meu encantamento com a cumplicidade da comunidade valenciana com a *Folia de Reis* começou por volta de dois quilômetros antes de chegar ao local do *Encontro. Folião* ou *palhaço*, sozinho ou em pares, podiam ser vistos caminhando na mesma direção em que eu, de carro, seguia. Os trajes da *Folia de Reis*, como já demonstrei, são identitários, chamativos, despertam a atenção de qualquer um. No caso dos palhaços, a *farda lisa*, que inclui um *saião*, poderia ser um mote para provocadores. Com a intolerância e o preconceito acirrando os ânimos nos dias atuais, não seria inesperado se os componentes de *Folias* preferissem um deslocamento discreto em direção ao evento, trocando o traje quando chegassem ao destino. Que nada! Caminham, solitariamente ou não, seguros e tranquilos para o último compromisso da *jornada*: emocionar, alegrar e receber os aplausos da multidão que os espera no entorno da igreja matriz. Enquanto caminham para a festa, ampliam as oportunidades de desfrutar do respeito e reconhecimento da comunidade onde vivem. A partir do dia seguinte, retornarão a invisibilidade do cotidiano do pedreiro, do trabalhador rural, do servidor público...

Interrompe-se, então, o que DaMatta chama de “momento extraordinário” o qual, na *Folia de Reis*, é a própria *jornada* que, em Valença, termina com o *Encontro de Folias*. Os momentos “extraordinários” ou “rituais” configuram as modificações nas relações sociais a partir de um “processo de reorientação ou recombinação das unidades sociais em relação efetiva com a ordenação do espaço e do tempo” (DAMATTA, 1997, p.36). Durante a *jornada*, componentes dos grupos, *devotos* e simpatizantes têm a oportunidade de abandonar a linearidade do tempo da vida rotineira, já que “os rituais permitem a sensação de uma ‘volta’ do tempo, porque prescrevem com nitidez e obsessão um lugar para cada coisa, e então, o tempo fica congelado” (DAMATTA, 1997, p.39). O autor avalia que, nessa vivência “entre” e “na passagem” de um grupo social para outro é que podemos perceber concretamente o tempo, compreender a importância social do espaço e dar significado à sociedade na qual estamos inserindo.

Pois bem, é isso que permite controlar o tempo. É isso também que permite equilibrar o espaço, fazendo com que o mundo se torne menos indiferente e

totalmente significativo, posto que ordenado por suas relações com os grupos que se combinam e se reformulam, na complexa lógica social que cada sociedade ordena para si e para os seus membros. (DAMATTA, 1997, p.39)

*Encontro de Folias* não é exclusividade de Valença. De fato, é comum a vários municípios fluminenses e em todo o Sudeste. É geralmente organizado pelas prefeituras, em parceria com associações de grupos de *Folia* ou associação de moradores, que reúne esses grupos para apresentações. Podem estruturar-se em diferentes formatos. O de Valença caracteriza-se, conforme relatei, por: (i) definir um período de tempo para cada grupo de *foliões* se apresentar no palco, cantando trechos da *profecia*; (ii) apresentação dos *palhaços* em um espaço secundário e improvisado, simultaneamente a outro grupo de *foliões* que canta no palco; (iii) entrega de troféu e medalha aos representantes dos grupos.

“Encontro” de *Folias* já teve outro significado, e foi algo preocupante no passado. Durante a *jornada*, quando dois grupos acidentalmente se encontravam, uma disputa podia se instalar entre ambos, e, dependendo do resultado do embate, que se dava no canto de versos da *profecia* entre *foliões*, podia desdobrar-se num confronto físico. Há um discurso recorrente entre *foliões* de que essas brigas não mais acontecem, entretanto, não é uma questão completamente ultrapassada, como mostrou o relato do *palhaço* Travessura no subcapítulo 1.2.

Na criação da minha associação é que nós acabamos com esses encontros de brigas! Nas reuniões que a gente fazia com os grupos, nós falamos ‘você não podem fazer mais isso, senão nós vamos eliminar vocês das festas!’ Na época de pequenos, a gente até aticava uma folia contra a outra pra ter essas brigas! Tinha folia que tinha a catirina. Quando a folia ganhava da outra, tomava até a catirina! Passava a sair na folia do outro! Os Encontros [anuais] contribuíram para acabar com essas brigas!(Duílio Guarine)

Affonso Furtado incluiu na sua pesquisa um levantamento dos *Encontros de Folias de Reis* realizados na Região Sudeste. Sua pesquisa contemplou uma amostra de duzentos e oito municípios, atentando para a abrangência do evento, distinguindo-os entre “local”, “regional” e “regional de grande expressão”. A bibliografia de periódicos que oferece como referência para o levantamento sugere que sua pesquisa abrangeu registros do final da década de 1990 até 2004. Apresento a seguir uma síntese de sua apuração (SILVA, 2006, p.181-183), conjugando-a com dados demográficos buscando uma percepção de representatividade da manifestação em relação à população de cada estado:

**Tabela 5** – *Encontros de Folias de Reis* na Região Sudeste

	MG	ES	RJ	SP	Total	
Nº habit <sup>63</sup>	19.597.530	3.514.952	15.989.929	41.262.189	80.364.600	
QTDE ENCONTROS DE FOLIAS	Local	49	12	17	23	101
	Regional	29	5	6	13	53
	Regional de grande expressão	22	2	5	15	44
	Total	100	19	28	51	198
Nº habit/ qtde Encontros	195.975	184.997	571.069	809.063	405.882	

O Espírito Santo se apresenta como o estado com o maior número de *Encontros* em relação ao número de habitantes. Outra referência destaca o Espírito Santo no cenário da *Folia de Reis*: em uma de suas cidades – Muqui – ocorre aquele que é tido como o *Encontro de Folias* mais antigo do país. O *Encontro* de Muqui (ES) parece ser o referencial para o surgimento desse tipo de evento nas demais cidades: em agosto de 2014 realizou o 64º *Encontro Nacional de Folias de Reis*, reunindo em torno de cinquenta grupos do Espírito Santo e do Rio de Janeiro<sup>64</sup>.

Inspirada pelo trabalho de Affonso Furtado, procedi a um levantamento buscando localizar os *Encontros* no estado do Rio de Janeiro. Recorri aos programas de busca disponíveis na *internet* e verifiquei a presença ou não de *Encontros de Folias de Reis* em cada um dos noventa e dois municípios do estado. Onde as consultas deixavam dúvidas, contatei por telefone as prefeituras. Minha pesquisa<sup>65</sup> foi direcionada a verificação das datas em que cada município realizou ou estaria por realizar seu evento, tendo por referência temporal a *jornada* 2014/1025. Foram encontrados vinte e três municípios:

<sup>63</sup> Censo de 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em: 16 Mar 2015.

<sup>64</sup> Conforme Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo. Disponível em: <<https://dio.es.gov.br/site/noticias/visualizar/477>>. Acesso em: 15 Mar 2015.

<sup>65</sup> Pesquisa realizada entre 13 e 16 de março de 2015.

**Tabela 6** – *Encontros de Folias de Reis* nas cidades Fluminenses

<b>Tomando por eixo a jornada 2014/2015</b>	
Ago	Casimiro de Abreu (23); Itaboraí (23)
Nov	Macaé (22)
Dez	Cantagalo (7); Itaperuna (26); São Sebastião do Alto (6 e 7)
Jan	Barra Mansa (11); Belford Roxo (11); Cabo Frio (6); Duas Barras (4); Laje do Muriaé (20); Nova Friburgo (24 e 25); Paraty (6); Paty do Alferes (6); Rio das Flores (4); São Fidelis (24); Trajano de Moraes (17 e 18); Valença (5 e 6); Vassouras (2 e 3); Volta Redonda (10)
Fev	Macuco (31/1 e 1/2)
Mar	Cardoso Moreira (24)
Abr	Cordeiro (11 e 12)

Também identifiquei que cinco municípios têm feito *Encontros* no passado recente, mas não para este último ano (2015). São eles: Italva, Magé, Queimados, Teresópolis e Três Rios. Temos, então, um total de vinte e oito municípios realizando *Encontros* com certa regularidade, bem próximo do número apurado por Furtado. Há que se observar, ainda, que Casimiro de Abreu e Itaboraí realizam seus *Encontros* como parte das atividades dos seus *Festivais de Folclore* em agosto.

Como mencionei na introdução deste capítulo, foi a observação do *Encontro de Folias* de Valença de 2015, que me inspirou questões a respeito da relação entre os grupos de *Folia* e o poder público municipal, motivando-me a estudá-la. Logo nos primeiros contatos com o presidente da AGFORV percebi que o *Encontro* de janeiro é uma prática consolidada – são mais de quarenta anos – portanto, não há muito o que discutir, além de pressionar o Prefeito por uma ajuda financeira para manutenção dos grupos, questão que tratei no subcapítulo 3.1. Mas, por um golpe de sorte – ou intervenção dos *Santos Reis* – iniciava-se um debate na Associação para a realização de um evento inovador no município: um *Encontro de Palhaços*.

Percebi que o debate entre os *foliões* teve início após a comunicação aos associados da AGFORV – em 3 abril de 2015 – que a Prefeitura tinha designado uma verba para sua realização. Foi na primeira reunião da Associação da qual participei e que contou com a participação do Secretário de Cultura e Turismo, conforme relatei no subcapítulo 3.1. Tive a

impressão de que o tema ainda não tinha sido debatido com todo grupo. Estava, aparentemente, restrito a direção da Associação, particularmente ao Presidente (Chico) e ao Diretor de Eventos (Cacá). Desde então, até a última reunião realizada antes do *Encontro*, o assunto foi tema obrigatório.

Na reunião do dia 20 de Maio tive certeza das minhas impressões quanto a centralização da decisão sobre a realização do evento: Cacá teve que explicar, às vésperas da data inicialmente definida para o mesmo (6 de Junho) o porque de tê-lo proposto. Ele explicou que teve a ideia quando alguns *palhaços* o procuraram para reclamar da condição (em segundo plano, atrás da igreja) em que realizam suas brincadeiras. Falou da intenção de valorizar os *palhaços*. Disse, entretanto, que parecia ser necessário confirmar isso com um universo maior de participantes. Era uma evidência de que o *Encontro de Palhaços*, evento com o qual a Prefeitura já contava na programação cultural da cidade, e para o qual já tinha designado verba, podia não acontecer! Decidiu-se que uma reunião, envolvendo o maior número possível de *mestres-palhaços* deveria ser agendada. A data de 6 de Junho já não era mais viável!

A definição da data do evento pareceu estar diretamente ligada ao comprometimento ou não dos *mestres-foliões* e *mestres-palhaços* com o mesmo. Ainda na reunião do dia 20, um dos *mestres-foliões* presentes comentou que teria dificuldade de mobilizar seus *palhaços* uma vez que, fechada a *Folia* (no dia 6 de janeiro), eles não vestem mais a *máscara*, a começar pelo *mestre-palhaço*, seu filho. Outro *mestre-folião* propôs que o *Encontro* fosse, então, feito durante a *jornada*, resolvendo, assim, o problema. A sugestão não foi bem aceita por alguns, incluindo a direção da AGFORV (Chico, Cacá e Alberto). Alberto, que exerce a função de Secretário da Associação, com a serenidade que lhe é peculiar e a autoridade dos seus 72 anos, justificou a realização fora da *jornada* argumentando que as mudanças ocorrem ao longo do tempo, e citou como exemplo de mudança o crescimento do número de *palhaços*. Na reunião seguinte ele reviu seu posicionamento, mostrando-se favorável a realização durante a *jornada*.

A reunião com a presença de *mestres-palhaços* aconteceu em 31 de maio. A proposição para realização do *Encontro* dentro da *jornada* foi inicialmente dominante, apresentada por um *mestre-palhaço* (aquele cujo pai já tinha se manifestado na reunião anterior) e apoiado por outros. Foi sugerida a tarde do dia 31 de Dezembro, já que, nesse dia, é praxe as *Folias* não circularem. A direção da AGFORV colocou que existem restrições, inclusive por parte da Câmara de Vereadores, para certo número de eventos de uma mesma entidade, em datas muito próximas. Atualmente a Associação já toma dois dias (o que dobra o

custo do evento) de janeiro para o *Encontro de Folias* tradicional. Seria muito difícil emplacar um terceiro dia. Chico adicionou que a situação atual é ainda mais crítica porque, em função dos cortes de gastos federais, o orçamento municipal de 2015 para a cultura sofreu um corte de 41%. Outros argumentos foram apresentados em favor de uma nova data, que seria em Agosto: (i) a importância de manter bom relacionamento com a Prefeitura que via com simpatia o *Encontro* no mês do *Dia do Folclore*; (ii) o interesse de pessoa “de posses” que se interessou em ver o *Encontro* e sinalizou desejo de contribuir financeiramente com as *Folias*.

Achei curioso ninguém ter aventado dois fatores que considero relevantes, que atuariam desfavoravelmente a data de 31 de Dezembro: (i) no horário da tarde o calor é ainda mais intenso, tanto que, esse foi um dos motivos que me foram apresentados para as *Folias* urbanas (a maioria) só saírem para *visitar* os *devotos* no final do dia; (ii) o risco de esvaziamento de público do *Encontro* tradicional, dada a proximidade de datas. Esse último foi vislumbrado pelo Duílio Guarine, que externou, com preocupação, no depoimento que me concedeu no início de agosto.

A questão do fardamento fora da *jornada* estava no cerne da discussão. Chico chegou a sugerir que o *mestre-palhaço* que não se sentisse confortável para vestir-se como tal durante o evento, comandasse o seu grupo em traje comum. Imediatamente alguém questionou o óbvio: “mas se o mestre-palhaço não quiser se fardar, os demais palhaços vão querer?!” O clima tenso ainda não tinha atingido o seu ápice! Isso aconteceu quando Cacá, Diretor de Eventos e autor da ideia do *Encontro de Palhaços*, disse que, ele próprio, se fosse *mestre-palhaço* não se fardaria fora da *jornada*! A situação foi salva pela sugestão conciliadora do *mestre-folião* Serginho: esse primeiro *Encontro* seria em Agosto, mas, para o futuro, tentariam o dia 31 de Dezembro. A proposta foi calorosamente aceita pelo grupo!

A tranquilidade não iria durar muito tempo. Chico convocou uma nova reunião para o dia 19 de Junho. O Secretário de Cultura e Turismo queria antecipar o *Encontro de Palhaços*. A proposta era de inseri-lo na programação do evento anual regional *Festival Vale do Café*, entre 16 e 19 de Julho. Chico apresentou a proposta demonstrando simpatia pela mesma e argumentando que facilitaria a divulgação do *Encontro de Palhaços*. Observei que os presentes pareciam surpresos, assim como eu, afinal, depois da tensa reunião anterior... Começaram por questionar um possível atropelo tendo em vista a grande quantidade de *palhaços*, a diferença de público (quem se interesse por *Folia*, nem sempre se interessa por outras atrações e vice-versa). Um dos presentes também trouxe outra proposta de data para o *Encontro*: o dia do aniversário de Valença (final de setembro) que não tem recebido qualquer tipo de comemoração. Essa mesma pessoa se mostrou surpresa com a proposta já que o Chico

tinha defendido a data de 22 de agosto, inclusive em função de esperada visita de certa pessoa ilustre que manifestou interesse em ajudar as *Folias*. Como de praxe, boa parte dos presentes se manteve em silêncio. Chico foi ajustando a postura inicial se declarando pronto à acatar a decisão do grupo. A questão continuou em debate mais um pouco, sem definição. Então, saindo da condição de observadora, tive o impulso de entrar no debate. Pedi licença e me desculpei pela intromissão, no que fui contestada, posto que, como tenho estado presente às reuniões, estaria no direito de me expressar. Falei que “meu coração ficou apertado” com a nova proposta. Que o movimento de *Folia de Reis* de Valença tem envergadura para fazer um evento exclusivo de um dia, até mesmo dois como acontece no *Encontro* tradicional das *Folias*. Que seria lamentável que o evento sobre qual tanto se debateu, chegando com dificuldade a um acordo entre os associados para que se realizasse, a título de experiência, no próximo 22 de agosto, fosse agora abandonado. Quanto ao argumento de “facilitar a divulgação”, discordei, pois, atualmente, o mais abrangente mecanismo de divulgação é a *internet* e isso poder ser feito com baixíssimo custo<sup>66</sup>. Sobre a sugestão do *Encontro* ser realizado no dia do aniversário de Valença, alertei sobre um possível risco de outras instituições/grupos que, mesmo sem nunca terem tomado nenhuma iniciativa para realizar algo na referida data, reclamem seu direito de também celebrar o aniversário do município, minando a ideia de um evento exclusivo. Sugeri que um ou dois grupos fossem ao evento de Julho para representar o movimento das *Folias*, mas que não se abandonasse a ideia de um evento exclusivo e a data de 22 de agosto, já que estava acordada, inclusive, com outros participantes ausentes da reunião em curso.

Alguns foliões se apressaram em concordar comigo. Tive até a pretensiosa impressão que eu apenas verbalizei o que eles queriam dizer e não estavam conseguindo. Chico, que já havia abandonado a posição simpática a Julho, que, a meu ver, refletia a ambiguidade de sua posição – representante dos grupos de *Folia* ao mesmo tempo em que é funcionário da Secretaria de Cultura –, concordou plenamente. Pediu, então, para formar uma pequena comissão para comunicar ao João Ewerton a decisão do grupo, avaliando que o mesmo é uma pessoa sempre pronta a ouvir. Quatro pessoas aceitaram acompanhá-lo no encontro. Vislumbrei nesse pedido uma estratégia do Chico para se fortalecer ante a pressão do chefe, para melhor defender a posição majoritária da reunião.

Logo percebi que prejudiquei a minha pesquisa, pois não esperei para verificar o nível de autonomia do grupo para resistir às tentativas de manipulação por interesse ou

---

<sup>66</sup> Esqueci de citar a rádio local, que por uma fala ou outra nas reuniões, parece ser um meio de divulgação considerado eficaz pelos grupos de *Folia*.

conveniência externa aos dos grupos de *Folia*. Mas as reações positivas em relação a minha interferência me deixaram confiante de que dei uma contribuição positiva ao grupo.

Acompanhei a reunião da pequena comissão com o Secretário, que transcorreu tranquilamente. O Secretário aceitou a manutenção da data do *Encontro* para Agosto, mas solicitou que quatro grupos se apresentassem no dia do evento *Festival Vale do Café*, pois não haveria outras atrações. Conversaram sobre o movimento das *Folias*, suas histórias pitorescas, e outros temas amenos. O secretário mostrou vídeos de movimentos folclóricos de outros lugares, com ênfase em dois vídeos de meninos tocando viola com maestria. Comentou que entendia que a exibição desses vídeos aos jovens valencianos poderia ser um estímulo para que se interessassem por aprender instrumentos, mas nenhuma proposta concreta emergiu da conversa. Não pude comparecer ao *Festival Vale do Café* para observar se e como os grupos atenderam a demanda do Secretário.

A dinâmica do *Encontro de Palhaços* foi a mesma do *Encontro* tradicional de Janeiro, exceto pela colocação de um pequeno (em relação à dimensão do palco) tablado, à frente e abaixo do palco, para exibição dos *palhaços*. *Mestre*, demais músicos e *bandeireiro* subiam ao palco e executavam sua cantoria. Observei que os versos falavam sobre a temática central das *Folias*, o nascimento de Jesus, mesmo estando fora do período natalino. O tempo da cantoria não diferiu em relação ao tempo concedido no *Encontro* tradicional (em torno de vinte minutos). Essa foi uma questão também debatida em algumas reuniões nas quais se propunha uma redução desse tempo que, pelo que entendi, pretendia fortalecer o protagonismo dos homenageados da festa: os *palhaços*. Mas não foi aceito. A apresentação de cada grupo ficou então, mais demorada que no *Encontro* tradicional, já que os *palhaços* faziam, após a cantoria, sua exibição no tablado, para só então o outro grupo subir ao palco para apresentação. Estimo que esse tempo prolongado, somado ao atraso de duas horas para início do evento (programado para as 17h, começou às 19h), atraso esse que sempre acontece, como informou Chico, contribuiu significativamente para o esvaziamento de público que, no início, tomava boa parte do adro da igreja. Por volta de uma hora da manhã, na apresentação do último grupo, o adro estava praticamente vazio de observadores.

O evento (Anexo C) foi apresentado por Chico e Cacá e contou com a participação de oito grupos. Apesar de corresponder a apenas 45% do total de grupos filiados a AGFORV, foi um número compatível com a quantidade que se apresenta em cada uma das duas noites do *Encontro* de Janeiro. O número de *palhaços* variava de grupo para grupo, porém todos apresentaram bem menos *palhaços* do que os que se veem no *Encontro* tradicional. A redução foi atribuída, principalmente, ao fato do evento estar se realizando fora do período da *jornada*.

Como de praxe, em cada intervalo entre um grupo e outro, os apresentadores repetiam os agradecimentos ao Secretário João Ewerton, que esteve presente ao longo de todo o evento. O nome do Prefeito (ausente) também foi citado com regularidade. O palco foi decorado, ao fundo, com um grande *banner* que tinha, ao centro, a imagem da Sagrada Família; em uma ponta o nome da AGFORV e, na outra ponta, o nome da Secretaria de Cultura e Turismo.

Ao longo das reuniões que presenciei, principalmente quando se discutia o *Encontro de Palhaços*, o tema da conduta do *palhaço* era recorrente. Além de recomendações sobre os versos a serem apresentados (“não podem ter palavrões, não podem ter ofensas”), o Regulamento, aprovado em Assembleia da AGFORV, era citado, repetindo as restrições tais como a não utilização de máscara de carnaval, não fazer provocações, não emprestar máscara, não acompanhar-se (ostensivamente) de namorada, uso de carteira de identificação, e a proibição de bebida alcoólica ou drogas ilícitas. Para esta última, há penalidades explícitas no Regulamento:

Art.03 – É proibido o uso de bebidas alcoólica e drogas ilícitas. O infrator será punido com afastamento do grupo e da associação que o julgará por sua infração: (a) infração leve, afastamento por 1 ano de todos os grupos associados; (b) infração grave, afastamento por 3 anos dos grupos associados e retenção da carteirinha de sócio.

Por isso fiquei surpresa quando vi significativo espaço do adro da igreja tomado por uma barraca com exibição ostensiva de bebida alcoólica. Apesar de imagens de alimentos destacarem-se na fachada da barraca, a oferta era mínima. Tanto que eu e amigos tivemos que ir à rua, à procura estabelecimento para um lanche.

**Foto 13** – Barraca no *Encontro de Palhaços*



Fonte: Arquivo próprio.

Posteriormente questionei ao Chico, considerando sua posição de presidente da AGFORV, organizadora do evento, sobre a permissão para venda ostensiva de bebida alcoólica, tendo em vista a preocupação com o consumo excessivo de bebida alcoólica pelos *palhaços*. Chico explicou que, ao contratar uma empresa para montagem da estrutura, é concedida a ela liberdade para exploração econômica do espaço. A preferência por essa empresa (Santana Produções) seria porque ela tem apoiado o evento, mesmo quando não são disponibilizados recursos para contratá-la.

De 2004 pra cá, nós tivemos uns cinco anos direto de ajuda com apoio do Padre Medoro, da Regina Fonseca. Às vezes tinha do poder público, às vezes não. Quando não tinha, premiação, tenda, certificado, lanches era a Santa Produções que fornecia. Eles sempre ajudaram com alguma coisa. (Chico da Folia)

Vemos que o processo de idealização, planejamento e execução do *Encontro de Palhaços*, se dá através de negociações, onde estão objetivamente situados diferentes atores, com diferentes interesses. Arrisco reconhecer aí a possibilidade de pensar o processo em questão, tomando por referência o conceito de *campo* de Bourdieu. Isto porque a teoria do *campo* parte de uma perspectiva relacional, configurando *campo* como um espaço de relações objetivas, como as que observei empiricamente. Bourdieu orienta que “compreender a gênese social de um campo, é apreender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o

sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram [...]” (BOURDIEU, 1989, p.69). Embora meu propósito não seja compreender a gênese social do microcampo em questão, mas apenas identificar e caracterizar as forças que nele interagem, ao longo da exposição sobre minhas observações empíricas, procurei dar visibilidade ao “jogo” que ali se desenrola. Os “lances” dos jogadores são quase sempre sutis. Em alguns momentos se materializam no silêncio (sugerindo discordância), na ausência (não comparecer para um compromisso para expressar protesto contra algo), no pedido (que disfarça uma exigência)...

Pensando os atores desse processo, tento categorizá-los, identificando o “cacife” com o qual participam do “jogo”. Começo pelo agente institucional, que negocia lastreado no capital econômico (detentor dos recursos materiais para realização do evento) e de certo capital simbólico (a autoridade inerente a sua função de agente do Estado): trata-se do Secretário de Cultura e Turismo, que tanto atua em defesa de suas próprias propostas, como em defesa das determinações do Prefeito. Temos os *mestres (foliões e palhaços)*, detentores do saber-fazer tradicional e da ascendência sobre as pessoas que compõem o seu grupo (capital simbólico), comprometidos com a defesa dos *fundamentos* da *Folia*. Temos ainda um elemento cambiante, o Chico da Folia que, embora com raízes fincadas na *Folia*, e comprometimento com os interesses de seus pares, os *mestres-foliões*, deve também zelar pelos interesses do órgão que conferiu status a sua ligação trabalhista com a Prefeitura, a Secretária de Cultura e Turismo. Finalmente temos a empresa que produz o evento que, tendo construído uma relação de reciprocidade com a AGFORV, é regularmente contratada para tal. As regras de contratação conferem-lhe o direito para explorá-lo economicamente, com liberdade para gerar situações curiosas como o caso da barraca de bebidas que relatei. Apesar de sua participação no “jogo”, não detém “cacife” suficiente para interferir no resultado da “partida”.

O processo incluiu divergências de pontos de vista. Pelo lado dos *mestres*, o posicionamento oscilou entre o maior ou menor comprometimento com a realização do evento. As argumentações variavam quanto a conferir prestígio aos *palhaços*, manter bom relacionamento com a prefeitura, possibilidade de atrair o interesse de pessoas “de posses” para “ajudar” os grupos, dentre outros. Pelo lado da Secretaria, argumentou-se pela valorização da *Folia de Reis* como “identidade cultural” do município, e sua contribuição para fortalecer o turismo. O evento se realizou, como proposto. Numa tentativa de avaliá-lo como bem sucedido ou não, tomando como parâmetro o *Encontro* tradicional de Janeiro, o resultado não é o melhor: compareceu um número bem inferior de *palhaços* (os próprios

homenageados), assim como público, que foi substancialmente menor. Entretanto, devemos considerar que, apesar de sua dinâmica praticamente idêntica a dinâmica do *Encontro* tradicional, bem prestigiado pelo público, *foliões* e *palhaços*, a data – Agosto – é uma completa novidade no contexto da *Folia de Reis* de Valença.

Podemos pensar que a realização desse novo evento – o *Encontro de Palhaços* –, anunciado com o propósito de valorizar a *Folia de Reis*, esta percebida como patrimônio cultural pelos seus detentores, comunidade e autoridades locais, teve como motivação prioritária uma tentativa de fortalecimento do turismo no município. Fortalecer o turismo cultural é, naturalmente, uma meta para o atual Secretário, que, como já mencionei, se declara convicto de que “o futuro de Valença” está nesse segmento econômico, e regularmente enfatiza o papel fundamental da *Folia de Reis* na empreitada.

José Reginaldo Gonçalves aponta um progressivo estreitamento da ligação entre patrimônio e mercado, incluindo o segmento turístico. No seu entendimento, essa conexão não é recente, e é definidora da condição para a categorização de um bem como patrimônio, que tem por singularidade ser inalienável. Ou seja, não pode ser vendido, mas pode ser “consumido” como “experiência”.

A própria “inalienabilidade” dos bens que integram os patrimônios pode tornar-se uma forma de mercadoria nos contextos contemporâneos, agregando valor aos objetos [materiais ou imateriais] e transformando-os em alvo de interesse turístico. Este último, embora representado tendencialmente de forma negativa e destrutiva, parece ser, na verdade, uma das fontes para a existência social e cultural do patrimônio. (GONÇALVES, 2007, p.244)

Refletindo sobre os bens chancelados como “patrimônio” pelas agências do Estado, aponta a existência de situações em que esses são “explorados de formas diversas pelo mercado, [mas] não chegam a encontrar respaldo ou reconhecimento junto a setores da população” (GONÇALVES, 2007, p.245). Opina, então, que existem limites nessa relação entre mercado e patrimônio, que se não observados, podem prejudicar os próprios interesses da indústria turística. Esses limites estariam configurados no conceito de “ressonância” de Stephen Greenblatt, que adiciona à sua análise:

Por ressonância eu quero me referir ao poder de um objeto exposto atingir um universo mais amplo, para além de suas fronteiras formais, o poder de evocar no expectador as forças culturais complexas e dinâmicas das quais ele emergiu e das quais ele é, para o expectador, o representante. (GREENBLATT apud GONÇALVES, 2007, p.246)

Creio ser possível aplicar as reflexões de Gonçalves sobre a *Folia de Reis* de Valença, mais especificamente sobre a introdução de um novo compromisso na dinâmica da manifestação: a realização do *Encontro de Palhaços*. Há que se pensar na ressonância, não apenas junto ao público que o aprecia, mas também junto ao significativo número de participantes – *foliões* e *palhaços* – indispensáveis à sua realização. Se o novo *Encontro* será acolhido na construção da memória e na conformação da identidade coletiva da comunidade de *Folia de Reis* de Valença, só o tempo dirá.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encontramo-nos num cenário em que organismos internacionais têm estimulado seus Estados-membros a agir no sentido de salvaguardar as culturas populares. São recomendadas ações de valorização e fomento a partir do reconhecimento do “patrimônio cultural imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2005). O Brasil vem abraçando essa proposta, contemplando-a no processo de reformulação das políticas culturais que vem empreendendo desde 2003. Temos hoje um Sistema Nacional de Cultura incorporado à Constituição Federal, e um Plano Nacional de Cultura implementado. Ambos construídos com ampla participação da sociedade, conferindo tarefas e responsabilidades aos três níveis de governo. O acesso mais democrático a recursos públicos tem aberto possibilidades aos grupos de culturas populares, até então ignorados pelo único mecanismo institucional de impacto no financiamento da cultura: as leis de incentivos pela renúncia fiscal. Ainda em vigor, esses mecanismos tem favorecido a concentração dos patrocínios em regiões e segmentos culturais que proporcionam maior visibilidade ao nome da empresa ou de seus produtos.

Desde 2004 o projeto *Cultura Viva* (*Política Nacional de Cultura Viva* em 2014), vem estendendo a ação do Ministério da Cultura a comunidades localizadas em regiões remotas e grupos populares estabelecidos no campo ou na periferia das cidades. Editais para financiamento de atividades culturais ou para concessão de prêmios têm sido os mecanismos utilizados, com destaque para a ação *Ponto de Cultura*. Ambos demandam esforço dos grupos populares que devem atender demandas burocráticas e outras exigências, construídas dentro de uma lógica universalista, nem sempre compatível com a lógica tradicional em que operam. O mesmo se dá com os processos de patrimonialização.

A *Folia de Reis* integra a diversidade da cultura popular brasileira. Encontrada em quase todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, tem forte expressão no município de Valença. Os grupos, organizados numa ativa Associação, têm interagido com o Estado, em diferentes níveis, buscando aproveitar as novas oportunidades. Também são estimulados pelo poder público local, posto que a projeção de uma ativa cultura popular local também projeta o respectivo município, inclusive no cenário turístico.

Nessa pesquisa estudei as relações entre a *Folia de Reis* de Valença e os agentes e mecanismos institucionais, tanto no nível federal e estadual, como no nível municipal, que se intensifica nesse cenário de valorização das culturas populares pelas políticas públicas.

No âmbito municipal, o poder institucional tem valorizado a aproximação com os grupos de *Folia de Reis*. Uma das evidências é a escolha do presidente da Associação de *Folias* (AGFORV), o *mestre-folião* Chico da Folia, para uma das assessorias da Secretaria de Cultura e Turismo do município. Essa aproximação parece apostar mais no fortalecimento de laços de amizade e lealdade, conferindo prestígio simbólico à manifestação e seus integrantes, do que na concessão de ajuda financeira. Apesar da destinação de modesta quantia em 2015, encontrei pessoas bastante insatisfeitas com a ausência de recursos para os grupos nos três anos anteriores. O planejamento e realização de um novo evento anual – o *Encontro de Palhaços* – e de oficinas de artesanato envolveu negociações que foram por mim observadas e analisadas, revelando momentos de tensão e de harmonia entre os próprios membros dos grupos, e entre esses e o poder público local. Vale notar que os interesses do poder local muitas vezes tiveram o próprio Chico da Folia, como porta-voz. Uma ambiguidade que, a meu ver, Chico tem conseguido contornar habilmente. Entendo que, dessa relação, prevalece a perspectiva de trocas e compensações: a Prefeitura confere prestígio simbólico e algum recurso financeiro aos grupos de *Folias*, e esses – através da Associação – retribuem repetindo, a cada breve intervalo nos eventos que realizam, referências à Prefeitura e à Secretaria, e aos nomes de seus titulares.

No âmbito federal e estadual, a interação entre Estado e as culturas populares se dá através da inscrição nos editais de fomento e de prêmios que aquele disponibiliza. A AGFORV foi contemplada por alguns desses editais, sendo um deles o *Ponto de Cultura*. A proposta foi a de atender não só as demandas da *Folia de Reis* mas de outras manifestações locais identificadas pela afrodescendência. A mediação de uma autoridade eclesiástica local, o padre Medoro, que apresentou Chico a um representante do Ministério da Cultura foi decisiva para a inscrição no Edital. Este lhe deu as primeiras orientações, tanto quanto aos editais disponíveis quanto a aspectos na construção do projeto que o valorizariam sob a ótica do

Estado. Desde que assumiu a presidência da AGFORV, Chico tem passado por um processo de aprendizado dos códigos através dos quais são materializadas as políticas culturais, que podemos chamar de “alfabetização patrimonial”. Contou, para isso, tanto com o seu empenho como com as orientações de mediadores, como o padre Medoro. Outros certamente cruzaram o seu caminho, pois não desperdiça a possibilidade de qualquer aprendizado quando estabelece um novo contato. Vou citar dois exemplos que testemunhei.

Um representante regional do Ministério Público Federal fez reuniões isoladas com lideranças comunitárias, que ele atendeu como presidente da AGFORV, cuja proposta, como anunciado pelo procurador, era a de explicar a população como a Instituição pode atuar em defesa dos interesses comunitários. A questão que o Chico levou foi como viabilizar ou facilitar a desapropriação de um determinado imóvel para implantação de um Centro Cultural reunindo as diversas manifestações de afrodescendentes do município, sob a coordenação da AGFORV. Nesse dia Chico aprendeu sobre um dos benefícios do processo de patrimonialização, pois o procurador explicou que se a *Folia de Reis* já tivesse o *Registro* como Patrimônio pelo IPHAN, as condições para a desapropriação seriam mais favoráveis.

O segundo exemplo de contato em que ele identificou potencial para algum aprendizado foi comigo mesma. Percebendo que eu estava num processo de acumulação de conhecimento no campo das políticas públicas para a cultura, fui acionada algumas vezes. Aprofundi um pouco meus estudos para orientá-los em questões envolvendo a atuação do Conselho Municipal de Cultura, do qual ele é atualmente presidente, a integração do município com o Sistema Nacional de Cultura e constituição do Fundo Municipal de Cultura.

Qual será o impacto de tantos contatos externos, novos aprendizados e status diferenciado para o *mestre-folião* Chico da Folia e para seus pares? De minhas observações estimo que a identidade do Chico como *mestre-folião* não se perdeu em meio a tantas novas atribuições e novos grupos com os quais se interage. Ela é sempre dominante. Em relação a seus pares, parece prevalecer a postura de confiança na sua condição de representante do grupo. Tem havido uma centralização do conhecimento adquirido e fortalecimento do Chico como único mediador entre os grupos e os agentes e mecanismos institucionais. Avalio que, dentre os fatores que levam a isso, está sua autopropulsão, aliada a uma vocação centralizadora, comum aos *mestres-foliões*, bem como um possível desinteresse por parte dos colegas em se engajarem ativamente nas ações que levam a aquisição de novos conhecimentos e seus desdobramentos. Uma eventual interrupção da atuação do Chico poderia significar um retrocesso para a AGFORV no entrosamento com as políticas públicas de valorização e fomento das culturas populares.

Minhas observações sobre os *Encontros de Folias* anuais (o de 2016 foi o 45º), realizados sob a organização da AGFORV, identificaram uma substancial cumplicidade da população valenciana com a manifestação. O comparecimento é estimado em dez mil pessoas, na soma dos dois dias (5 e 6 de janeiro) do evento. Já o *Encontro de Palhaços*, uma novidade no município, apesar de ter quase a mesma dinâmica do *Encontro* tradicional de Janeiro, não se equiparou àquele em termos de público. Possivelmente como efeito da data – o mês de Agosto – a qual a comunidade não está acostumada. O tempo apontará se haverá ou não “ressonância” dessa novidade junto ao público e a todo o conjunto de *Folias*, já que, nesse primeiro *Encontro*, apenas oito dos dezoito grupos filiados a AGFORV participaram.

Minha pesquisa incluiu familiarizar-me com o processo de patrimonialização das *Folias de Reis Fluminenses*, cujo *Inventário* vem sendo realizado a partir de parceria entre IPHAN e UERJ, através de amostragem de municípios (quinze), que não incluiu Valença. Sendo aprovado o *Registro* das Folias como Patrimônio Cultural do Brasil pelo IPHAN, este se aplicará a todo o Estado do Rio de Janeiro, e não apenas aos municípios contemplados com o *Inventário*. De acordo com a coordenadora deste, Cáscia Frade, a documentação está sendo finalizada.

A possibilidade de empreender um “desenvolvimento sustentável” através da produção de cultura tem dado centralidade à dimensão econômica do patrimônio cultural em detrimento de sua dimensão simbólica.

o bem cultural, como qualquer outra mercadoria, está sujeito a um processo sistêmico que envolve as fases de produção, distribuição e consumo. Adotar essa perspectiva se justifica na medida em que é possível constatar que a cultura vem progressivamente se transformando num dos segmentos mais dinâmicos da economia e fator de desenvolvimento econômico e social. Além disso, [...] têm entre suas características a singularidade, a unicidade e a raridade, [que] tendem a ser valorizados, pois quanto mais raro um produto, maior o seu preço. (MINC, 2011, p.35)

Estabeleci diálogos entre minhas observações e outras pesquisas publicadas que abordaram a questão em relação às culturas populares, contemplando diferentes pontos de vista. Alguns veem positivamente o estímulo econômico, como meio dos grupos populares conquistarem autonomia financeira, além de atender suas expectativas de reconhecimento e prestígio. Outros duvidam de que sejam realmente os detentores dos saberes tradicionais os efetivos beneficiários dos ganhos materiais. Também temem pelas concessões que esses estariam sendo pressionados a fazer, para ajustar-se às exigências do mercado turístico e do entretenimento, com possíveis impactos à dimensão simbólica de suas práticas culturais. As

concessões seriam inevitáveis tendo em vista a relação assimétrica de poder entre as partes envolvidas.

A *Folia de Reis*, em Valença ou em todo o Estado do Rio, não tem a projeção de um produto turístico-cultural como, por exemplo, o Bumba-Meu-Boi do Maranhão. Logo sua exposição às pressões da indústria turística é modesta, não tendo a segunda força suficiente para impor exigências, devendo abrir-se a negociações. *Os foliões* de Valença demonstram estar convictos dos valores e crenças nos quais alicerçam sua expressão de arte e religiosidade, se empenham no fortalecimento das relações de afeto entre os membros de seus grupos, e de respeito entre os grupos. Mas as ingerências externas, fundamentadas em outros valores e outras lógicas, vão interagindo de forma sutil. Influências exógenas e diálogo com o outro fazem parte da dinâmica cultural, inclusive no âmbito das culturas populares. Nas últimas décadas, entretanto, tais influências vem impregnadas com a percepção de potencial de geração de renda e lucros para os agentes externos. As transformações provocadas no interior das manifestações populares, aos quais seus integrantes se abriam, seduzidos pelo discurso de ganhos materiais e reconhecimento, podem trazer consequências indesejáveis, só percebidas por esses muito mais tarde. Talvez tarde demais para qualquer ajuste. O alerta é de Maurice Halbwachs:

Sem dúvida ele [o grupo] está sob a ação de uma ilusão quando crê que as analogias sobrepujam as diferenças, porém lhe é impossível dar-se conta disso, uma vez que a imagem que fazia de si mesmo outrora, transformou-se lentamente. (HALBWACHS, 1990, p.89)

## REFERÊNCIAS

ABREU, Regina. Dinâmicas de patrimonialização y “comunidades tradicionais” em Brasil. In: CHAVES, Margarita; MONTENEGRO, Maurício; ZAMBRANO, Marta. (Org.) **El valor Del patrimônio: mercado, políticas culturales y agenciamientos sociales**. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia (ICANH), 2014. p.39-66.

\_\_\_\_\_. A cultura do Mecenato no Brasil: uma utopia possível? In: NASCIMENTO JR, (org.), **Economia de Museus**. Brasília: MINC/IBRAM, 2010.

\_\_\_\_\_. A patrimonialização das diferenças: uso da categoria “conhecimento tradicional” no contexto de uma nova ordem discursiva. In: BARRIO, Angel Espina; MOTTA, Antônio; GOMES, Mário Hélio. **Inovação cultural, patrimônio e educação**. Recife: Massangna, 2010, v.1, p.65-79.

\_\_\_\_\_. Patrimônio Cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. In: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane. (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural - Diálogos Contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007, v.1, p.263-287.

AGUIAR, Leila Bianchi. **Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: o caso de Ouro Preto**. 2006. 323f. Tese (Doutorado em História Social). UFF, Niteroi, 2006.

BENDASSOLLI, P.F. et al. Indústrias criativas: definições, limites e possibilidades. **ERA-eletrônica**, São Paulo, v.49, n.1, Mar 2009, p.10-18. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v49n1/v49n1a03.pdf>>. Acesso em: 15 Dez 2014.

BITTER, Daniel. **A Bandeira e a Máscara: estudo sobre a circulação de objetos rituais na Folia de Reis**. 2008. 191f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). UFRJ, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <[http://www.proibidao.org/wp-content/uploads/2011/12/Daniel-Bitter\\_A-Bandeira-e-a-Mascara.pdf](http://www.proibidao.org/wp-content/uploads/2011/12/Daniel-Bitter_A-Bandeira-e-a-Mascara.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 21 dez. 2015.

CALABRE, Lia. Práticas culturais e processos de patrimonialização: a ação das políticas culturais e o jongo do Sudeste como um possível estudo de caso. **Estudos de Sociologia**, Recife, v.1, n.20, 2014. Disponível em:

<<http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/332/288>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Políticas culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CARVALHO, José Jorge. **O lugar da cultura tradicional na sociedade moderna**. Brasília: UNB/Instituto de Ciências Humanas/Departamento de Antropologia, 1989. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/doc/serie77.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. 'Espetacularização' e 'canibalização' das culturas populares na América Latina. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, Recife, vol. 21, p.39-76, 2010. Disponível em: <<http://www.revista.ufpe.br/revistaanthropologicas/index.php/revista/article/viewFile/189/140>>. Acesso em: 11 jan. 2016.

CASCUDO, Luis Câmara. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. 7.ed. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia, 1993.

CHAVES, Wagner Diniz. **Na jornada de Santos Reis – Conhecimento, ritual e poder na folia do Tachico**. Maceió: EDUFAL, 2013.

CUNHA, Manoela Carneiro da. **"Cultura" e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais**. In: *Cultura com Aspas*, SP, Cosac Naif, 2009, pág. 311-387

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FERNANDES, Daniel Costa. **O calango no Vale do Paraíba – Estudos Etnográficos em Duas Barras e Vassouras**. Dissertação (Mestrado em Música). UNIRIO/PPGM, Rio de Janeiro, 2012.

FONSECA, Edilberto José de Macedo. **Temerosos Reis dos Cacetes: uma etnografia dos circuitos musicais e das políticas culturais em Januária – MG**. 2009. 309f. Tese (Doutorado em Música). UNIRIO, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <[https://www.dropbox.com/s/absu0011ifxw7q4/Fonseca\\_Edilberto%20J%20M\\_Tese-Temerosos%20Reis%20dos%20Cacetes.pdf?dl=0](https://www.dropbox.com/s/absu0011ifxw7q4/Fonseca_Edilberto%20J%20M_Tese-Temerosos%20Reis%20dos%20Cacetes.pdf?dl=0)>. Acesso em: 8 fev. 2016.

FRADE, Cásia. **O saber do viver: redes sociais e transmissão do conhecimento**. Tese (Doutorado em Ciências Humanas, no curso de Educação). PUC, Rio de Janeiro, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONÇALVES, J.R.S. Os limites do Patrimônio. In: LIMA FILHO, M.F.; ECKERT, BELTRÃO, J.F.(Org.): **Antropologia e Patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**, p.239-248. Blumenau: Nova Letra, 2007. Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/PatrimonioCultural.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

HALL, Stuart. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

IPHAN. **Relatório de gestão do exercício de 2014**. Brasília: Minc/IPHAN, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Relat%C3%B3rio%20de%20gest%C3%A3o%202014%20-%20Iphan.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2015.

IÓRIO, Leoni. **Valença de ontem e de hoje: 1789 – 1952**. 2. ed. Valença: Ed. Jorge Luiz Iório, 2013.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo: PUC, Dez, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 29 Fev 2016.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **As missões da UNESCO no Brasil : Michel Parent**. Rio de Janeiro : IPHAN, COPEDOC, 2008. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc3\\_MichelParent\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/SerPesDoc3_MichelParent_m.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2016.

MACHADO, Humberto Fernandes. **Escravos senhores e café: a crise da cafeicultura escravista do Vale do Paraíba Fluminense, 1860-1888**. Niterói: Clube de Literatura Cromos, 1993.

MAGNO, Marluce. **Serenatas de Conservatória, um patrimônio cultural**. Valença: Edição do Autor, 2014. Disponível em: <<http://www.elivros-gratis.net/livros-gratis-arte.asp>>. Acesso em: 16 dez. 2015.

MINC. **Estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Brasília: Minc/SAI, 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/livro11-602-para-aprovacao.pdf/d17c52f9-3a60-4196-af5c-a6655f028f3b>>. Acesso em: 7 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. **As metas do Plano Nacional de Cultura**. 3.ed. Brasília: MINC, 2013. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/wp-content/uploads/2013/12/3%C2%AA-edi%C3%A7%C3%A3o-As-Metas-do-Plano-Nacional-de-Cultura-at%C3%A9-a-meta-20-espelhado-para-site.pdf>>. Acesso em: 13 dez. 2014.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em : <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Turismo\\_Cultural\\_Versxo\\_Final\\_IMPRESSxO\\_.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_Cultural_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf)>. Acesso em: 25 jul. 2013.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Turismo 2013 -2016**. Brasília: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/plano\\_nacional/downloads\\_plano\\_nacional/PNT\\_-\\_2013\\_2016.pdf](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_-_2013_2016.pdf)>. . Acesso em: 27 jul. 2013.

MONTE-MOR, Patrícia. **Hoje é o dia do Santo Reis. Um estudo de cultura popular no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). UFRJ/Museu Nacional/PPGAS, Rio de Janeiro, 1992.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**. Tradução: Yara Aun Khoury. São Paulo: PUC, Dez, 1993. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/viewFile/12101/8763>>. Acesso em: 29 Fev 2016.

PADILHA, Antonio Francisco de Sales. **A construção ilusória da realidade, ressignificação e recontextualização do Bumba Meu Boi do Maranhão a partir da música**. Tese (Doutorado em Música – Etnomusicologia). Universidade de Aveiro/ Departamento de Comunicação e Arte. Aveiro, 2014.

PEREZ, Léa Freitas. Antropologia das efervescências coletivas. In: PASSOS, Mauro (Org.). **A Festa na vida: significado e imagens**. Petrópolis: Vozes, 2002. p.15-58.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROTMAN, M.; CASTELLS, A.N.G. Patrimônio e cultura: processos de politização, mercantilização e construção de identidades. In: LIMA FILHO, M.F.; ECKERT, BELTRÃO, J.F.(Org.): **Antropologia e Patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p.57-80. Disponível em: Disponível em: <<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/PatrimonioCultural.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2013.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o escravo. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Affonso M. Furtado. **Reis Magos: Historia – Arte – Tradições: fontes e referências.** Rio de Janeiro: Léo Cristiano Editorial: 2006.

SOUZA, Luiz Gustavo Mendel. Ressonância em um campo dissonante. In: Reunião Brasileira de Antropologia, 29, 2014, Natal, **Anais da 29ª Reunião Brasileira de Antropologia.** São Paulo: ABA, 2014. Disponível em: <<http://www.portal.abant.org.br/index.php/45-anais/534-anais-29-rba>>. Acesso em: 15 set. 2015.

UNESCO. **Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular.** Paris: Novembro 1989. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=261>> . Acesso em: 19 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial.** Paris: Outubro 2003. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=271>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade e das expressões culturais.** Paris: Outubro 2005. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001497/149742por.pdf>>. Acesso em: 19 nov. 2014.

VILHENA, Luis Rodolfo. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964.** Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997.

\_\_\_\_\_. Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte/Fundação Getúlio Vargas, 1997. Resenha de: TRAVASSOS, Elizabeth. **Mana – Estudos de antropologia social**, v.4, n.1, p.186-188, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-93131998000100015](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131998000100015)>. Acesso em: 25 jan. 2016.

**APÊNDICES**

APÊNDICE A – Folia de Reis – Valença (RJ)  
Grupos em atividade

Mapeamento realizado entre Abril e Dezembro - 2015

	Nome do Grupo		Mestre-folião		Bairro (Distrito) <sup>(1)</sup>	Início da Bandeira	Componentes			
	Religioso Popular		Nome Profissão	Idade			Foliões	Palhaços	Total	Men 18a
1	Adoração dos Reis Magos do Oriente na Gruta de Belém Folia dos Irmãos Ferreira		Francisco José F. Ferreira <sup>(2)</sup> Func.publico (Secret. Cult. e Tur.)	50	Dudu Lopes	1974	15	26	41	2
2	Caravana Nova Aurora Folia do São Bento		José Luis Esteves (Zezinho) Func.publico (serv. gerais)	62	São Bento	1935	15	13	28	9
3	Estrela da Manhã Folia do Seu Sebastião de Quirino <sup>(*)</sup>		Amauri da Silva Fernandes <sup>(3)</sup> Trabalhador rural	33	Quirino	1910	7	5	12	0
4	Estrela do Oriente Folia do Caca do Menez		Luis Carlos Menezes Pedreiro	48	Biquinha	1975	20	70	90	24
5	Estrela do Oriente Folia do Calixto		Luis Calixto da Silva Trabalhador rural	63	Pedro Carlos (Conservatória)	2002 <sup>(5)</sup>	10	6	16	5
6	Estrela do Oriente Folia pé-no-chão		Leandro Pinho da Silva <sup>(4)</sup> Trabalhador rural	32	Chalé	1965	6	3	9	2
7	Estrela do Oriente Folia do Guto (*)		Silvino Augusto Batista (Guto) Pedreiro	44	Monte D'Ouro	2013 <sup>(5)</sup>	11	17	28	2
8	Estrela do Oriente Folia do Geraldo		Geraldo Rocha Pedreiro	36	Vadinho Fonseca	1920	25	24	49	12
9	Estrela Guia Folia do China		Paulo Roberto Tavares (P.Charrete) Func.publico (serv.gerais)	57	Biquinha	1915	12	10	22	6
10	Estrela da Fé Folia do Parreira		Antonio Firmino <sup>(6)</sup> Pintor (aposentado)	65	Cambota	2011 <sup>(7)</sup>	19	30	49	10
11	Estrela Guia <sup>(8)</sup> Folia da Sagrada Família		Wanderlei Francisco Pedreiro	47	Dudu Lopes	1955	25	15	40	6
12	Folia de Santa Clara Folia de Santa Clara		Waldir Fraga (Doca) Pedreiro	64	Serra da Glória	1983	17	35	52	15
13	Grupo de Reisado Cassimiro Folia do Marquinho		Marcos Roberto Cassimiro Sapateiro	45	Santa Cruz	1920	20	20	40	10

	Nome do Grupo		Mestre-folião		Bairro (Distrito) <sup>(1)</sup>	Início da Bandeira	Componentes			
	Religioso Popular		Nome Profissão	Idade			Foliões	Palhaços	Total	Men 18 <sup>a</sup>
14	Jornada do Divino Espírito Santo Folia do Torrada	Olivar Esteves (Torrada) Pedreiro (aposentado)	72	BNH-João Bonito	1879	20	32	52	30	
15	Estrela Guia das Comunidades Folia do Vinícius	Ilton Vinícius da Silva Esteves Auxiliar de protético	48	Ponte Funda	1985	16	25	41	16	
16	Lázaro e Maria Folia do Santo Preto	Pedro Augusto <sup>(9)</sup> Func.público (serv.gerais)	77	Aparecida	1995	8	7	15	3	
17	Pastores do Oriente Comunidade Chacrinha	Alberto Carlos dos Santos <sup>(10)</sup> Metalúrgico (aposentado)	72	Chacrinha	1964	16	25	41	10	
18	Sagrada Família Folia do Serginho	Sérgio Ricardo Rosa Eletricista	49	Rancho Novo	1990	15	6	21	4	
19	(Não tem) Amigos do Canteiro	Nelson Antonio Fraga <sup>(11)</sup> Pedreiro	51	Canteiro	1905	25	35	60	18	
20	Visita dos Magos a Belém Folia do Cacá da Biquinha	Claudinei de Paula (Cacá) <sup>(12)</sup> Enfermeiro	49	Biquinha	1980	18	23	41	4	
21	(Não tem) Folia do Barreto (*)	Antonio de Paula (Barreto) <sup>(13)</sup> Trabalhador rural (aposentado)	90	Lot. Duque de Caxias (Juparanã)	1965	23	5	28	1	
Média						16	21	37	9	

<sup>(1)</sup> Onde não aparece nome do Distrito é porque fica situado no Distrito-Sede.

<sup>(2)</sup> Presidente da AGFORV.

<sup>(3)</sup> O dono era o pai, Sebastião Fernandes, que faleceu recentemente.

<sup>(4)</sup> Recebeu a folia, em 2015, de José dos Passos da Silva (Zezinho), 62 anos (func.público - zelador de estrada).

<sup>(5)</sup> Antes, atuava em outra Folia. Nesse ano constituiu seu próprio grupo.

<sup>(6)</sup> O dono da folia é Alda Parreira, 60 anos, cozinheira.

<sup>(7)</sup> Grupo constituído para cumprir uma promessa.

<sup>(8)</sup> Folia de "sete-caixas". Veio de Barra do Pirai há 6 anos (2009).

<sup>(9)</sup> Recebeu a folia, em 2015, de Agostinho Gomes Filho, que faleceu em julho. Em novembro Pedro Augusto faleceu e a situação do grupo está indefinida.

<sup>(10)</sup> Alberto, que também é o dono da folia, atua com outro mestre.

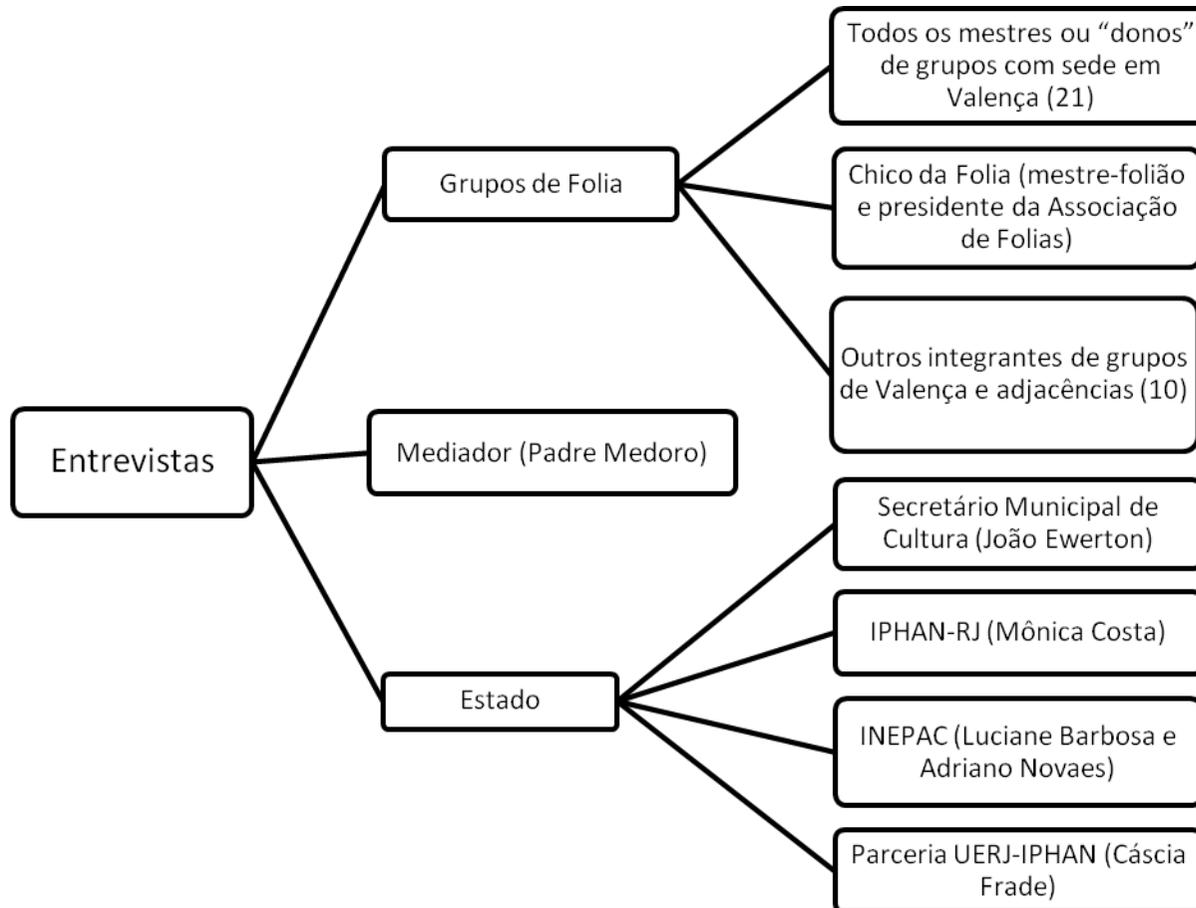
<sup>(11)</sup> O dono da folia é Sebastião Alencar Nogueira.

<sup>(12)</sup> Diretor de Eventos da AGFORV.

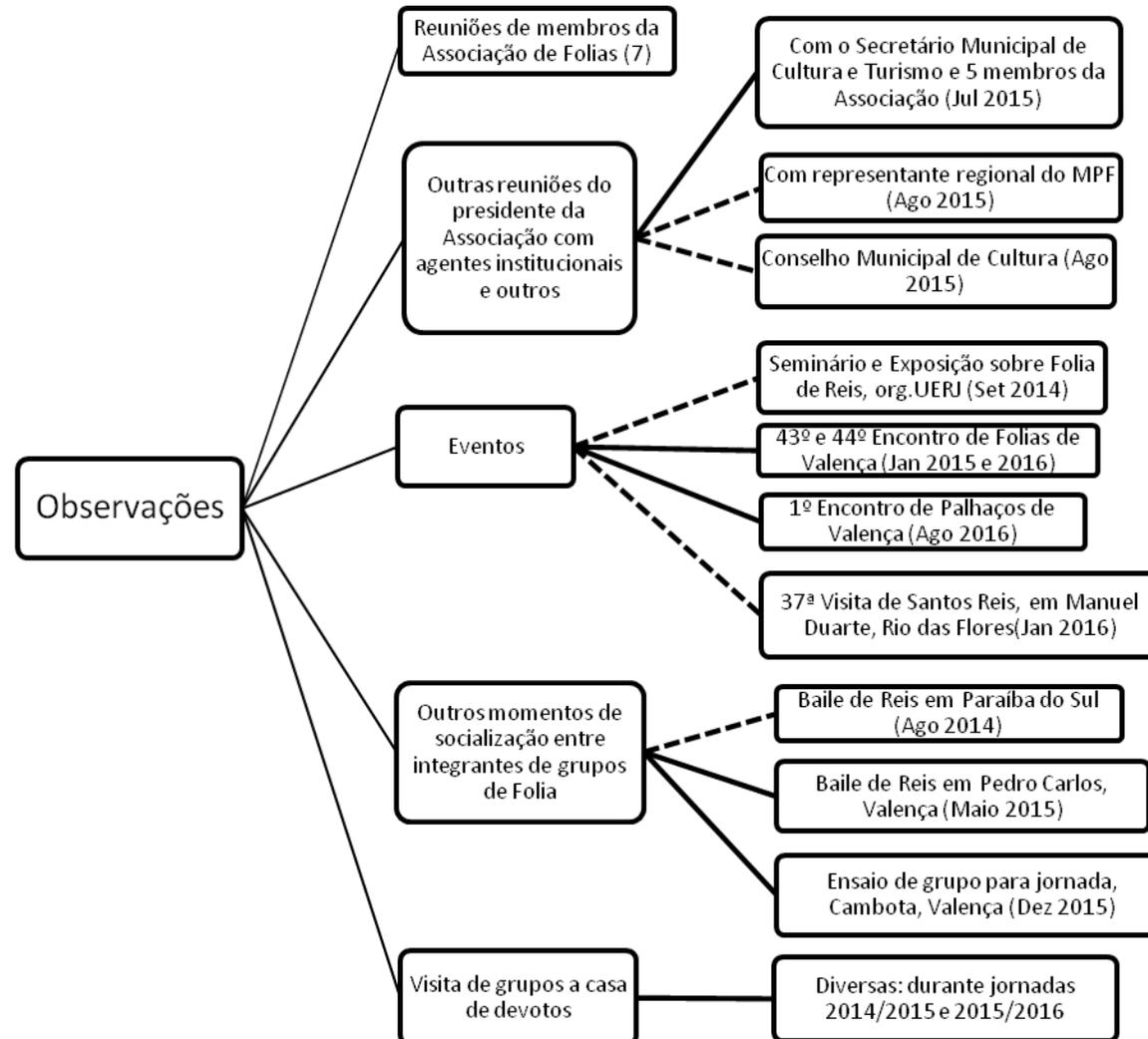
<sup>(13)</sup> Secundado pelo filho Zeca (José de Paula), 67 anos, eletricista. Folia de "sete-caixas".

<sup>(\*)</sup> Não é filiado á AGFORV.

APÊNDICE B – Pesquisa de Campo  
Entrevistas (estruturada e semiestruturada): 2014 a 2016



APÊNDICE C – Pesquisa de Campo  
Observações: 2014 a 2016



Legenda:

Traço contínuo:  
Observação Participante

Traço pontilhado:  
Observação Simples

APÊNDICE D – Metas do PNC e a tridimensionalidade da cultura  
Avaliação do equilíbrio entre as três dimensões através de palavras-chave



<b>ECONÔMICA</b>	
<b>Palavras-chave</b>	<b>Qtde</b>
PRODU/to/zir/ção/tivo... <i>(da cultura, sem audiovisual)</i>	74
CRIATIVo/a/idade	36
SUSTENTável/abilidade	19
ECONOMIa/ico	17
<b>Total</b>	<b>146</b>

<b>CIDADÃ</b>	
<b>Palavras-chave</b>	<b>Qtde</b>
ACESSo/ível/ibilidade <i>(à cultura)</i>	39
PARTICIPar/ação/ativo <i>(dos agentes)</i>	26
DIREITo/s <i>(excluindo dir.s autorais sobre prop. intelec)</i>	23
CIDADã/ao/ania	16
<b>Total</b>	<b>104</b>

<b>SIMBÓLICA</b>	
<b>Palavras-chave</b>	<b>Qtde</b>
TRADIÇÃO/ões	9
IDENTIDADE/s	8
MEMÓRIA/s	4
Decreto 3551 ou inventário <i>(patrim imater)</i>	2
<b>Total</b>	<b>23</b>

**Nota:** As indicações em itálico entre parênteses referem-se a considerações qualitativas aplicadas à contagem. Por exemplo: não foram contadas a palavra “produto” e seus derivados quando se referiam ao audiovisual, pois este segmento contempla o uso frequente dessas palavras, em diferentes contextos, não apenas no econômico.

**ANEXOS**

## ANEXO A – Folheto “Terço de Santo Reis”

Folheto distribuído pelos grupos de *Folia* na visita aos *devotos*, durante a *jornada* de 2015/2016.

### TERÇO DE SANTO REIS

**PRIMEIRO MISTÉRIO**  
No Primeiro Mistério contemplamos como a Estrela do Oriente apareceu aos Reis Magos e lhes serviu de guia no caminho a Belém, ao encontro do Menino Jesus – Rezemos para que a Estrela da Fé brilhe para todos os cristãos que andam frios e indiferentes na fé, para que voltem à Santa Igreja fundada por Cristo.  
- Pai Nosso... Ave Maria...

**SEGUNDO MISTÉRIO**  
No Segundo Mistério contemplamos como a Estrela perdeu o seu brilho ao chegar a Jerusalém; e os Reis Magos, confusos, procuram informações no Palácio de Herodes. – Rezemos para que a Estrela da Esperança volte a brilhar para todos os desempregados e para todos os que sofrem doenças, dores, solidão, tristeza, abandono, perseguição ou injustiças.  
- Pai Nosso... Ave Maria...

**TERCEIRO MISTÉRIO**  
No Terceiro Mistério contemplamos como a Estrela surgiu, após os Reis Magos terem passado por Jerusalém, e seguiu diante deles, até que chegando parou sobre o lugar onde estava o Menino. – Rezemos por nossos lares e famílias para que acolham, em todos os dias do ano, o Menino Jesus e seu Santo Evangelho, superem as brigas e cresçam na harmonia, na concordância e na paz.  
- Pai Nosso... Ave Maria...

**QUARTO MISTÉRIO**  
No Quarto Mistério contemplamos como os Reis Magos entraram na casa onde estava o Menino com sua Mãe e prostrando o adoraram e abrindo seus tesouros ofereceram como presentes: ouro, incenso e mirra. – Rezemos para que todos os batizados ofereçam os seus dons para o serviço da comunidade para que façamos da cidadania uma manifestação de nossa fé.  
- Pai Nosso... Ave Maria...

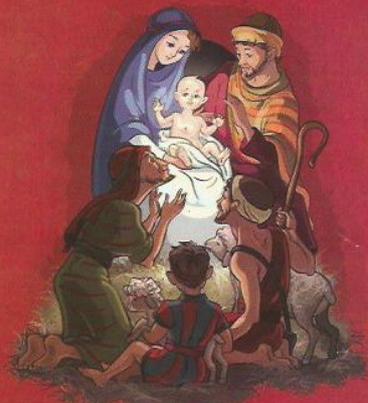
**QUINTO MISTÉRIO**  
No Quinto Mistério contemplamos como os Reis Magos foram avisados por Divinas Revelações, para que não voltassem a Herodes e seguissem para sua terra por outro caminho. – Rezemos por todos os jovens para que voltem para o bom caminho e os valores recebidos no barco, se afastem das drogas e de todo o tipo de pecado e se engajem nos movimentos da Igreja e nos grupos culturais que promovem a vida com dignidade e esperança.  
- Pai Nosso... Ave Maria...




## Natal em Valença

Santas Missões Populares das Fólias de Reis

DISCÍPULOS E MISSIONÁRIOS DE JESUS CRISTO



VISITA DE SANTOS REIS - 2015/2016

“ Abri as portas ao Salvador!  
É de paz que Ele vem falar! ”

ORAÇÃO de SANTO REIS

A você e à sua casa, que nos receberam com tanta fé e tanto carinho, deixamos as Bênçãos dos Santos Reis, Baltazar, Melchior e Gaspar.  
E o convite que eles nos fazem:  
"Vimos a Estrela de Belém! Vamos adorar o Salvador!"  
Em cada Igreja Católica Jesus Cristo se deixa encontrar. Espera cada um de nós na Santa Missa e no Círculo Bíblico.  
Jesus tem a Palavra de Deus para nos comunicar. Está sempre no sacrário, no Calix Bento e na Hóstia Consagrada, a nos esperar para ser adorado e venerado. E está sempre no irmão ou na irmã mais pobre para ser amado.  
Com Nossa Senhora da Glória, a sua Mãe bendita e São José, o pai adotivo vamos esta fé bonita viver e divulgar! Esta é a nossa lição de Missionários Populares das Fólias de Reis, que, há mais de 200 anos deixamos e queremos deixar, com os votos do Ano Novo, de Paz para ficar.

**Abraços e Bênçãos desta sua Folia de Reis,**  
Do Bairro \_\_\_\_\_  
do Mestre \_\_\_\_\_  
no dia \_\_\_\_\_ unidos à nossa verdadeira Igreja Católica Apostólica Romana e a Associação dos Grupos de Fólias de Reis de Valença.

**CONVITE**  
Convidamos você e sua família para rezar com os Santos Reis num dos Encontros das Fólias:  
- 05/JAN - 18h - Pátio da Catedral, abertura das Apresentações das Fólias de Reis.  
- 06/JAN - Missa da Epifania do Senhor e das Apresentações das Fólias de Reis, no Pátio da Catedral a partir das 18h.

Pároco Pe. Edilson Medeiros de Barros



Oh amabilíssimos Santos Reis, Baltazar, Melchior e Gaspar!  
Fostes Vós avisados pelos Anjos do Senhor sobre a vinda ao mundo de Jesus, o Salvador, e guiados até o presépio de Belém de Judá, pela Divina Estrela do Céu. Oh amáveis Santos Reis, fostes vós os primeiros a terem a ventura de adorar, amar e beijar a Jesus Menino, e oferecer-lhes a vossa devoção e fé, incenso, ouro e mirra. Queremos, em nossa fraqueza, imitar-vos, seguindo a Estrela da Verdade e descobrindo a Menino Jesus, para adorá-lo.  
Não podemos oferecer-lhe ouro, incenso e mirra, como fizestes.  
Mas queremos oferecer-lhe o nosso coração contrito e chelo da fé católica.  
Queremos oferecer-lhe a nossa vida, buscando viver unidos à sua Igreja.  
Estamos dispostos a assumir a missão de por em prática os valores cristãos, como membros ativos de nossas comunidades e paróquias.  
Esperamos alcançar de vós a graça que tanto necessitamos...  
**(FAÇA O PEDIDO PARTICULAR).**  
Esperamos, igualmente, alcançar de vós a graça de sermos verdadeiros cristãos.  
Oh bondosos Santos Reis, ajudai-nos, amparai-nos, protegei-nos e iluminai-nos!  
Derramai vossas bênçãos sobre nossas humildes famílias, pondo-nos debaixo de vossa proteção, da Virgem Maria, a Senhora da Glória, e São José.  
Nosso Senhor Jesus Cristo, o Menino do Presépio, seja sempre adorado e seguido por todos nós. Amém.  
- Pai Nosso... Ave Maria... Glória ao Pai...

**O testemunho do Mestre Evani**  
Visitado, numa situação difícil da enfermidade de sua esposa, diante da pergunta do "crente":  
"você aceita Jesus?"  
respondeu e testemunhou sem hesitar:  
"Jesus eu quero! Sou católico e sou sincero!"



## ANEXO B – Pontos de Cultura



MINISTÉRIO DA CULTURA

SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

DIRETORIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL

COORDENAÇÃO DE COOPERAÇÃO, ARTICULAÇÃO E INFORMAÇÃO

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO

**Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura (versão 1/2015)**

<b>Orientações sobre esta base de dados</b>	
Descrição resumida da base	Tabela de dados com o registro dos Pontos de Cultura já instalados no âmbito do Programa Cultura Viva e informações detalhadas das Redes de Pontos de Cultura e seus gestores.
Considerações metodológicas	A lista foi preenchida a partir de diversas fontes físicas e digitais contidas nos arquivos herdados pela SCDC. Está em fase de revisão e conclusão de preenchimento, aguardando o envio das informações das Redes e demais parceiros (via questionários). Conta com 2.870 registros de um universo de 3.500 Pontos efetivamente conveniados (situação em abril/2015). Podemos fornecer com precisão apenas a data de vigência dos Pontos conveniados diretamente com o MinC que não está colorido. A data correta da vigência de cada Ponto de Rede e poderá ser obtido junto às Secretarias de Cultura responsáveis pelas Redes. Pois, a data real de início do convênio do Ponto de Rede provavelmente é diferente da data inicial do convênio da Rede com o MinC, assim como a data final de vigência.

<b>Identificação</b>	
Fontes	Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura
Área responsável	COGIN/CGCAI/DCDC/SCDC

<b>Compilação e sistematização</b>	
Área responsável	COGIN
Versão	1
Data	9/7/2015

<b>Histórico de Atualizações</b>	
<b>Data</b>	<b>Descrição</b>
9/7/2015	Criação do relatório.

(Capa da Relação de Pontos de Cultura mapeados até 9 Jul 2015, enviada a partir de solicitação específica ao site <http://www.acessoinformacao.gov.br/sistema/site/index.html> )

## ANEXO C – Cartaz de divulgação do Encontro de Folias

# 1º Encontro dos Palhaços de Folia de Reis de Valença

## 22 AGO ★ 17hrs ★ Adro da Catedral

Neste evento estaremos homenageando nossos mestres de palhaço e seu batalhão pelos longos anos de jornada.

**PARTICIPACAO**

GRUPO DE FOLIA DE REIS DOS IRMAOS FERREIRA MESTRE DE PALHAÇO: DOUGLAS E ANTÔNIO	GRUPO DE FOLIA DE REIS DA BIQUEINHA MESTRE DE PALHAÇO: JOÃO
GRUPO DE FOLIA DONA ALDA PARRERA MESTRE DE PALHAÇO: JOAO LUIZ	GRUPO DE FOLIA DE REIS CASSIMIRO MESTRE DE PALHAÇO: CORAÇÃO
GRUPO DE FOLIA DE REIS SERRA DA GLÓRIA MESTRE DE PALHAÇO: CLEBER	GRUPO DE FOLIA DE REIS DO TORRADA MESTRE DE PALHAÇO: ICA E FINHO
GRUPO DE FOLIA DE REIS DUDU LOPES MESTRE DE PALHAÇO: JOSIMAR	GRUPO DE FOLIA DE REIS DE SAO FRANCISCO MESTRE DE PALHAÇO: LUIZ ALBERTO E ALEX
GRUPO DE FOLIA DE REIS COMUNIDADE CHACRINHA MESTRE DE PALHAÇO: JOAO VITOR	GRUPO DE FOLIA DE REIS DOS MENEZES MESTRE DE PALHAÇO: LEQUINHA
GRUPO DE FOLIA DE REIS AMIGOS DO CANTERIO MESTRE DE PALHAÇO: XAVIER	<b>ENTRE OUTROS!</b>

**REALIZAÇÃO**

**Santos Reis**  
AGFORV - Associação dos Grupos de Folia de Reis de Valença-RJ

**APOIO**

Secretaria de CULTURA E TURISMO